

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

VALÉRIA MEDEIROS

**O ENVELHECIMENTO E A PRÁTICA DE AÇÕES COLETIVAS DOS GRUPOS DE
CONVIVÊNCIA: ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 28/3/07


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

Florianópolis
2006/2

VALÉRIA MEDEIROS

**O ENVELHECIMENTO E A PRÁTICA DE AÇÕES COLETIVAS DOS GRUPOS DE
CONVIVÊNCIA: ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social, Departamento de Serviço
Social, Centro Sócio-Econômico,
Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientadora: Prof.^a Ms. Rita de Cássia
Gonçalves.

VALÉRIA MEDEIROS

O ENVELHECIMENTO E A PRÁTICA DE AÇÕES COLETIVAS DOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA: ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA

Rita de Cássia Gonçalves

Rita de Cássia Gonçalves.
Orientadora

Vera Herveg Westphal

Vera Herveg Westphal
1ª Examinadora

Rogéria

Rogéria Goedert Kremer Bruhl
2ª Examinadora

Florianópolis, março de 2007.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus, por iluminar minha vida e pela força interior que me deu nesta caminhada.

A minha família, pelo apoio e estímulo em todos os momentos de minha vida.

Ao meu namorado e amigo Thiago, pelo incentivo e compreensão.

A minha mestra, professora Rita de Cássia Gonçalves, pelo desafio de me orientar neste trabalho, com dedicação, compreensão, paciência e muita competência.

Aos ilustres membros que compõem a banca examinadora, pela disponibilidade e interesse, mas principalmente pelas contribuições fundamentais para enriquecer este trabalho.

A todos os professores do Departamento de Serviço Social, cujos ensinamentos contribuíram para a minha formação profissional.

Aos colegas do curso de Serviço Social, em especial a Andréia Cimone, Cheyenne Vieira e Tatiane Martins.

A Caixa Econômica Federal, equipe da GIDUR/Florianópolis, em particular a Assistente Social Rosangela Koettker, obrigada pelos ensinamentos e exemplo de profissionalismo.

Ao SESC/Florianópolis pela oportunidade de estágio.

A Supervisora de Estágio Arlei, pela dedicação e comprometimento com meu processo de aprendizagem. Obrigada!

Aos idosos integrantes dos grupos do SESC, os quais me oportunizaram uma experiência enriquecedora e de grande aprendizado, sobretudo as entrevistadas, por colaborarem na pesquisa para elaboração deste trabalho.

A todos que na trajetória de minha vida, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui. Muito Obrigada!

“A velhice deveria ser apenas uma fase da existência, diferente da juventude e da maturidade, mas dotada de um equilíbrio próprio, e que deixasse aberta ao indivíduo uma ampla gama de possibilidades”.

Simone de Beauvoir

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo geral analisar o processo de participação das mulheres idosas nos grupos sociais do SESC/Florianópolis. Primeiramente realizou-se uma pesquisa documental e bibliográfica, o que nos proporcionou aprofundamento e ampliação dos conhecimentos acerca do tema de estudo. A seguir, foi realizada uma pesquisa de campo, a fim de identificar como ocorre a participação das mulheres nos grupos de convivência em seu processo de envelhecimento. Os sujeitos participantes da pesquisa foram idosas que integram os grupos de convivência do SESC/Florianópolis: Esperança, Fraternidade, Vida e Viva a Vida, com uma amostra correspondente a 10% de cada grupo, totalizando 15 mulheres idosas. Essa pesquisa, de natureza quanti-qualitativa, primeiramente objetivou apresentar o perfil das entrevistadas, e, num segundo momento, na abordagem qualitativa, buscou identificar o significado da participação em grupo, refletida através de suas opiniões sobre o processo de envelhecimento por elas vivenciado. Para tanto, realizou-se entrevista semi-estruturada por meio de um roteiro de perguntas. Através dos dados obtidos, foi possível constatar a importância fundamental que os grupos de convivência têm para as mulheres idosas, contribuindo para que elas exerçam seu papel de cidadãs, sendo um espaço onde podem exercitar suas potencialidades, onde há sempre alguém que as ouça, oportunizando a efetivação de vínculos de amizade e momentos de lazer, contribuindo, também, para o restabelecimento da auto-imagem positiva. Como conclusão, evidencia-se a relevância dos grupos na vida dos idosos para o processo de inserção e prevenção do isolamento social, bem como para processo democrático na consolidação da cidadania.

Palavras Chave: Participação social, envelhecimento, mulheres idosas, grupos de convivência.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Dados de Identificação das 15 entrevistadas pertencentes aos grupos: Esperança, Fraternidade, Vida e Viva a Vida.....	76
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DIMENSÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA VELHICE	13
2.1 Concepção de Envelhecimento nas Sociedades Ocidentais	13
2.1.1 A Velhice no Mundo Antigo.....	13
2.1.2 A Velhice na Idade Média.....	16
2.1.3 A Velhice na Idade Moderna.....	17
2.1.4 A Velhice na Contemporaneidade.....	19
2.2 A Velhice como Categoria Social	24
2.2.1 Terminologias Classificatórias para o Envelhecimento.....	26
2.2.2 Envelhecimento e Curso de Vida.....	28
2.2.3 Relações de Gênero e a compreensão sobre Velhice e Envelhecimento.....	30
2.3 A Questão Social do Idoso no Brasil	33
2.4 Políticas Sociais de Atenção ao Idoso no Brasil	38
3 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES IDOSAS NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA COMO PROCESSO DE INSERÇÃO SOCIAL E EXERCÍCIO DE CIDADANIA	43
3.1 O Serviço Social do Comércio (SESC) e a Ação Gerontológica no Trabalho com Grupos	43
3.1.2 O SESC em Santa Catarina.....	46
3.2 Os Grupos de Convivência de Idosos	49
3.2.1 As Mulheres nos Grupos de Convivência.....	53
3.3 Idosos e Participação Social	55
3.3.1 Envelhecimento e Cidadania.....	58
3.4 A Intervenção do Assistente Social no Trabalho com Grupos de Idosos	61
4 ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO PARA AS MULHERES IDOSAS NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DO SESC/FLORIANÓPOLIS	66
4.1 Configuração dos Grupos	67
4.1.1 Grupo Esperança.....	68
4.1.2 Grupo Fraternidade.....	69

4.1.3 Grupo Vida	70
4.1.4 Grupo Viva a Vida	71
4.2 Percurso Metodológico	72
4.3 Perfil dos Sujeitos	75
4.4 Análise Temática dos Conteúdos	77
4.4.1 Motivação para participar em Grupos de Convivência	77
4.4.2 Envelhecimento e a Trama das Interações Sociais nos Grupos de Convivência	81
4.4.3 Envelhecimento: Participação e Mudança na Forma de Viver	87
4.4.4 Significado do Envelhecimento	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICES	110
APÊNDICE A – Roteiro Histórico dos Grupos	111
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevistas	112
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	114

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, **“O ENVELHECIMENTO E A PRÁTICA DE AÇÕES COLETIVAS DOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA: ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA”**, é resultado das reflexões e experiências vivenciadas no decorrer do estágio extracurricular desenvolvido no período de fevereiro a dezembro de 2006, na instituição Serviço Social do Comércio – SESC/Florianópolis, junto ao Setor de Grupos, no Programa Terceira Idade, mais precisamente no Projeto “Grupo de Convivência”, onde acompanhamos os grupos de mulheres idosas: Esperança, Fraternidade, Vida e Viva a Vida.

A escolha do tema – a identificação de como ocorre a participação das mulheres nos grupos de convivência do SESC/Florianópolis em seu processo de envelhecimento – deu-se a partir das observações feitas durante a experiência de estágio e na convivência grupal.

Sabemos que, nas últimas décadas, o envelhecimento populacional tornou-se uma conquista e também um desafio para a sociedade, principalmente para os países em desenvolvimento, tais como o Brasil, tendo em vista a falta de preparo para atender esse contingente populacional.

Quando discutimos acerca do fenômeno envelhecimento, confirmamos os estudos de Debert (1997) em que a autora afirma que é especialmente relevante ponderar sobre as especificidades no curso de vida das mulheres, considerando que, nas últimas décadas, o Brasil tem passado por inúmeras mudanças demográficas, culturais, econômicas e sociais que provocaram alterações na estrutura etária do País. E, neste contexto, as mulheres se consolidaram como agentes sociais, econômicos e políticos de grande importância.

Ainda, ao analisarmos esse fenômeno, não podemos deixar de advertir acerca da feminilização do envelhecimento, ou seja, o recorte de gênero em que as mulheres representam a maioria da população idosa em todo o mundo. Segundo dados do IBGE, em 2000 as mulheres correspondiam a 55,1% da população de idosos. Isto significa que, para cada 100 mulheres idosas, havia 85,2 homens idosos. “Tal diferença é explicada pelos diferenciais de expectativa de vida entre os sexos, fenômeno mundial, mas que é bastante intenso no Brasil, haja vista que, em média, as mulheres vivem oito anos mais que os homens” (IBGE, 2000, p. 14).

A mulher idosa, alvo de nosso estudo, nasceu até meados da década de 1940 e, neste período, a participação dela fora do lar era muito rara, restringindo-se muitas vezes às relações de trabalho como educadora, tendo quase sempre a função de cuidadora. Portanto, essas mulheres que envelheceram, em sua maioria, optaram por participar de grupos de convivência na busca de realizar atividades sociais que antes não exerciam. Podemos constatar que essas mudanças na forma de viver das mulheres idosas ocorreram, sobretudo, a partir das duas últimas décadas do século XX, em que teve grande influência a sua inserção nos grupos de convivência, locais onde tiveram a oportunidade de criar um espaço coletivo para a redefinição de formas de sociabilidade e de estilos de vida.

O Serviço Social do Comércio – SESC em sua ação gerontológica desenvolvida junto aos grupos sociais, vem ampliando ações em direção aos direitos de cidadania de seus usuários. Desse modo, percebe-se que os idosos que participam dos grupos buscam algo a mais do que a socialização e o convívio: querem, principalmente, a aquisição de novos conhecimentos, sobretudo no que diz respeito aos seus direitos.

Como estagiária do Setor de Grupos do SESC/Florianópolis, identificamos a importância e a necessidade de aprofundar o conhecimento acerca da intervenção do Assistente Social junto aos grupos de idosos e, também, da literatura referente à temática do envelhecimento. Por meio do convívio com os grupos, observamos o valor que as participantes a eles atribuem. Neste sentido, o presente trabalho se justifica pela importância de analisar o processo da participação das mulheres nos grupos de convivência do SESC/Florianópolis, bem como de identificar os aspectos que motivam a participação dessas mulheres e de reconhecer a relevância da participação no processo de envelhecimento, considerando que esses grupos se caracterizam como espaço de inserção social, onde as idosas têm a oportunidade de conviver e refletir sobre a realidade, exercendo sua cidadania.

Este trabalho está estruturado em cinco seções. Na seção seguinte a esta Introdução, enfocaremos a Dimensão Histórico-Social da Velhice. Para tanto, primeiramente realizaremos um resgate histórico sobre as concepções de velhice nas sociedades ocidentais, com o intuito de reconhecer o papel que as sociedades atribuíram aos idosos, conforme cada período histórico. Assim, partiremos da visão de mundo da antiguidade até a contemporaneidade. Na seqüência, trataremos acerca da velhice como categoria social, pensada como tal a partir do momento em que o ser humano alcança maior longevidade, o que faz com que os idosos passem a assumir relevância na sociedade. Na subseção seguinte, abordaremos a questão social do idoso no Brasil, tendo em vista que o fenômeno do envelhecimento ocorre num quadro social em que as pessoas nessa faixa etária são marginalizadas, já que se dá prioridade

a valores ligados à produtividade e rentabilidade, face aos quais as pessoas com 60 ou mais anos não estão em condições de competir. Diante disso, faz-se necessária a revisão dos compromissos de bem-estar com essa parcela da população, tanto por parte do Estado quanto da sociedade. Deste modo, discorreremos sobre as políticas sociais existente no Brasil para enfrentamento da questão do envelhecimento, dando ênfase aos direitos sociais dos idosos, na busca de garantir a autonomia, a inserção e a participação efetiva destes na sociedade.

Na seção III abordaremos a Participação das Mulheres Idosas nos Grupos de Convivência como processo de inserção social e de Cidadania. Para tanto, inicialmente faremos algumas considerações sobre o Serviço Social do Comércio – SESC, dando enfoque ao pioneirismo do trabalho realizado com idosos até os dias atuais, tanto em âmbito nacional quanto no estado de Santa Catarina. Ao relatarmos sobre o SESC/Florianópolis, sinalizaremos a intervenção realizada como estagiária de Serviço Social junto à área de assistência – setor de grupos, dando ênfase ao Projeto Grupo de Convivência. Em seguida, abordaremos os grupos de convivência, trazendo seu conceito e ressaltando sua importância na vida dos idosos como espaço de inserção social e ressignificação de suas vidas. A subseção seguinte versa sobre a participação social e o envolvimento dos idosos, pois entendemos que estes devem ser instigados. Discutiremos, também, sobre envelhecimento e cidadania, com destaque para a educação para a cidadania, através da qual o idoso pode ser estimulado a assumir a função de protagonista na luta pelo seu espaço social. Discorreremos, ainda, acerca da intervenção do Assistente Social no trabalho com grupos de idosos, considerando o Serviço Social como uma atividade de intervenção constante com influência mútua das políticas públicas e dos direitos sociais, de modo tal que o Assistente Social não poderia ficar alheio ao fenômeno do envelhecimento.

Na seção IV, Análise Reflexiva sobre a Importância da Participação para as Mulheres Idosas nos Grupos de Convivência do SESC/Florianópolis, descreveremos a configuração dos quatro grupos em que realizamos acompanhamento direto durante a realização do estágio: Esperança, Fraternidade, Vida e Viva a Vida, seguida pela apresentação do resultado de nossa pesquisa, cujas informações por ela obtidas reforçam a importância e a relevância do trabalho desenvolvido junto às mulheres idosas nos grupos de convivência do SESC/Florianópolis. Assim, iremos apresentar os dados referentes à identificação das entrevistadas, ou seja, um breve perfil desses sujeitos, e, em seguida, a análise dos depoimentos, trazendo o relato de suas vivências, descrevendo o diagnóstico dos testemunhos decompostos em quatro subseções, cumprindo a finalidade de registrar a “voz” dos sujeitos de nossa pesquisa.

Finalizaremos este trabalho tecendo, na última seção, algumas considerações e sugestões, em que esperamos, desta forma, contribuir com a proposta de trabalho elaborado e executado pelo Serviço Social junto ao segmento idoso.

2 DIMENSÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA VELHICE

2.1 Concepção de Envelhecimento nas Sociedades Ocidentais

O envelhecimento é um processo que ocorre em toda trajetória de nossa vida. A partir do nascimento, a cada dia estamos envelhecendo. Assim, devemos entender o envelhecimento como um processo e a velhice como uma etapa da vida, e compreender, também, a velhice não como um fato estático, mas como a extensão de um processo. Temos de entender, ainda, que a velhice não é homogênea, isto é, não se apresenta de maneira igual para todos, tendo em vista que ela irá variar conforme aspectos culturais, sociais, políticos, entre outros.

Em seu tratado sobre a velhice, Beauvoir (1990) nos aponta que estudar a condição dos velhos através das diversas épocas não é tarefa fácil. Segundo a autora, os escritos que dispomos raramente fazem alusão a esse segmento populacional, tendo em vista que os idosos foram agrupados ao conjunto dos adultos.

A mesma autora menciona, ainda, que a mitologia, a literatura e a iconografia destacam certa imagem de velhice, variável de acordo com o tempo e o lugar. Assim, nesta seção, buscaremos realizar um resgate das atitudes das sociedades ocidentais históricas para com a velhice, lembrando que esta visão precisa ser relativizada conforme os diferentes grupos sociais em seus respectivos contextos sociais.

2.1.1 A Velhice no Mundo Antigo

Santos (2004) aponta que o primeiro texto referente à velhice no Ocidente, encontra-se no Egito, e foi escrito por Ptah-hotep¹ no ano 2.500 a.C., quando a beleza física e o vigor eram cantados e exaltados. O escriba afirmou o seguinte sobre a velhice:

Quão penoso é o fim do ancião! Vai dia a dia enfraquecendo: a visão baixa, seus ouvidos se tornam surdos, o nariz se obstrui e nada mais pode cheirar, a boca se torna silenciosa e já não fala. Suas faculdades intelectuais se reduzem e torna-se impossível recordar o que foi ontem. Doem-lhe todos os

¹ Escriba egípcio que viveu há 4.500 anos.

ossos. A ocupação a que outrora se entregara com prazer, só a realiza agora com dificuldade e desaparece o sentido do gosto. A velhice é a pior desgraça que pode acontecer a um homem” (BEAUVOIR, 1990, p. 114).

Verificamos, assim, que naquela época já se fazia alusão à velhice como um momento penoso, de infelicidade e dificuldades. Tecidos nessa realidade, permanecem elementos que marcam as relações da sociedade contemporânea.

Na Grécia Antiga, mais especificamente na Alta Antiguidade, houve a ligação entre honra e velhice. “Géra, géron: as palavras que designavam a idade avançada significavam também o privilégio da idade, o direito da ancianidade, a depuração” (BEAUVOIR, 1990, p. 121 e 122). Para exemplificar essa relação, Beauvoir (1990) destaca duas cidades de grande importância, Esparta e Atenas. Na primeira, a velhice era honrada. Os homens com 60 anos ou mais tinham a função de manter a ordem e formar a juventude, inculcando nela o respeito à idade avançada. E em Atenas, as leis confiaram poder aos velhos, que eram também reconhecidos por seus poderes sobrenaturais, sendo solicitados a dar conselhos e interpretar sonhos.

Neste sentido, em muitas cidades antigas, a velhice era considerada uma qualificação, porém a literatura grega revela que ela não era tão amada. Poetas e dramaturgos, como Aristófanes² e Eurípides³, apresentavam a velhice como feia, zombando dos velhos, compondo uma visão pessimista da idade avançada. Do mesmo modo, na mitologia grega “a velhice foi sempre considerada como uma maldição” (MINOIS, 1999, p. 62). É o que Schachter-Shalomi e Miller (1996) chamaram de “gerontofobia”, ou seja, aversão ao envelhecimento. Na Grécia valorizava-se o heroísmo, a perfeição e a beleza dos jovens, portanto, não era surpreendente que o envelhecimento fosse considerado um castigo dos Deuses.

Na Roma Antiga, os velhos tiveram melhor status. Porém, Beauvoir (1990) ressalta o radical contraste entre o destino dos velhos pertencentes à massa e o dos ricos. Estes últimos foram respeitados enquanto proprietários, e seus bens eram uma das fontes de prestígio. Entre os abastados, contavam-se inúmeros velhos, e foram eles que detiveram poder através do Senado, a mais respeitável das instituições públicas, que dirigia toda diplomacia romana, tinha

² Aristófanes, (c. 448 a.C. - c. 385 a.C.) foi um dramaturgo grego. É considerado o maior representante da comédia antiga.

³ Acredita-se que Eurípides viveu entre os anos de 485 a 406 a.C. É considerado por muitos como o homem que revolucionou a técnica teatral.

poder sobre os comandos militares e também a função de administrar as finanças e julgar delitos graves.

Os velhos ainda tiveram situação privilegiada no interior da família. “À medida que avançam na idade, vêm família e os bens aumentarem e ao mesmo tempo crescer o poder” (MINOIS, 1999, p. 108). O *parter familias*⁴ tinha domínio praticamente ilimitado:

Um filho que batia no pai era considerado como um *monstrum*; não pertencia mais a sociedade dos homens; era declarado *sacer*, isto é, era rejeitado do mundo e condenado à morte. Se um jovem quisesse casar-se, era exigido não apenas o consentimento do pai, mas também o do avô, se este ainda fosse vivo: isto prova que o patriarca conservava sua autoridade até o fim (BEAUVOIR, 1990, p. 142).

Entretanto, mesmo com a influência política e apesar do importante papel como chefes de família, sendo estimados por sua sabedoria, os velhos foram ridicularizados por suas fragilidades, como citam Schachter-Shalomi e Miller (1996, p. 59): “de maneira geral, os romanos encaravam a velhice como o tempo das oportunidades perdidas, de deteriorização física e mental”.

Na cultura romana, os autores cômicos e os poetas satíricos denunciavam o contraste entre os privilégios econômicos e políticos dos velhos e a sua degradação física. Indignavam-se com o fato de aquelas figuras decadentes deliberarem o direito de governar a coisa pública e reinar sobre a família.

A literatura romana não reservou nenhum espaço para a compreensão acerca dos velhos destituídos de importância social. O que estava em questão era o poder detido pela antiga geração. Como citado anteriormente, eram respeitados nos velhos ricos os direitos sagrados da propriedade (BEAUVOIR, 1990).

Assim, na direção de nossos estudos, entendemos que chegar à velhice na antiguidade era uma raridade, poucos a atingiam. Porém, diante do exposto, podemos perceber que provocava, na maioria das sociedades, um incômodo, em razão das fragilidades que esta causava ao ser humano.

Podemos destacar, ainda, que, nas sociedades onde se exaltou o ancião, nota-se um determinado domínio social do velho em relação ao do poder e ao saber. É o que pode ser observado nas sociedades as quais nos referimos nesta subseção.

⁴ Chefe absoluto.

2.1.2 A Velhice na Idade Média

A Idade Média compreende o período que se inicia no século V, indo até meados do século XV, mais precisamente no ano de 1.453 d.C. Um dos fatos mais marcantes nesse momento foi o triunfo do Cristianismo, que se tornou a ideologia do Ocidente. Poderíamos pensar que a Igreja se tornaria a defensora dos velhos, mas, de acordo com Minois (1999, p. 145), não foi bem isso que aconteceu:

De fato, para a Igreja, não existe um problema específico dos velhos. Há o homem e, entre os homens, misturam-se os pobres, os viúvos, os órfãos, os enfermos e os velhos sem distinção de idade e sexo. A Igreja [...] não conceberá a velhice um lugar específico.

Neste sentido, Beauvoir (1990, p. 156 e 157) aponta que nos séculos IX e X repercutiram lamentações sobre a vida material, considerada mais rude que no mundo antigo:

As técnicas haviam regredido, as castas tinham se degradado, as cidades haviam se despovoado; a sociedade se tinha ruralizado e as classes médias haviam desaparecido. O trabalho da terra era muito rude, e um homem idoso não podia participar dele. Nessa época, não se percebe que a religião tenha podido melhorar o destino dos velhos.

Por volta do ano 1.000 d.C., ocorreu uma expansão econômica e a sociedade feudal⁵ organizou-se. Nesse período, o homem velho teve um papel apagado, tendo em vista que a administração do feudo exigia que se fosse capaz de defender-se com a espada. A esse respeito, Minois (1999) tece o seguinte comentário: o velho desempenha o seu papel enquanto pode manejar o hissope⁶, a espada, o arado ou o livro de contas. O único limite é a incapacidade física.

Como a propriedade não era garantida por instituições estáveis, mas sim defendida pela força das armas, os velhos foram relegados à sombra e os jovens assumiram o poder. Mesmo entre os plebeus, a dureza da civilização afasta os velhos da vida ativa, consignando ao declínio físico a obrigação de aposentar-se.

⁵ A sociedade feudal era composta por três classes básicas: Clero, Nobres e Servos. As terras eram divididas em feudos, onde havia o senhor feudal que mandava em tudo no local. Os servos representavam a grande massa de camponeses que produziam a riqueza social. O clero possuía grande importância, cumprindo um papel específico em termos de religião, de formação social, moral e ideológica. Vale ressaltar que esse papel do clero é definido pela hierarquia da Igreja, ou seja, pelo Alto Clero, que, por sua vez, é formado por membros da nobreza feudal.

⁶ Instrumento usado para a aspersão com água benta contida na caldeirinha, constituído por uma haste terminando por uma esfera com orifícios ou por um feixe de fibras, podendo ser substituído por um ramo de plantas, especialmente de "hissopo", donde o nome.

No meio rural, chegando a certa idade, quando o pai já se sentia fraco demais para trabalhar na terra, esta era cedida ao filho mais velho. Destituído de seus bens, o velho era frequentemente maltratado por seus herdeiros. Quando não tinha família ou quando esta não podia sustentá-lo, era socorrido pelo senhor feudal ou pelos mosteiros. Porém, esses auxílios eram insuficientes e os velhos ficavam sujeitos à mendicância (BEAUVOIR, 1990).

Como podemos perceber, a situação dos velhos em todos os setores da sociedade era desfavorecedora. Entre os nobres e os camponeses prevalecia a força física e aos fracos não era concedido espaço. Apenas na Igreja os idosos ocuparam lugares privilegiados.

Pouco nos ensina a literatura da Idade Média sobre a velhice. Como nos períodos anteriores, não houve interesse acerca do tema. Os clérigos que faziam alusão aos velhos, demonstravam posicionamento negativo em relação à velhice. É o que Schachter-Shalomi e Miller (1996) relatam sobre os escritores cristãos, que encaravam a decrepitude da velhice como um castigo divino que decaiu sobre a humanidade por causa da desobediência de Adão e Eva no Jardim do Éden.

Ao final da Idade Média, a vida permanecia precária e a longevidade infreqüente. Beauvoir (1990) observa que, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, eram muito raras as pessoas de idade avançada. Para os camponeses, 30 anos já representavam muita idade. Contudo, Minois (1999) lembra que na Igreja, entre monges e bispos, era grande o número de velhos. Essa longevidade pode ser explicada pelo nível superior de vida que estes possuíam, isto é, pelas melhores condições de habitação e alimentação que gozavam.

De acordo com Beauvoir (1990), por volta dos séculos XIII e XIV, a sociedade começa a transformar-se, quando se assiste um renascimento da vida urbana. A partir daí a propriedade funda-se em contratos e não mais na força física, mudando assim a condição dos velhos, que novamente poderiam se tornar poderosos através da acumulação de riquezas.

2.1.3 A Velhice na Idade Moderna

A Idade Moderna começa a partir da segunda metade do século XV e finaliza-se no século XVIII. Este período foi marcado pelo despontar do Renascimento, ou seja, momento em que ocorreram muitos progressos e incontáveis realizações nos campos das artes, da literatura e das ciências. O homem e a natureza passam a ser valorizados, em oposição ao divino e ao sobrenatural, conceitos que haviam impregnado a cultura da Idade Média. O

humanismo, ou seja, o homem como o centro do universo, caracterizou o período em que houve a valorização de matérias que envolviam a vida humana, como matemática, línguas, história e filosofia.

Quanto à velhice, Beauvoir (1990) aponta que a literatura não lhe foi benevolente. A Renascença exalta a beleza do corpo e a feiúra dos velhos parece mais ainda detestável. Os poetas cobriam de humilhação extrema a mulher velha e o homem velho fora ridicularizado no teatro cômico. Porém, a autora assinala que os nobres e os patrícios não eram atacados, pois se admitia que eles detivessem o poder e a fortuna por direito divino.

O século XVII na França foi muito difícil para os velhos. A sociedade, autoritária e absolutista, não abriu espaço para eles nem para as crianças. Por causa das más condições de trabalho, subalimentação e falta de higiene, as camponesas, aos 30 anos pareciam velhas enrugadas. Aos 50 anos não se tinha mais lugar na sociedade. A memória e a experiência de vida podiam conferir valor a certos velhos, porém a velhice em si não inspirava consideração. (BEAUVOIR, 1990).

Na Inglaterra, em 1603, a fim de combater a miséria, a Rainha Elizabeth criou a “lei dos pobres” e o governo tornou-se responsável pelos indigentes, por intermédio das paróquias. Os velhos foram recolhidos aos asilos. Já em 1785, a assistência pública foi reformulada e a miséria dos velhos foi um pouco atenuada. Beauvoir (1990) salienta que os velhos miseráveis sofreram, mas na burguesia a velhice foi valorizada, principalmente nas classes médias, entre os quais se destacam os puritanos⁷. Sobre estes, Schachter-Shalomi e Miller (1996, p. 61) relatam um exemplo, nos Estados Unidos, na época colonial entre os séculos XVII e XVIII, em que a velhice foi muito respeitada:

Os puritanos, cuja crença era baseada na Bíblia, dominavam o pensamento social, sustentavam que a velhice era o sinal da satisfação divina. Significava que se tratava de uma pessoa escolhida por Deus, que era uma marca de santidade sobrenatural e, por isso, os idosos deveriam ser venerados.

Os velhos foram respeitados também por seu poder econômico, na época colonial, quando a maioria das pessoas morava nas fazendas com grandes famílias. Eles mandavam como patriarcas e eram venerados por sua idade e sabedoria.

⁷ No século XVII, em meio à decadência moral e espiritual, homens de Deus, que amavam a pureza doutrinária (reformada), mas que viviam o evangelho da piedade, da humilhação, do quebrantamento profundo, buscando em primeiro lugar o reino de Deus e a Sua Justiça, clamavam por liturgia pura, doutrina pura, governo puro, vida pura, tornando-se conhecidos como Puritanos. Estes foram defensores do conhecimento doutrinário ortodoxo.

No século XVIII, em toda Europa, a população cresceu e rejuvenesceu, e também favoreceu a longevidade em virtude da melhor higiene, mas esses acontecimentos foram sentidos apenas pelas classes privilegiadas. Em função dos progressos técnicos, a vida material na França e em toda Europa tornou-se mais confortável. O tempo para vida ativa prolongou-se e os sexagenários passaram a participar da vida social, indo ao teatro e freqüentando salões.

Ainda no século XVIII, permanece o respeito e o reconhecimento da autoridade da pessoa idosa:

O homem idoso adquire mesmo uma importância particular, porque simboliza a unidade e a permanência da família: esta última, através da transmissão das riquezas, permite a acumulação dos bens materiais – é, ao mesmo tempo em que o reino onde desabrocha o individualismo burguês, a base do capitalismo. Ao envelhecer, o chefe de família permanece detentor de suas propriedades, e goza de um prestígio econômico (BEAUVOIR, 1990, p. 224 e 225).

Apesar de toda consideração aos velhos, Beauvoir (1990) ressalta que, do antigo Egito ao Renascimento, vê-se que o tema velhice foi quase sempre tratado de maneira estereotipada; mesmas comparações, mesmos adjetivos. Os clichês se perpetuaram, em parte porque o velho era visto pelo imutável destino biológico.

2.1.4 A Velhice na Contemporaneidade

No século XIX ocorre uma série de transformações na Europa, e estas repercutiram na condição dos velhos e na concepção que a sociedade fazia da velhice. O primeiro fato que Beauvoir (1990) destaca é que, em todos os países, ocorre um aumento da população e o número de velhos também cresce. Ao lado da progressão demográfica, Beauvoir (1990, p. 235) cita três fenômenos que a acompanharam: “a revolução industrial, um êxodo rural que acarretou um desenvolvimento urbano, e o florescimento de uma nova classe: o proletariado”.

O aumento do número de velhos, aliado ao progresso da ciência, substituiu os mitos por verdadeiro conhecimento e, a partir daí, a medicina passa a tratar das doenças dos velhos e curá-los. E, neste momento, sem ainda levar este nome, é que a Geriatria começa realmente a existir. Segundo Beauvoir (1990, p. 28):

Ela foi favorecida na França pela criação de vastos asilos onde se reuniam muitos velhos. A *Salpêtrière* era o maior asilo da Europa; abrigava oito mil doentes, dos quais dois entre três mil eram velhos. [...] Tornou-se, portanto,

fácil coletar dados clínicos sobre os idosos. Pode se considerar *Salpêtrière* como o núcleo da primeira instituição geriátrica.

Ainda no século XIX, as pesquisas se multiplicaram e, dentre os pesquisadores, destacamos Nascher⁸, pelo fato de ele, inconformado com a ausência de respostas para as doenças da idade avançada em Nova Iorque, decidiu dedicar-se ao estudo da senescência. Foi para Viena – na época centro mais avançado de estudos da velhice – visitou uma casa de velhos e lá surpreendeu-se com a longevidade e boa saúde deles. Questionou os colegas que lá trabalhavam, e estes lhe responderam que os velhos eram tratados como os pediatras tratavam as crianças. E, a partir daí, ele criou um ramo especial da medicina que chamou de Geriatria. Assim, Nascher foi considerado o pai dessa especialidade (BEAUVOIR, 1990).

Contudo, como bem lembra Beauvoir (1990), isso não significa que para os velhos a situação tenha se tornado mais favorável. As transformações foram calamitosas para eles, principalmente na França e na Inglaterra. O trabalho não era protegido, houve muita exploração e, ao envelhecerem, os operários não conseguiam acompanhar o ritmo de trabalho. Muitos morriam prematuramente, e os que conseguiam sobreviver perdiam o emprego por causa da idade, sendo submetidos à miséria.

Foi no século XIX que o contraste entre os velhos explorados e privilegiados ficou mais marcante. Antigos operários reduzidos à indigência ou velhos camponeses tratados como bichos, os velhos pobres ocuparam o mais baixo nível da escala social. E, do outro lado, são os velhos das classes elevadas que alcançam o auge. Neste momento estabelece-se a gerontocracia⁹.

Porém, a partir de 1848, os bancos e a indústria tomaram posse do poder. Acerca desse fato, Beauvoir (1990, p. 244) descreve que “foi então que acabou de completar-se a revolução industrial: estradas de ferro, indústrias têxteis, metalurgia. [...] O capitalismo familiar foi substituído pelas sociedades anônimas constituídas por ações. O homem de idade perdeu seu prestígio econômico”.

Schachter-Shalomi e Miller (1996) salientam que, com a Revolução Industrial, o saber que era transmitido pelos velhos foi substituído pelo ensino de massa, repassado principalmente pelas escolas e fábricas. Neste sentido, a sociedade industrial tornou o velho inútil.

⁸ Ignatz Leo Nascher, médico norte-americano, nascido em Viena. Foi ele quem introduziu o termo 'geriatria' na comunidade médica, com um artigo de 1909, escrito para o *New York Medical Journal*. Mas o que se considera o início da geriatria foi a publicação de seu livro *Geriatrics: the diseases of old age and their treatments*, em 1914.

⁹ Governo dos velhos; influência predominante dos anciãos num governo ou grupo social.

Assim, segregados, os idosos tornam-se vítimas do preconceito, da discriminação exercida contra as pessoas com base na idade, tão ofensiva e perigosa quanto a discriminação baseada no sexo ou na raça. Promovem-se estereótipos que desencorajam os adultos mais velhos de participar do mundo profissional, da área social e política e de atividades culturais. (SCHACHTER-SHALOMI; MILLER, 1996, p. 63).

Não se valoriza mais a transmissão de experiência, pois os meios de comunicação o fazem. O velho, não sendo mais produtor nem reproduzidor, foi rejeitado. E, mais uma vez, a acumulação de bens o defende da desvalorização. Bosi (1994, p. 37) ressalta que este tipo de sociedade foi nociva para a velhice.

O velho sente-se um indivíduo, que luta para continuar sendo um homem. O coeficiente de adversidade das coisas cresce: as escadas ficam mais duras de subir, as distâncias mais longas a percorrer, as ruas mais perigosas de atravessar, os pacotes mais pesados de carregar. O mundo fica erizado de ameaças e ciladas.

No século XX, a sociedade continua em processo de urbanização e a família patriarcal desaparece, dissolvendo assim o núcleo familiar. Como consequência, o envelhecimento da população nos países industriais obrigou a sociedade a assumir alguns papéis que deveriam ser cumpridos pela família. Desta forma, foram instituídas as políticas sociais para velhice (BEAUVOIR, 1990).

Ainda nesse século, estudos sobre envelhecimento nas mais diversas áreas são realizados e aprofundados, e a noção de velhice enriquece-se. Neste sentido, destacamos a Gerontologia, ou seja, ciência que estuda o processo de envelhecimento. Acerca dessa ciência Beauvoir (1990, p. 32) explica que “a gerontologia desenvolveu-se em três planos: biológico, psicológico e social. [...] não se trata de explicar por que os fenômenos se produzem, mas de descrever sinteticamente, com maior exatidão possível, suas manifestações”. Apesar de toda construção do conhecimento sobre a velhice, os chavões dos séculos passados foram mantidos.

Dando continuidade ao processo de desenvolvimento já iniciado, a sociedade organizou-se seguindo os critérios da eficiência e da produtividade. A nova conjuntura apresenta um mundo globalizado e pautado na revolução tecnológica. Nesse contexto, Santana e Sena (2004) apontam que, se analisarmos a imagem do idoso na atual sociedade capitalista¹⁰, veremos que a valorização do que é novo caracteriza o velho como fora de uso.

¹⁰ O sistema capitalista no qual estamos inseridos influencia todos os segmentos da sociedade atual. A busca pela satisfação pessoal, por meio de aquisições materiais é uma realidade que precisa ser considerada. O ter é bastante valorizado e os contrastes são muitos, pois é grande o número de pessoas que vivem na linha ou abaixo da linha da pobreza, enquanto parte da riqueza mundial está concentrada com poucos.

Esse modelo de sociedade leva em consideração o interesse da economia, ou seja, do capital e não o das pessoas. Beauvoir (1990) relata que o idoso, eliminado do mercado de trabalho, torna-se então um peso para essa sociedade que está baseada no lucro.

Nesse sentido, verificamos que a concepção da sociedade atual sobre os velhos não difere muito da dos períodos anteriores, conforme explica Silva (2004, p. 20):

[...] a discriminação aos velhos vem sendo resultado dos valores típicos de uma sociedade consumista e de mercantilização das relações sociais, do exagerado enaltecimento da juventude, do novo, do belo e também do descartável, além da desvalorização total do saber adquirido com a experiência de vida e da supervalorização do ter em detrimento do ser.

Essa sociedade marginalizou o idoso, deu prioridade a valores ligados à produtividade, à rentabilidade, ao consumo excessivo, etc., face aos quais as pessoas com 60 ou mais anos não estão em condições de competir, sendo consideradas "pouco produtivas". Nesse apego ao que é lucrativo e rentável, os idosos são relegados ao esquecimento e à solidão.

Em contrapartida, apesar do preconceito, da discriminação, do isolamento em que a sociedade mantém o idoso e de a velhice ser encarada como decadência, doença e peso social, não se pode negar a melhoria da qualidade de vida do idoso (VIEIRA, 2006).

O envelhecimento demográfico no final do século XX tornou-se um fenômeno mundial. Nos países desenvolvidos, tal processo se deu de forma lenta. Já nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, “[...] este processo se caracteriza pela rapidez com que o aumento absoluto e relativo das populações adulta e idosa modificou a pirâmide populacional” (VERAS, 2003, p. 06). Dentre as razões que contribuíram para esse fenômeno, Silva (2003, p. 98) elenca “a industrialização, os avanços da medicina, da tecnologia e do saneamento básico que proporcionaram a queda dos níveis de fecundidade e mortalidade, favorecendo o aumento da expectativa de vida da população”.

No Brasil, o índice de pessoas com mais de sessenta anos estendeu-se de 3 (três) milhões no ano de 1960, para 7 (sete) milhões em 1975 e 14 (quatorze) milhões em 2002, representando um acréscimo de 500% no número de idosos em quarenta anos. As projeções demográficas para o ano de 2020 indicam o número de 32 (trinta e dois) milhões de idosos brasileiros, equivalendo 15% a da população do país e colocando o Brasil na posição de sexto lugar no ranking mundial de países com maior porcentagem de idosos. Esses índices relacionam-se à média da expectativa de vida, que no ano de 1940 era de 38,5 anos, em 2000

atingiu 68,6 anos e, para o ano de 2025, projeta-se 75,3 anos de idade (MERCADANTE, 2003).

Chama atenção, ainda, a proporção do número de idosos brasileiros que chegam a viver até os cem anos. De acordo com o IBGE (2000), em 1991 havia 13.865 centenários no Brasil. Em 2000, o número de pessoas com cem anos ou mais chegou a 24.576, o que representa um aumento de 77%.

Considerando as mudanças no quadro populacional, com o aumento do número de pessoas idosas em todo mundo, houve o avanço da ciência em estudos sobre a velhice, contribuindo assim para que esta longevidade fosse alcançada. A partir daí, a sociedade não pode mais ignorar esse enorme contingente populacional, e Viera (2006) relata o surgimento de um movimento contrário à lógica da exclusão. Neste sentido, a autora afirma que:

[...] felizmente já é possível identificar um outro movimento expressivo e crescente dos próprios idosos, conscientes, atuantes, que não aceitam esta relação de total abandono, conseqüentemente não o contemplam tão passivamente. Com mais energia e disposição participam de pequenos grupos da vida familiar, da comunidade: e a sociedade como um todo terá que forçosamente rever esta relação (VIEIRA, 2006, p. 01).

Assim, podemos observar que segmentos da sociedade estão se abrindo para essa nova demanda. A mídia e o turismo passam a reconhecer essa parcela da população, que possui tempo disponível e quer diversão, oferecendo produtos direcionados para ela. E, além dos serviços, profissionais de diversas áreas produzem conhecimento para os idosos. Cada vez mais encontramos bibliografias especializadas, revistas e jornais dando destaque e espaço para matérias referentes a esta faixa. É diante de tudo isso que Viera (2006, p. 02) aponta que

O idoso, hoje, encarando a velhice como uma etapa da vida, assim como foi a infância, a adolescência e a fase adulta e, quebrando o mito - declínio fisiológico e neurológico - não mais necessita esperar depressivamente a morte, conscientiza-se de seus direitos, reconquista seu espaço e exerce sua cidadania.

Essa crescente participação social dos idosos, bem como a visibilidade alcançada pelas questões relacionadas à velhice, deve-se não só ao aumento da população idosa, mas também às mudanças mais gerais que implicaram na redefinição das formas de periodização da vida, das categorias etárias que recortam a organização da sociedade e da revisão das formas tradicionais de gerir o processo de envelhecimento (LIMA, 2001).

“A longevidade torna-se assim a questão mais instigante deste início do século 21, propondo-se como um grande desafio, científico, social, político e filosófico” (PRADA, 2006, p. 01). Tendo em vista a relevância da população idosa, a velhice surge como uma nova categoria social, temática esta que será abordada na próxima subseção.

2.2 A Velhice como Categoria Social

De acordo com Debert (1998, p. 50), “a velhice não é uma categoria natural”. Neste sentido, a autora faz uma distinção entre o fator universal e natural – o ciclo biológico do ser humano: nascer, crescer e morrer – e o fator social e histórico – a variedade de formas de viver e idealizar envelhecimento. Portanto, velhice deve ser analisada não apenas como um fato biológico, mas principalmente como um fato cultural.

[...] definir uma categoria denominada velhice, que engloba características comuns em todos os velhos em todas as épocas e culturas, é uma empreitada vazia de sentido, tendo em vista que ser velho não é uma condição natural e já dada, mas um processo construído social e culturalmente (MAGRO, 2003, p. 36).

Ainda nesta direção, Veras (2003, p.10) afirma que “não é possível estabelecer conceitos universalmente aceitáveis e uma terminologia globalmente padronizada para o envelhecimento”, considerando que, dependendo da cultura, ela é percebida de maneira desigual. Assim, a velhice como categoria construída socialmente foi vista e tratada de maneira diferenciada, conforme os períodos históricos, em suas estruturas sociais, culturais e políticas.

Almeida (2003) menciona que foi no contexto da modernidade que a velhice foi alçada à condição de etapa singular da vida. Deste modo, a demarcação das etapas da vida e a construção social da velhice é algo recente. E, “a partir do reconhecimento da população idosa como constituindo um segmento social com especificidades, foi possível torná-la uma variável e correlacioná-la não só a diferentes sociedades e culturas, mas a diferentes estágios de desenvolvimento social” (LIMA, 2001, p. 133).

Dentre os fatores que contribuíram para o reconhecimento social dessa fase da vida, Haveren (1999) destaca o tratamento público através da reforma institucional, legislação sobre a aposentadoria e as medidas de bem estar social. Esse processo de demarcação das etapas da vida esteve inteiramente ligado à nova configuração das relações entre trabalho e capital, ou seja, ao modo capitalista de produção. A esse respeito, fato Simões (1997, p. 176) aponta que:

Nos primeiros sistemas públicos de proteção social instituídos na Europa no século XIX, como na Alemanha de Bismarck, a velhice se confundia com outras formas de incapacitação para o trabalho, como a doença e a invalidez; e frequentemente a maior parte dos recursos destinados à aposentadoria iam para os doentes e inválidos, não para os velhos. Até então, enquanto

conservassem a saúde e o vigor físico, os trabalhadores idosos permaneciam em seus empregos.

O mesmo autor afirma que essa realidade começou a mudar no início do século XX, em função das transformações na organização da produção, que inseriu novas tecnologias, mas também introduziu o empenho por uma gestão coerente do trabalho, visando à maximização da produtividade. “Os trabalhadores mais velhos passaram a ser discriminados por serem mais lentos e não atingirem o nível de produtividade esperado e desejado pelas indústrias modernas” (SIMÕES, 1997, p. 176).

Assim, organizou-se um modo de envelhecer profissionalmente, ligado à não adequação às novas formas de trabalho e à produtividade declinante. Neste sentido, os trabalhadores idosos, mesmo que mantivessem a saúde e a força física, passaram a ser interpretados como um problema para as empresas.

Deste modo, pertencentes a uma faixa etária, somos assinalados socialmente, e isso demarca as nossas possibilidades de expressão e sociabilidade. “Na cultura ocidental, contemporânea, pode-se dizer que quando crianças devemos brincar, quando adolescentes devemos experimentar, quando adultos devemos trabalhar e produzir, e quando velhos devemos nos aposentar” (MAGRO, 2003, p. 35). Nesta periodização do que é específico a cada etapa da vida, a identificação de velhice representou recusa.

À velhice, como categoria social, destina-se um tempo e um espaço próprios: seu tempo é o passado (“no meu tempo...!”), seu lugar, os espaços da intimidade e da privacidade, refúgio dos aposentados. Há, na modernidade, uma incompatibilidade entre velhice, presente e futuro, entre velhice e espaço público, exceto quando este último for uma praça ou jardim, sinônimos de ociosidade e de “ver” o tempo passar (ALMEIDA, 2003, p. 45).

Assim, no modelo social de velhice, as qualidades a ela conferidas são contrapostas às atribuídas aos jovens. De tal modo, qualidades como produtividade, memória e beleza são características que dizem respeito aos jovens, assinalando-se como qualidades opostas aos idosos. Tudo isso acabou gerando o que Mercadante (2003) chamou de identidade estigmatizada da velhice.

A noção de estigma é bastante esclarecedora no sentido de auxiliar o entendimento de velhice. A velhice no seu sentido estigmatizado propõe uma avaliação ampliada a partir da aparência do corpo envelhecido – marcas físicas visíveis – para a mente. Há, assim, na concepção estigmatizadora de velho, uma correlação explícita entre corpo e mente, entre o declínio físico e, também, conseqüentemente – pela lógica linear – a deteriorização da mente (MERCADANTE, 2003, p. 66).

Portanto, a identidade social de velho passa a ser entendida como uma categoria explicativa e válida para categorizar e classificar os velhos em geral. Nesse contexto, o velho passa a ser indesejado, sendo interpretado como o outro que vai de encontro aos padrões estabelecidos pela sociedade. O envelhecimento é, assim, um processo permeado por falsas concepções, preconceitos e mitos que

[...] foram ramificados tanto pela ciência quanto pelo próprio modelo econômico capitalista, em que os mais jovens são vistos como os que podem produzir mais. O próprio significado atribuído à palavra velho como “muito antigo, sem utilidade”, concomitantemente a uma estrutura social marcada pela desigualdade entre as classes, favorece para que sejam sujeitos sem voz, inseridos em um sistema excludente, que oferece poucas perspectivas àqueles desvinculados do processo produtivo (SILVA, 2003, p. 104).

Em contrapartida, visando amenizar e camuflar essa identidade estigmatizada, ao longo da história foram criados termos que trataram especificamente da pessoa nesta faixa etária.

2.2.1 Terminologias Classificatórias para o Envelhecimento

Na França do século XVIII, de acordo com Peixoto (1998), os termos velhos e velhotes não possuíam conotação fortemente pejorativa, considerando que indicavam uma boa imagem tanto para os velhos ricos quanto para os pobres. Mas no século XIX, através do recorte social da população com mais de 60 anos, locuções diferenciadas foram adotadas, e assim, os que possuíam melhor status social passaram a ser denominados idosos e os pobres foram designados velhos. Essa noção de velho reforçava a situação de exclusão, estando ligada à decadência e incapacidade.

A partir dos anos 60 do século XX, com a nova política social para a velhice implantada na França, o aumento do valor das aposentadorias amplia o prestígio dos velhos. Nesse momento, surge outra percepção da sociedade em relação às pessoas envelhecidas.

Assim, trazendo consigo uma certa ambigüidade, o termo [idoso] serve para caracterizar tanto a população envelhecida em geral, quanto os indivíduos originários das camadas sociais mais favorecidas. Para além do caráter generalizante desse termo, que homogeneiza todas as pessoas de mais idade, esta designação deu outro significado ao indivíduo velho, transformando-o em sujeito respeitado (PEIXOTO, 1998, p. 73 e 74).

Visando a transformação da imagem das pessoas envelhecidas na França, em 1962, foi proposta uma política voltada para integração da velhice. Neste sentido, criou-se uma nova expressão para designar os jovens aposentados, surgindo assim a terceira idade. “Sinônimo de envelhecimento ativo e independente, a terceira idade converte-se em uma nova etapa da vida, em que a ociosidade simboliza a prática de novas atividades sob o signo do dinamismo” (PEIXOTO, 1998, p. 76).

E, assim, faz-se necessária uma divisão entre os jovens idosos e os velhos idosos. Na França, surgiu uma nova expressão para designar as pessoas com mais de 75 anos, a quarta idade. Dessa forma, a terceira idade dá a noção de continuidade da vida de maneira ativa e na quarta idade estariam as pessoas muito velhas, já apresentando limitações e incapacidades.

No Brasil, antes de 1960, utilizava-se a designação velho, e esta apresentava uma conotação negativa, sendo aplicada às pessoas pertencentes às camadas populares, mas, por influência européia, ao final daquela década passou-se a utilizar o termo idoso.

Idoso simboliza sobretudo as pessoas mais velhas, “os velhos respeitados”, enquanto terceira idade designa principalmente os “jovens velhos”, os aposentados dinâmicos, como a representação francesa. E não é por acaso que surge um novo mercado para a terceira idade: turismo, produtos de beleza e alimentares, bem como novas especialidades profissionais, gerontólogos, geriatras, etc. A terceira idade passa assim a ser expressão classificatória de uma categoria social bastante heterogênea (PEIXOTO, 1998, p. 81).

Peixoto (1998) destaca a heterogeneidade, tendo em vista que a expressão terceira idade tenta ocultar nossa realidade econômica em que prevalecem as desigualdades, principalmente as sociais.

O termo terceira idade serviu para estabelecer uma representação social mais positiva dos idosos. Na sociedade contemporânea, que valoriza o trabalho e a produtividade, o envelhecimento e a aposentadoria parecem estar associados à deterioração do indivíduo. Fez-se necessária, desta forma, a construção de uma imagem que simbolizasse valores como lazer e liberdade.

Instaura-se uma ideologia da terceira idade, que se difunde rapidamente pelo cotidiano e instiga novos padrões de consumo e necessidades, ao mesmo tempo que incorpora a seus sentidos esta resposta de mão dupla da população de mais idade: atende-se as novas demandas criadas pelo mercado, mas também constrói-se uma imagem que simboliza [...] o ser jovem em toda idade (MOTTA, 1997, p. 132).

Deste modo, tendo em vista essas novas imagens do envelhecimento, Debert (1997) aponta que devemos considerar as alterações ocorridas no curso de vida, resultando em uma

série de etapas intermediárias que passaram a caracterizar estilos de vida próprios aos indivíduos em diferentes faixas etárias.

Assim, novas terminologias e novos conceitos vêm surgindo com o intuito de classificar e identificar períodos como a terceira e quarta idade, que se caracterizam como uma tentativa de ajustar esquemas classificatórios e circunstâncias sociais, culturais, psicológicas e biológicas como blocos monolíticos, que buscam homogeneizar a velhice, não reconhecendo demarcados períodos da vida.

2.2.2 Envelhecimento e Curso de Vida

Ao analisar as mudanças nas etapas da vida, Debert (1997) atenta para a maneira como está sendo operada uma dupla dissociação. De um lado, a juventude passa a ser um bem, valor que pode ser conquistado em qualquer etapa da vida, através do consumo e estilos de vida adequados. Do outro, a aposentadoria se transforma em momento privilegiado, deixando de ser um marco para a passagem para velhice, mas se caracterizando como um momento de renovação pessoal, busca de prazer e de satisfação.

Debert (1997) relata que estas mudanças têm levado autores a considerar que a história da civilização ocidental estaria marcada por três etapas:

[...] pré-modernidade, em que a idade cronológica é menos relevante do que o status da família na determinação do grau de maturidade e do controle de recursos de poder; a modernidade, que teria correspondido a uma cronologização da vida; e a pós-modernidade, que operaria uma desconstrução do curso de vida em nome de um estilo unietário (DERBET, 1997, p. 121).

A autora destaca que quando se discutem as idades na pré-modernidade, utilizam-se os autores Ariès e Elias¹¹. O primeiro mostrou, em seu estudo sobre a infância, que esta categoria foi sendo construída a partir do século XIII. Na França medieval, a criança não era separada do mundo adulto e, a partir do momento em que sua capacidade física permitisse, participava integralmente do mundo do trabalho e da vida social. Já o segundo autor, em seu trabalho sobre o processo civilizatório, aponta que na Idade Média o comportamento dos adultos era mais solto e espontâneo. Ambos estão de acordo que foi no contexto da

¹¹ ARIÈS, P. . **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991; ELIAS, N. . **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

modernidade que houve a diferenciação do que é ser adulto e ser criança (DEBERT, 1997). Em relação aos velhos nesse período, Hareven (1999, p. 25) explica que “o adulto passava para a velhice sem disrupções institucionalizadas. Seus dois principais papéis – paternidade e trabalho – em geral se estendiam por toda vida, sem qualquer intervalo de ‘ninho vazio’ ou “aposentadoria compulsória”.

Segundo Debert (1997, p. 122), na modernidade os “estágios da vida foram claramente definidos e separados e a fronteira entre eles passou a ser dada pela idade cronológica”. A autora destaca Kohli e Meyer¹², que utilizam a expressão “cronologização da vida” para assinalar as mudanças na forma de como a vida passou a ser periodizada. Neste sentido, ocorreu a padronização da infância, da adolescência, da idade adulta e da velhice, pensada de acordo com as mudanças estruturais, principalmente econômicas. Houve, assim, “[...] a segmentação do curso da vida em etapas mais formais, em transições mais uniformes e rígidas de um período para o próximo e na separação dos vários grupos etários entre si” (HAREVEN, 1999, p. 35). No que diz respeito à velhice, a urbanização, a industrialização e a modernização levaram ao declínio do status social do idoso.

Mas pensar a vida em papéis que seguem uma ordem seqüencial, exatamente dividida pela idade, apreenderia as características da atual sociedade contemporânea? É o que indaga Debert:

É essa a questão que leva Held¹³ a propor que uma das características marcantes da experiência pós-moderna seria a “desinstitucionalização” ou a “descronologização” da vida. Sua argumentação terá como base as mudanças ocorridas no processo produtivo, no domínio da família e na configuração das unidades domésticas (DEBERT, 1997, p. 123).

A expressão “curso de vida pós-moderna” foi cunhada por Moody¹⁴ para explicar as transformações que caracterizam a experiência da sociedade contemporânea, que leva à relativização das normas indicadas para cada etapa da vida (DEBERT, 1997). Porém, quando se pensa na velhice nesse modo pós-moderno, as mudanças também devem ser relativizadas, principalmente porque as idades ainda são fundamentais na organização social. E essas transformações não vêm acompanhadas de tolerância para com as idades, e, assim, a

¹² KOHLI, M. ; MEYER, J.W. Social structure and social construction of life stages. *Human Development*, n. 29, 1996.

¹³ HELD, T. . Institutionalization and Deinstitutionalization of the life course. *Human Development* n. 29, 1986

¹⁴ MOODY, H.R. Overview: what is critical gerontology and why is it important? In: COLLE, T. R. et all (Org). *Voices and Visions of aging – toward a critical gerontology*. Nova Iorque: Springer Publishing Company, 1993.

juventude é ressaltada, de tal modo que, nesta etapa, os idosos devem agir como “não velhos”, demonstrando vitalidade e alegria, superando a velhice em sua condição de degradação física e social. Portanto, às pessoas que seguem esse modelo é atribuída a categoria terceira idade, mas aos que não se comportam dessa forma, por não poderem ou não quererem, a estes é atribuído o termo “velho”, com todo peso pejorativo (LIMA, 2001).

A imagem da terceira idade relativiza a velhice, na medida em que reforça a idéia de que é possível, com esforço individual, avançar na idade sem ficar velho (LIMA, 2001). É o que Debert (1997) chamou de processo de “reprivatização da velhice”.

No contexto em que o envelhecimento se transforma em um novo mercado de consumo, não há lugar para a velhice, que tende a ser vista como consequência de um descuido pessoal, da falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados (DEBERT, 1997, p. 127).

Assim, a experiência de envelhecer passa a ser encarada como uma opção individual perante a variedade de produtos e serviços, não mais se caracterizando como uma imposição inflexível do passar dos anos (LIMA, 2001).

Contudo, não se podem homogeneizar esses “novos velhos”. Neste sentido, Debert (1997) afirma que, quando pensamos em curso de vida, é preciso levar em consideração as variações das etapas nas sociedades distintas, bem como a experiência de grupos diferenciados em uma mesma sociedade, sendo especialmente importante pensar acerca das especificidades no curso de vida das mulheres.

2.2.3 Relações de Gênero e a compreensão sobre Velhice e Envelhecimento

A fim de compreendermos o curso de vida, em especial do segmento idoso, faz-se necessário incorporar na análise deste trabalho a perspectiva de gênero, enfatizando a figura da mulher, tendo em vista que, nas últimas décadas, o Brasil tem passado por inúmeras transformações demográficas, culturais, econômicas e sociais que provocaram mudanças na estrutura etária do País, e, neste contexto, as mulheres se firmaram como agentes sociais, econômicos e políticos da maior importância.

De acordo os estudos de Debert (1994) e Motta (1997 e 1998), a questão de gênero se caracteriza como fator determinante para compreendermos categorias sociais como a velhice.

A condição de gênero tem sido absolutamente definidora da vida dos idosos, não apenas por constituir-se em dimensão fundamental da vida social e da análise, mas, sobretudo no que se refere à geração porque homens e mulheres de mais idade, hoje, tiveram trajetórias de vida bastante diferenciadas, de acordo com prescrições sociais pré-estabelecidas, no tempo social da juventude; para cada sexo em seu grupo de idade [...] (MOTTA, 1997 *apud* FAVERO, 2003, p. 31).

Gênero é uma categoria relacional que procura ilustrar a construção de um tipo de diferença entre as pessoas, e não pode se reduzir à mulher. “Gênero é mais que uma categoria, é uma teoria ampla que abrange hipóteses, interpretações, categorias e conhecimentos relativos ao conjunto de fenômenos históricos construídos em torno do sexo” (LISBOA, 2002, p. 38). Para Lagarde (1996 *apud* LISBOA, 2002, p. 38), “Gênero é uma categoria correspondente à ordem sócio-cultural configurada sobre a base da sexualidade: a sexualidade por sua vez definida e significada historicamente pela ordem genérica”. Neste sentido, gênero é uma elaboração simbólica que contém características assinaladas às pessoas a partir do sexo.

A desigualdade de gênero para os idosos merece reflexão, considerando que o idoso integra a lista de excluídos na sociedade. Nessa faixa etária, a situação do homem e da mulher tem algumas peculiaridades, conferidas pelas diferenças de papéis desempenhados socialmente. Portanto, envelhecer apresenta-se como experiência diferenciada para homens e mulheres.

Debert (1994) aponta que o envelhecimento feminino é menos rude do que para o homem, tendo em vista que o desligamento das relações de trabalho para mulher pode não apresentar uma forte ruptura.

O velho enquanto categoria social nunca interveio no percurso do mundo. Enquanto conserva uma eficácia, ele permanece integrado à coletividade e não se distingue dela: é um adulto macho de idade avançada. Quando perde suas capacidades, aparece como outro; torna-se, então, muito mais radicalmente que a mulher, puro objeto; ela é necessária à sociedade; ele não serve para nada: nem valor de troca, nem reprodutor, nem produtor, não passa de uma carga (BEAUVOIR, 1990, p. 110).

Na vida do homem, a aposentadoria introduz uma descontinuidade, ou seja, a ruptura com o passado. Assim, ele precisa adaptar-se à nova condição que lhe traz a vantagem do lazer e descanso, mas também a desvantagem da desqualificação (BEAUVOIR, 1990).

Os idosos das classes populares guardam um forte sentido de classe, ressaltado por Motta (1998) como ex-trabalhadores. Já os de classe média valorizam a liberdade pela tranquilidade econômica. Porém, todos ressaltam que não é possível envelhecer como no passado, quando os velhos tinham melhor *status* na família e na sociedade.

Para a mulher – dona-de-casa e doméstica –, trabalho e existência se confundem. Não há um rompimento brutal de suas atividades, uma vez que ela não fica totalmente ociosa, mesmo com a saída de casa dos filhos, assumindo a função de avó, que traz novas possibilidades. Encontra, na casa e na família, papéis que lhe permite achar ocupação e manter sua identidade (BEAUVOIR, 1990).

Assim, para mulheres de ambas as classes sociais, explica Debert (1998, p. 48) que “o envelhecimento significa [também] uma passagem de um mundo totalmente regado para outro em que se sentem impelidas a criar suas próprias regras”. Através de perdas, as mulheres conquistaram sua liberdade e independência e, assim, a vida cotidiana é incorporada à sensação de bem-estar. A mesma autora explica que esse bem-estar é constituído a partir de dois conjuntos:

Por um lado, uma oposição entre a liberdade atual e as outras etapas da vida, sobretudo a juventude, em que as mulheres eram vítimas da opressão dos pais e dos controles que a sociedade exercia sobre suas vidas. Por outro lado, uma oposição entre o que foi a experiência de envelhecimento das mulheres do passado e o envelhecimento hoje. Para todas as mulheres, a velhice de suas mães e avós foi o período mais sombrio de suas vidas. Um período em que passavam a se vestir de preto, já não saíam de casa e viviam na dependência dos filhos (DEBERT, 1994, p. 48).

De acordo com Debert (1994), podemos constatar que essa mudança na forma de viver das mulheres idosas ocorreu principalmente a partir das duas últimas décadas do século XX, em que teve grande influência a sua inserção nos grupos de convivência, onde tiveram a oportunidade de criar um espaço coletivo para a redefinição de formas de sociabilidade e de estilos de vida para as mulheres que, ante as perdas indesejadas, buscaram novas maneiras de viver a liberdade que lhes foi apresentada.

Assim, ao considerarmos o aspecto velhice, não podemos deixar de ressaltar, ainda, a feminilização do envelhecimento, ou seja, o recorte de gênero em que as mulheres representam maioria da população idosa em todas as regiões do mundo. Neste sentido, Veras (2003, p. 07) destaca algumas hipóteses que visam explicar por que as mulheres vivem mais que os homens:

a) diferença na exposição a risco – acidentes domésticos e de trabalho, acidentes de trânsito, homicídios e suicídios são, em conjunto, quatro vezes mais frequentes para os homens do que para as mulheres em áreas urbanas brasileiras; b) diferenças no consumo de tabaco e álcool – fumar e beber são fatores de risco associados às mortes por neoplasias e doenças cardiovasculares, e as duas causas de mortes mais importantes na faixa etária acima de 45 anos, e os homens costumam consumir tabaco e álcool em maiores quantidades do que as mulheres; c) diferenças na atitude em relação às doenças – as mulheres têm, de modo geral, melhor percepção da doença e fazem uso mais constante dos serviços de saúde do que os homens | | | |

atendimento médico-obstétrico – a mortalidade materna, antes uma das principais causas de morte prematura entre as mulheres, é atualmente bastante reduzida.

Em se tratando de homens ou mulheres, não nos cabe definir quem se adapta melhor ao processo de envelhecimento, considerando que, em ambos os casos, estamos diante de formas diferenciadas de preconceitos e esteriótipos ligados à velhice. Portanto, indo ao encontro da realidade até aqui identificada, discorreremos a seguir acerca da questão social que envolve o processo de envelhecimento no Brasil.

2.3 A Questão Social do Idoso no Brasil

No Brasil, como nos demais países do mundo, o envelhecimento populacional vem adquirindo crescente significado, caracterizando-se como foco de discussão de diversas áreas da sociedade e de diferentes campos acadêmicos e científicos que se preocupam em estudar o assunto.

Diversas são as evidências empíricas identificadas na realidade atual que nos levam a nos interessar pelo fenômeno do envelhecimento. Dentre estas, Pereira (2006) destaca o progressivo envelhecimento da população; o surgimento de novas necessidades – biológica, psicológica, econômica, social e de cidadania – decorrentes do fenômeno do envelhecimento e das condições estruturais e históricas em que é produzido; e o reconhecimento de que as ações de proteção social não estão correspondendo adequadamente a essas novas necessidades.

Assim, o fenômeno do envelhecimento, com toda sua força e precisão, dá-se num contexto desfavorável à proteção social pública, de modo que se faz necessária a revisão dos compromissos para com o bem-estar dessa parcela da população, tanto por parte do Estado quanto da sociedade.

Em decorrência deste quadro macrossocial de mudanças, afirma-se uma ruptura dos liames sociais, a exclusão, a desagregação, a vulnerabilidade das relações sociais das pessoas que se encontram nesse patamar de vida. As referências teóricas mais utilizadas na compreensão desse fenômeno afirmam a existência de um novo tipo de questão social (GONÇALVES, 2006, p. 17).

Diante desse cenário que se coloca para a sociedade brasileira, é necessário pensar como vamos trabalhar com essa questão, e quais os mecanismos necessários para inserir o

sujeito idoso nesse processo, garantindo, assim, melhora da sua qualidade de vida. Para tanto, entender a questão social hoje requer uma revisitação crítica da ação dos sujeitos e dos processos histórico-estruturais que instituíram as sociedades, considerando que a questão social fundante em nossa sociedade centra-se nas extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social de nosso país (WANDERLEY, 1997).

A expressão questão social passou a ser utilizada a partir de 1830, “[...] quando se tomou consciência da existência de populações que foram, ao mesmo tempo, agentes e vítimas da revolução industrial” (WANDERLEY, 1997, p. 56). Assim, ela surge para dar conta do chamado fenômeno do pauperismo, ou seja, da pobreza acentuada e generalizada.

A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. [...] Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com sua situação: da primeira década até metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas [...] Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social” (NETTO, 2004, p. 43).

Ao analisar a questão social, Iamamoto (2004) aponta que devemos considerá-la indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e inseridas na arena de disputas entre os diferentes interesses de classes. Entendida desta maneira,

a questão social diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas, e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características ético-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2004, p. 17).

Assim, a questão social tem sua história ligada à emergência da classe operária, que, por meio de lutas, exigiu o reconhecimento como classe que reivindica seus direitos ao Estado. Neste sentido, a pobreza se transformou em questão social quando foi entendida e admitida por uma esfera da sociedade que tentou equacioná-la, dando visibilidade pública, transformando-a em demanda política, resultando em crise e tensões sociais (WANDERLEY, 1997).

Deste modo, “o processo de reconhecimento da velhice como uma questão social se inicia, justamente, com essas primeiras gerações de operários que envelhecem” (BENOIT-LAPIERRE, 1979 *apud* LIMA, 2001, p. 132).

Com a Revolução de 1848¹⁵, vemos, de um lado, a busca da manutenção e a defesa da ordem burguesa, através do pensamento conservador laico e confessional, que naturalizam a questão social. E, de outro, o movimento dos trabalhadores, que, em seu processo de luta, aderiu à consciência política de que a questão social está atrelada à sociedade burguesa. Porém, foi com Marx, em 1867, através da publicação do primeiro volume de “O Capital”, que o movimento dos trabalhadores passou a encontrar “[...] instrumentos teóricos e metodológicos para apreender a gênese, a constituição e os processos de produção da questão social” (NETTO, 2004, p. 45).

Após a Segunda Guerra Mundial, no processo de reconstrução econômica e social, o regime do capital apresentou crescimento econômico. Para dar respostas às contradições da economia capitalista na Europa, foi criado o Estado de Bem Estar Social – Welfare State –, que, por meio de concessões feitas ao proletariado, buscou garantir a reprodução da força de trabalho.

Mas, a partir da década de 1970, com as baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, ocorreu a recessão do mundo capitalista, o que abriu espaço para o ideário neoliberal. Esse projeto neoliberal prevê, entre outros fatores, o corte nos gastos sociais, e, assim, o achatamento das funções do Estado (ROLLIN, 1998).

No Brasil, a tendência neoliberal se origina no final da década de 1980. Assim, “em 1989, é formulado o ‘Consenso de Washington’ para imprimir uma política de ajustes estruturais e de estabilização econômica nos países periféricos, entre eles, o Brasil, para atender ao interesses do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial [...]” (ABRAMIDES, 1995 *apud* ROLLIN, 1998, p. 19).

De tal modo, o Brasil passa a viver sob a ordem do modelo sócio-econômico mundial, denominado neoliberal, em que predomina um tipo de regulação econômica e social, orientada pelo mercado, que diminui a participação do Estado na garantia de direitos, e também cerceia a autonomia dos Estados para adotarem as políticas que melhor lhes convenham. No caminho dessa nova regulação, exigiu-se a flexibilização dos empregos e dos salários para enfrentar problemas de inflação e a crise fiscal do Estado, o que contribuiu para o aumento do desemprego e da desproteção social em geral (PEREIRA, 2006).

¹⁵ Dá-se o nome de Revoluções de 1848 à série de revoluções na Europa Central e Ocidental que eclodiram em função de regimes governamentais autocráticos, de crises econômicas, da falta de representação política das classes médias e do nacionalismo despertado nas minorias, que abalaram as monarquias européias, onde tinham fracassado as tentativas de reformas políticas e econômicas. De caráter liberal democrático e nacionalista, foram iniciadas por membros da burguesia e da nobreza que exigiam governos constitucionais, e por trabalhadores e camponeses que se rebelaram contra os excessos e a difusão das práticas capitalistas.

Em suma, as evidências empíricas permitem afirmar que os riscos sociais que decorrem das novas mudanças societárias – ou do advento da chamada sociedade pós-industrial – dizem respeito, principalmente, ao envelhecimento da população: à pobreza e desigualdade social causadas pelo desemprego estrutural; às mudanças na estrutura e nas funções da família; e à diminuição da proteção social pública (CABRERO, 1997 *apud* PEREIRA, 2006, p. 04).

Diante do exposto, a atual conjuntura nos apresenta a “emergência de novas expressões da questão social” (NETTO, 2004, p. 48), tendo em vista que, a cada fase de seu desenvolvimento, o capitalismo faz surgir expressões ainda mais complexas. E é nesse contexto adverso que ocorre o fenômeno do envelhecimento e que se insere a questão do idoso no Brasil.

O envelhecimento demográfico no Brasil apresenta-se marcado pela desvantagem social para uma grande maioria, em função da nossa estrutura histórica, onde as baixas aposentadorias ou a inexistência desta, a ausência de economias acumuladas, a enorme cisão entre as classes, as constantes crises econômicas, a defasagem do salário mínimo, a insipiência das políticas sociais, têm gerado impactos sobre idosos, família e Estado. Para analisar as contradições da vida da maioria dos velhos brasileiros é preciso pensar nas contradições que acompanham sua trajetória de vida e na própria dinâmica da sociedade industrial, que intensificam o preconceito (SILVA, 2003, p. 98).

Neste sentido, o Brasil não tem apresentado condições reais de garantir dignidade de vida aos idosos, levando em conta que há poucas perspectivas de suavização das desigualdades estruturais. Considerando que vivemos num sistema capitalista globalizado em que se desenvolveu a idéia de velho como ser improdutivo para o mercado de trabalho, esta concepção de sociedade provoca a exclusão de todos aqueles que não condizem com o perfil de ser produtivos, sobretudo estigmatizando o sujeito em idade mais avançada, especialmente por seu declínio físico.

E, “assim, com a expansão da fronteira do envelhecimento, começamos a enfrentar os problemas de uma velhice subdesenvolvida em decorrência de carências nutricionais, sanitárias, educacionais, habitacionais, previdenciárias, etc. [...]” (DEBERT, 1988 *apud* SILVA, 2003, p. 108). Portanto, a população que envelhece passa por situações de marginalização que envolvem questões de ordem física, social, econômica e política. Neste sentido, os idosos tendem a ser desfavorecidos em comparação com outros segmentos da população.

Salgado (1998) aponta que a velhice apresenta um custo social significativo, especialmente em função dos programas de saúde e do custeamento das aposentadorias e pensões.

No que diz respeito à saúde, “as modificações observadas na pirâmide populacional, onde as doenças próprias do envelhecimento ganham maior expressão, trazem como resultado uma demanda crescente por serviços de saúde” (VERAS, 2003, p. 16). O aumento pela busca de serviços de saúde, diante da escassez de recursos, apresenta-se com um dos desafios atuais.

Apesar de o Ministério da Saúde possuir o maior orçamento do governo, [...] seu gasto é ainda muito pequeno, particularmente quando comparado com outros países. Mas ainda é mais grave quando se observa a relação dos custos e a importância conferida as políticas para os idosos. Em todos os indicadores analisados, como tempo de permanência hospitalar, utilização de serviços ambulatoriais, consumo de medicamentos, realização de exames complementares, entre outros, a participação dos idosos se situa entre 25% a 30% do total dos dispêndios do Ministério da Saúde. Isto quer dizer que o grupo etário dos idosos, composto por menos de um décimo da população, utiliza em torno de um quarto do orçamento do Ministério da Saúde [...] (VERAS, 2003, p. 19).

Além do fator financeiro, também há o psicológico, que envolve a figura do cuidador. Este tem suas relações com amigos e a participação em atividades de lazer prejudicadas. Sem o suporte do governo, a família do idoso doente fica sobrecarregada. “Difícilmente as famílias poderão arcar sozinhas com a responsabilidade de cuidar dos idosos, principalmente no contexto atual em que [muitos] filhos encontram-se desempregados e dependentes da irrisória proteção social dos velhos” (SILVA, 2003, p. 108).

O idoso muitas vezes é materialmente prejudicado, ponderando que a aposentadoria provoca queda de rendimentos, o que deteriora os seus padrões de vida.

A precária situação econômica dos idosos, decorrente da desvalorização gradativa do salário-aposentadoria e, por consequência, um empecilho à manutenção do nível de vida conquistado no tempo da atividade profissional determina, no tempo da velhice, profunda angústia e insegurança, pela preocupação com a própria subsistência. A situação se agrava ante a dificuldade de elevar a renda pelo exercício de qualquer outra ocupação remunerada (SALGADO, 1980, p. 105).

Além disso, a Previdência Social se encontra num processo de crise financeira, “certamente porque os seus recursos foram desviados para o financiamento de outras coisas; porque muitas empresas e muitos indivíduos poderosos continuam inadimplentes e também porque não foi previsto o aumento da expectativa de vida do brasileiro” (SALGADO, 1999, p. 09). Este último ponto caracteriza-se como o destaque, pois a população está vivendo mais, o que aumenta o tempo da concessão de benefício. Por outro lado, ocorre a queda de natalidade, que diminui o número de contribuintes.

A velhice apresenta-se, ainda, como uma questão política, pois depende do valor que a sociedade lhe atribui. “Como etapa particular do ciclo de vida e sujeita a limites e

possibilidades, exige políticas sociais específicas com o objetivo de integrar o idoso ao meio social” (SALGADO, 1998, p. 36).

Com relação à situação da mulher, Pereira (2006) relata que, do ponto de vista biológico, teria a vantagem de viver mais que do homem, porém traz a desvantagem do ponto de vista social. Em função da inserção ainda subalterna no mercado de trabalho, ou mesmo por sua dedicação integral ao lar, a maioria delas, quando idosas, enfrenta situações de empobrecimento e solidão. “A solidão das mulheres idosas traz como consequência o aumento de estados depressivos quando comparados às demais faixas etárias. [...] A tríade pobreza, solidão e doença ocorre com frequência entre as mulheres idosas” (VERAS, 2003, p. 08).

Assim, precisamos construir um novo projeto societário com uma concepção dos idosos como sujeitos de direitos capazes de produzir, de realizar, de desfrutar, enfim, de serem exemplos para os jovens, numa relação que promova a troca de experiências entre os sujeitos. “Em nome da equidade, faz-se necessário o aprofundamento analítico do fenômeno do envelhecimento, para uma atenção mais eficaz de situações particulares de mal-estar e marginalização sofridas por determinados grupos no contexto da atual transição demográfica” (PEREIRA, 2006, p. 06). “A questão social do idoso, face à sua dimensão, exige uma política ampla e articulada entre os vários órgãos de governo e organizações não-governamentais” (VERAS, 2003, p. 14). O envelhecimento não pode ser encarado como problema, mas sim como uma conquista a ser celebrada, a partir da efetivação do sistema de proteção, em que o idoso torne-se também prioridade na agenda política do país, estabelecendo, assim, a garantia dos seus direitos.

2.4 Políticas Sociais de Atenção ao Idoso no Brasil

Envelhecer é uma realidade em nossa sociedade, e esta, por sua vez, necessita acompanhar esse movimento da vida. Os desafios desencadeados pelo envelhecimento da população apresentam diversas dimensões e dificuldades, influenciando no consumo, na transferência de capital e propriedades, nos impostos, em pensões, no mercado de trabalho, na saúde e na assistência médica, na composição e na organização da família. É um processo normal, inevitável e irreversível. Portanto, deve ser tratado especialmente por meio de intervenções sociais (PORTO, 2006).

As políticas públicas de caráter gerontológico estabelecem relação com o desenvolvimento sócio-econômico e cultural, bem como com as ações reivindicatórias dos movimentos sociais. Desta forma, a política pública de atenção ao idoso apresenta como marco importante de sua trajetória, a Constituição Federal de 1988, que fez com que a rede de proteção social alterasse o seu enfoque estritamente assistencialista, passando a ter uma conotação ampliada de cidadania. Com a Constituição, os direitos dos idosos passaram a ser reconhecidos legalmente, como podemos observar em seu artigo 230º, que dispõe que “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida”.

A partir daí, a legislação brasileira procurou adequar-se a tal orientação, e, como consequência de mobilizações da sociedade civil, foi implementada uma política que contemplou especificamente os direitos da pessoa idosa. Assim, a através da Lei nº. 8.842, de 04 de janeiro de 1994, foi instituída a Política Nacional do Idoso. Esta criou normas para os direitos sociais dos idosos, buscando garantir autonomia, integração e participação efetiva do idoso na sociedade, caracterizando-se como instrumento de cidadania.

Ela foi pautada em dois eixos básicos: *proteção social*, que inclui as questões de saúde, moradia, transporte, renda mínima, e *inclusão social*, que trata da inserção e reinserção social dos idosos por meio da participação em atividades educativas, socioculturais, organizativas, saúde preventiva, desportivas, ação comunitária. Além disso, trabalho e renda, com incentivo à organização coletiva na busca associada para produção e geração de renda como cooperativas populares e projetos comunitários (BRUNO, 2003, p. 78).

Desta forma, a Política Nacional do Idoso destina-se a atender a pessoa maior de sessenta anos de idade, e tem como fim criar condições para promover a longevidade com qualidade de vida, colocando em prática ações voltadas não somente para os idosos, mas também para aqueles que irão envelhecer. Além disso, elenca as competências das várias áreas do governo e seus respectivos órgãos (PORTO, 2006).

No que se refere às competências das entidades públicas, encontram-se importantes obrigações, como “estimular alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros” (LEI 8.842, 1994, art. 10º, inciso I, alínea b).

Com a aprovação da Política Nacional do Idoso e sua implementação [...] fica claro o papel do Estado diante da questão social do idoso: consolidar uma disposição em transformar o idoso em um sujeito assistido, em um cliente com autonomia; privilegiar prevenção no lugar de “tratamento”, “cedendo”, ainda que indiretamente, parte das responsabilidades sobre a

forma como se envelhece para o próprio sujeito, bem como estabelecer parcerias e divisão de responsabilidades junto a outros agentes (LIMA, 2001, p. 124).

A Política Nacional do Idoso foi regulamentada através do Decreto nº. 1.948, de 03 de julho de 1996. Este, por sua vez, estabelece, dentre as competências do Ministério da Previdência e Assistência Social, em seu artigo 2º, inciso VII, o papel de “fomentar junto aos Estados, Distrito Federal, Municípios e organizações não-governamentais, a prestação da assistência social aos idosos nas modalidades asilar e não-asilar”, entendendo como uma das modalidades não asilar de atendimento o “Centro de Convivência: local destinado à permanência diurna do idoso, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania” (DECRETO, 1.948, art. 4º, inciso I).

Assim, o centro de convivência tem se caracterizado como espaço possível para exercer a cidadania. Contudo, nota-se que o idoso organizado pode e deve reivindicar os seus direitos, o que ainda não tem conseguido em sua plenitude. “Na medida em que estas ações forem se concretizando, serão estabelecidas, tanto da parte do poder público quanto da sociedade civil, novas formas de dar cidadania à velhice” (MILNITZKY; SUNG; PEIREIRA, 2004, p. 66). Portanto, devemos entender que a política pública não é uma atividade exclusiva do Estado.

A palavra pública, associada política, não é sinônimo de ação estatal, ou de ingerência governamental, mas tem identificação com “res-pública”, isto é, coisa de todos, do povo, e, por isso, afigura-se como atuação tanto do estado como da sociedade. É, em outras palavras, ação pública onde, além do Estado, a sociedade passa ter responsabilidade, poder decisório e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos do governo e do mercado (PEREIRA, 1997 *apud* MENDONÇA, 1999, p. 59).

Infelizmente, observamos que a sociedade não tem assumido plenamente esta responsabilidade, como ocorre com a Política Nacional do Idoso, que deveria ser um instrumento fundamental para ações efetivas, até hoje pouco apropriada pelos profissionais e idosos, “no sentido de exigirem a garantia dos direitos sociais, espaços de participação política e inserção social” (BRUNO, 2003, p. 79).

Deste modo, no que se refere aos direitos dos idosos, verificamos que, apesar da Lei 8.842/94, não houve a eficaz implementação das políticas públicas por ela estabelecidas. Por esse motivo, mais uma vez a sociedade civil organizada mobilizou-se e alcançou como resultado a criação do Estatuto do Idoso, instituído pela Lei nº. 10.741, de 01 de outubro de 2003, que define medidas de proteção às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos.

O Estatuto possui 118 artigos que regulamentam os direitos das pessoas idosas, com a finalidade de operacionalizar a garantia dos direitos assegurados pelas políticas públicas, tornando a família, Estado, sociedade e comunidade *co-obrigados* a garantir ao idoso a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

A lei Federal nº. 10.741/2003, ao regulamentar a Constituição Federal no que tange aos direitos dos idosos, entre tantas inovações, estabelece que a Política de Atendimento ao idoso deva ser feita “por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. (art. 46º). Dentre as linhas de ação da política de atendimento, no que diz respeito às políticas e programas de assistência social, está o direito à convivência familiar e comunitária, que manifesta a “intenção de manter o idoso em família e integrado à comunidade” (FILHO; SILVA, 2004, p. 23). Ainda sobre o direito à convivência, os autores supracitados destacam a relevância em instituir os grupos de convivência, com o intuito de proporcionar a troca de experiências entre os idosos.

Dado o exposto, acreditamos que um Estatuto diferenciado para os idosos é justificado pelas condições especiais que enfrentam nessa fase da vida, como mudanças nos arranjos familiares, saída do mercado de trabalho, maior fragilidade física, etc. É neste cenário que o Estatuto do Idoso, constituindo direitos importantes, contribui para formação de uma sociedade receptiva, em que todos possam viver dignamente.

Porém, envelhecer com dignidade é um prêmio ainda a ser conquistado. Neste sentido, a sociedade brasileira tem um longo percurso para compreender que os direitos sociais e de cidadania devem ser universais, ou seja, de todos, independentemente da idade.

“Hoje o velho tem direitos garantidos legalmente, porém com risco de se tornarem letra morta, pois a sociedade tem acirrado os valores negativos em relação à velhice, e o modelo neoliberal coloca em risco os direitos até então conquistados” (SILVA, 2003, p. 110).

Com o objetivo de desobrigar-se dos encargos sociais, os governos têm transferido responsabilidades às instâncias locais, ao mercado e à sociedade. E este tipo de reforma do Estado tem se fundado em ações que transformam os direitos em favor e caridade, não produzindo políticas universais, mas sim políticas compensatórias que atendem apenas os mais pobres.

Verificamos que existe um enorme distanciamento entre a legislação e a realidade vivenciada pelos idosos. Mas, para que ocorra a mudança dessa situação, faz-se necessário promover o debate e estimular a mobilização de toda sociedade, principalmente os idosos.

[...] não basta a simples existência de normas jurídicas. A questão é mais ampla, uma vez que os direitos devem ser efetivamente exercidos pelos idosos, e isto porque seu efetivo exercício é o elemento fundamental e imprescindível de inclusão do idoso na sociedade, ou seja, para que o idoso exerça um papel ativo na sociedade e para que a sociedade trate o idoso com respeito e dignidade (MILNITZKY; SUNG; PEREIRA, 2004, p. 56).

Assim, o tempo da velhice deve se caracterizar como um tempo de luta, e, portanto, o idoso não poderá mais se omitir nem se isolar em sua casa, mas sim deverá marcar sua presença. “Essa é uma responsabilidade que todos teremos que assumir: lutar por um sistema mais justo e por uma cultura mais receptiva, mais condizente com a realidade de nosso envelhecimento” (SALGADO, 1999, p. 9).

Poderemos alcançar uma sociedade mais justa, sobretudo através da Participação Social, em que os idosos possam compreender e criticar os acontecimentos e também contribuir para a construção do futuro de nossa sociedade. Deste modo, na seção a seguir abordaremos a participação das mulheres idosas nos grupos de convivência, entendida como processo de inserção social e possibilidade de exercício da cidadania.

3 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES IDOSAS NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA COMO PROCESSO DE INSERÇÃO SOCIAL E EXERCÍCIO DE CIDADANIA

3.1 O Serviço Social do Comércio (SESC) e a Ação Gerontológica no Trabalho com Grupos

No ano de 1945, o mundo se reorganizava após a Segunda Grande Guerra. Nesse momento, o Brasil vivia um período de desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, de inchaço das cidades, tendo em vista o deslocamento do homem do campo para os centros urbanos. As cidades cresciam desordenadamente, o que acabou gerando problemas no transporte, na saúde, no saneamento, na educação, na habitação, dentre outras áreas. Esse contexto provocava inúmeras tensões sociais. Deste modo, as precárias condições de vida dos trabalhadores se caracterizaram como um impedimento à paz social e ao próprio desenvolvimento do país (BRANDÃO, 1997).

A mobilização popular reclamou a promoção de políticas públicas, bem como a intervenção do Estado para que este viesse a atuar como mediador de conflitos sociais por meio de Programas Sociais. Como tentativa de amenizar essa realidade, em maio de 1945, reuniram-se, na cidade de Teresópolis, no Rio de Janeiro, líderes do comércio, da indústria e da agricultura, para a Primeira Conferência das Classes Produtoras – CONCLAP, cujo objetivo era modificar a relação empresário e empregado, harmonizando e pacificando o capital e o trabalho. Dessa Conferência originou-se a “*Carta da Paz Social*, implantando a filosofia e o conceito de serviços sociais custeados pelas classes patronais” (BRANDÃO, 1997, p. 10). Assim, com a finalidade de contribuir para o bem-estar social e melhorar as condições de vida dos comerciários e seus familiares, em 13 de setembro de 1946, o presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, assinou o Decreto nº. 9.853, que instituiu o Serviço Social do Comércio – SESC.

No desenvolvimento de suas ações, o SESC definiu a importância do atendimento a todas as faixas etárias e classes sociais, e optou, também, pela abertura dos programas e projetos para a comunidade, sem que isso apresentasse dano para sua clientela específica, ou seja, os comerciários e seus dependentes. No que diz respeito aos idosos, a inexistência de uma política de governo para estes e as condições precárias em que se encontravam no Brasil levaram o SESC a propor uma alternativa de atendimento para essa faixa etária.

A iniciativa do SESC em realizar um trabalho com idosos teve por base observações feitas por técnicos da instituição em viagens de estudo à Europa e aos Estados Unidos. Assim, em 1963, constatou-se

a existência de um pequeno grupo de aposentados que almoçava diariamente no restaurante de um dos Centros Sociais da Cidade de São Paulo, e que após a refeição permanecia na sala de estar, conversando ou apenas repousando. Este grupo foi convidado a se organizar para desenvolver outras atividades de lazer, tais como jogos de salão e leitura, convite este que foi muito bem aceito e facilitou a ampliação do grupo, com o ingresso de amigos dos primeiros participantes (QUEIROZ, 1989, p. 29).

Deste modo, surgiu o primeiro grupo de idosos no Brasil, numa iniciativa inédita em nosso país, que veio modificar o conceito de assistência social para o idoso, uma vez que, até aquele momento, as instituições brasileiras executavam apenas programas de asilamento, não oferecendo, ao idoso relativamente saudável, atividades de lazer, convivência, integração e participação.

O trabalho do SESC com idosos, iniciado há 43 anos, foi se tornando cada vez mais conhecido, evidentemente sofrendo, com o tempo, muitas alterações. Um dos profissionais que nos últimos 30 anos mais se destacou nesse trabalho foi o gerontólogo e epidemiologista Marcelo Antônio Salgado. Em relação às atividades desenvolvidas no SESC, ele afirma que

No início do nosso trabalho os idosos tinham uma atitude muito tímida, deprimida. Interiorizavam o conceito de que aos velhos só restava ‘velhar’. Quer dizer, permanecer sentados o dia todo, sem fazer nada. A velhice era identificada com decadência física, penúria, solidão, perdas. Era uma geração de velhos humildes, inferiorizados, que ficavam muito agradecidos aos técnicos jovens que se ocupavam deles. Havia constrangimento do idoso quanto ao seu corpo. As senhoras não se sentiam à vontade em maiôs ou roupas de ginástica (SALGADO *apud* PRADA, 2006, p. 06).

Com o decorrer do tempo, as gerações sucessivas de idosos foram aliando ao seu hábito atividades esportivas, culturais e sociais que lhes eram oferecidas, instituindo confiança em si e ganhando maior visibilidade. Na década de 1970, as ações de trabalho social com idosos possibilitaram o aumento e a evolução qualitativa dos programas, e a ampliação dos grupos e dos participantes.

No período de 1973 a 1976, as ações do SESC no trabalho com idosos fortaleceram-se de maneira permanente, até mesmo com o investimento em qualificação e aperfeiçoamento dos técnicos no exterior, como relata a gerontóloga Maria Barroso, no trabalho que apresentou na Terceira Semana Nacional de Gerontologia, realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), no final de 2000:

Em 1974 revisamos nosso trabalho com idosos a partir da análise européia, trazida por Marcelo Salgado. Ele preparou um documento – o qual deu

origem ao programa de Renda Mensal Vitalícia – e encaminhou-o ao ministro Nascimento e Silva. Assim foi criada a lei 7.179/74¹⁶ (BARROSO *apud* PRADA, 2006, p. 06).

Em 1976, sob a responsabilidade de um governo militar, o Ministério da Previdência e Assistência Social realizou Seminários Regionais sobre “A Situação do Idoso na Sociedade Brasileira” (São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza) e o Seminário Nacional sobre “Estratégias de Política Social para o Idoso no Brasil” (Brasília), com o intuito de constituir um diagnóstico para a questão da velhice no Brasil e apresentar as linhas básicas de uma política e da promoção social para a pessoa idosa (GONÇALVES, 2006).

O estado de São Paulo foi escolhido para sediar o I Seminário Regional sobre o Idoso na Sociedade Brasileira, que reuniu também os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro. Esse Seminário contou com a expressiva e excelente colaboração do Serviço Social do Comércio – SESC, que pôs à disposição do Ministério o Auditório Basílio Machado Netto, onde tiveram lugar todas as reuniões plenárias, assim como realizou as atividades paralelas, tais como apresentação de músicos aposentados, baile e outras atrações (INPS, 1976).

Ao SESC coube, a importante função de orientação dos Grupos de Estudo Dirigido, cujos temas abordados foram: “Trabalho da pessoa, Programa das Instituições de Atendimento ao Idoso e Integração Familiar e Comunitária” (INPS, 1976, p. 01).

A realização de três seminários regionais e um nacional, no ano de 1976, buscou estabelecer um diagnóstico para a questão da velhice no Brasil. Os eventos foram coordenados pelo gerontólogo Marcelo Antônio Salgado, sob os auspícios do Ministério da Previdência e Assistência Social e do apoio pessoal do ministro desta pasta Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva. Esse diagnóstico foi indiscutivelmente o marco de uma nova era nas atenções públicas com relação à velhice (GONÇALVES, 2006, p. 15).

É nesse momento que o trabalho com idosos do SESC-SP assume, ainda, a função mais específica de estudos e pesquisas, estimulando no idoso a luta por seus direitos e a mobilização para o integral exercício da cidadania. É criado o CETI (Centro de Estudos da Terceira Idade), a partir do qual é formada uma vasta documentação sobre a temática (biblioteca especializada, "Cadernos da Terceira Idade"). Além disso, a instituição passou-se a envolver-se com outros centros de trabalho, em esfera nacional, empenhando-se até mesmo na

¹⁶ O benefício de Renda Mensal Vitalícia (RMV), instituído pela Lei nº. 6.179/74, foi ratificado pelo art. 139 da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, como disposição transitória, até que o inciso V do art. 203 da Constituição Federal, que prevê a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, fosse regulamentado. A RMV foi extinta com a publicação da Lei nº. 8.742/93 – regulamentada pelo Decreto nº. 1.330, de 08 de dezembro de 1994 – que instituiu o Benefício de Prestação Continuada (BPC), cujo público alvo eram os idosos com mais de 65 anos de idade e pessoas portadoras de deficiência, que comprovaram não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família.

elaboração de uma legislação específica – como a inclusão de artigos na Constituição de 1988 e a criação da lei 8.842/94 – Política Nacional do Idoso (PRADA, 2006).

Desde 1982, o SESC tem realizado, a cada biênio, o Encontro Nacional de Idosos, que agrupa delegações de várias cidades do Brasil. Desses eventos, destacamos a Assembléia Nacional de Idosos, que ocorreu em abril de 1999 no SESC de Bertioga/SP, tendo em vista que a Organização das Nações Unidas (ONU) escolheu este como “Ano Internacional do Idoso”, sugerindo a realização de eventos alusivos ao assunto em todas as nações-membros. A assembléia teve como objetivo refletir sobre o futuro das próximas gerações, razão pela qual o tema escolhido foi “A Terceira Idade a Caminho do Ano 2000”.

No período de 1963 até o ano de 2006, os objetivos principais do trabalho social com grupos tem sido o estímulo à integração social dos idosos e a natural melhora na qualidade de vida por meio das ações que geram a inserção social, a atualização cultural, a descoberta de novas aptidões e a consciência da velhice em suas vertentes biopsicossociais.

3.1.2 O SESC em Santa Catarina

No Estado de Santa Catarina, o SESC deu início às suas atividades em 29 de setembro de 1948, instalando-se primeiramente na cidade de Florianópolis. Nos anos seguintes, outras unidades foram implantadas: Joinville e Laguna, em 1949; Itajaí e Blumenau, no ano de 1950; Lages, em 1959; Florianópolis – Estreito, em 1964; Criciúma e Tubarão, no ano de 1973; Brusque, em 1975; Chapecó, em 1978; Xanxerê, em 1998; e Rio do Sul, Concórdia e Jaraguá do Sul, no ano de 1999. Nessa progressão, o SESC Santa Catarina totaliza, no ano de 2006, quinze Centros de Atividades, ou Unidades de Atendimento, presentes em diferentes regiões do Estado, duas Colônias de Férias, sendo uma na cidade de Blumenau e outra em Florianópolis – Cacupé, e uma Pousada Rural localizada na cidade de Lages. Realiza, ainda, atuações com a Unidade Móvel, que leva atendimento a locais onde não há Centro de Atividade fixo. Com isso, o SESC tem oferecido serviços aos comerciários, familiares e comunidade nas áreas de saúde, educação, cultura, lazer e assistência em todo estado de Santa Catarina.

Considerando a intervenção como estagiária de Serviço Social, durante os meses de fevereiro a dezembro de 2006, na área de assistência – setor de grupos – evidenciaremos apenas aspectos relacionados a essa área, através da qual o SESC busca desenvolver ações

que contribuam para a valorização do comerciário e sua família, visando a sua integração à comunidade. O caráter social e educativo de suas atividades propõe-se a contribuir para o exercício da cidadania e em favor da melhoria da qualidade de vida. Neste sentido, o SESC tem promovido e incentivado a formação e o desenvolvimento de grupos sociais, com o objetivo de estimular a participação ativa, principalmente das pessoas idosas.

Para melhor dimensionar a trajetória empreendida pelo SESC/Florianópolis no trabalho com idosos, primeiramente será traçado um histórico das ações adotadas para esse segmento populacional na instituição.

O trabalho social com grupos do SESC/Florianópolis teve início no ano de 1967 com a criação do Clube de Mães. O grupo era formado por mulheres mães de crianças que participavam da recreação pré-escolar do SESC, e posteriormente foi integrado por suas amigas. Porém, a Assistente Social observou que muitos maridos acompanhavam suas esposas até a instituição e, enquanto elas se reuniam no Clube de Mães, eles ficavam aguardando. Foi, então, proposto aos homens que formassem o Clube de Pais, e assim eles o fizeram (PAULO, 1968 *apud* RECH, 2006).

Com o passar dos anos, os participantes dos clubes entenderam que seria interessante realizar a junção dos dois grupos, “dando origem então em 1978 ao 1º (primeiro) Grupo de Idosos de Centro de Atividades Florianópolis que foi denominado ‘A Vida Continua’. [...] A procura pela participação no grupo foi aumentando, sendo necessário criar outros Grupos de Convivência” (RECH, 2006, p. 37).

Inicialmente, esses grupos, formados na sua maioria por mulheres, desenvolviam atividades como a confecção de trabalhos manuais, confraternização em aniversários, passeios e apresentações artísticas criadas pelos próprios integrantes dos grupos. No entanto, como mencionado anteriormente, os interesses dos idosos pelas atividades no grupo modificaram-se, tendo em vista a nova configuração da sociedade, e também a instituição reviu sua metodologia de trabalho, com foco no processo da participação individual e coletiva.

Há que se destacar o ano de 1999, quando o SESC Santa Catarina lançou, na Área da Assistência, o Programa designado Terceira Idade. Esse Programa tem o intuito de sistematizar as ações até então desenvolvidas no trabalho em grupos, tendo em vista que este passou a ser considerado como espaço de participação, aprendizado, troca de experiências, desenvolvimento e ampliação do círculo de amizade e exercício da cidadania.

O Programa Terceira Idade está dividido em três Núcleos: o Núcleo de Motivação à Vida, no qual o idoso é incentivado e motivado a sentir-se atuante e valorizado, assumindo a consciência de seu papel na família e na sociedade; o Núcleo de Estudo e Atualização, que

por meio de parcerias com profissionais de áreas diferenciadas, visa oferecer ao idoso estudo, discussão e palestras, como forma de interação e aprendizagem; e o Núcleo de Vivências, cujo seu intuito é trabalhar as relações interpessoais através de ações diferenciadas, tendo como foco principal a participação dos idosos.

Esses Núcleos têm como finalidade despertar o interesse dos idosos em experienciar novas situações de vida, melhorar a convivência, adquirir novos conhecimentos, combater a solidão, participar de palestras, discussões e reflexões, enfim, fazer com que o idoso perceba a importância do seu papel na família e na sociedade.

O presente trabalho busca apresentar as características a respeito do Núcleo de Estudo e Atualização e do Núcleo de Vivências, tendo em vista que a experiência de estágio nos proporcionou maior contato com estes núcleos. Salientamos que nossa análise enfatizará o Núcleo de Vivências, considerando que neste trabalho nos propomos a identificar a importância da participação nos grupos de convivência do SESC/Florianópolis para as mulheres em seu processo de envelhecimento.

Em relação ao Núcleo de Estudo e Atualização, destaca-se o Projeto Grupo de Estudos e Atualização da Terceira Idade – GRUPATI, o qual é caracterizado por revelar uma nova abordagem de grupo social, apresentando como proposta a educação para os idosos, no sentido de trazer assuntos e propostas que se adequem à realidade vivenciada, desenvolvendo, desta maneira, o espírito crítico e a criatividade na construção do saber e em sua socialização. Os encontros desse projeto apresentam abordagens referentes ao processo de envelhecimento e assuntos diversificados de interesse dos integrantes, tais como apresentação e discussão acerca do Estatuto do Idoso, Direito e Cidadania, mudanças societárias, entre outros.

Quanto ao Núcleo de Vivências, este compreende dois projetos: Era uma Vez e Grupo de Convivência. O primeiro projeto tem como proposta a conscientização sobre velhice e problemas do envelhecimento por meio de uma atividade intergeracional, ou seja, da interação entre jovens e idosos, com o objetivo de diminuir preconceitos na convivência entre as gerações. Esse projeto, porém, não é mais desenvolvido na unidade do SESC/Florianópolis, mas sua realização está centrada em outras unidades do Estado.

Já o segundo projeto, ou seja, Grupo de Convivência, vai ao encontro das ações realizadas no nosso projeto de intervenção de Estágio, que é o Trabalho com Grupos Sociais. No Grupo de Convivência, o objetivo principal é o convívio entre seus integrantes. E, como resultados, são esperados o estabelecimento de novas relações, o resgate da memória e da auto-estima do idoso, a descoberta de novos interesses, a autonomia dos idosos, bem como a

aquisição de novos conhecimentos, fazendo com que o projeto se constitua como um espaço de participação, discussão e promoção da cidadania.

O trabalho com grupos no SESC/Florianópolis é realizado com dez grupos no Projeto Grupo de Convivência, sendo seis de mulheres idosas e quatro mistos formados por casais e viúvos(as). Estes últimos, na maioria dos casos, são pessoas que integraram grupo com seu cônjuge, mas, após o falecimento deste, optaram por permanecer no grupo. Nestes dez grupos são atendidos aproximadamente 400 idosos.

No que se refere especificamente a nossa ação interventiva relativa ao estágio, acompanhamos com maior ênfase quatro grupos sociais de mulheres idosas denominados Esperança, Fraternidade, Vida, e Viva a Vida, cujas configurações serão focadas na próxima seção, posto que, primeiramente, faz-se necessário o aprofundamento teórico do que é grupo, concebido como espaço de participação e cidadania, e de como se dá a inserção das mulheres idosas neste, destacando, ainda, a intervenção do Assistente Social nesse trabalho.

3.2 Os Grupos de Convivência de Idosos

O grupo pode ser entendido como um conjunto de pessoas “interdependentes na tentativa de realização de objetivos comuns; e visam a um relacionamento interpessoal satisfatório” (MINICUCCI, 1992, p. 20). Caracteriza-se como um espaço para criar, participar, conhecer o mundo, a si mesmo e aos outros, onde cada pessoa tem a possibilidade de desenvolver suas potencialidades.

O indivíduo, desde o início de sua vida, já pertence a um grupo, o familiar. Tem seus primeiros contatos com a mãe, pai e as pessoas que o cercam, contribuindo para o seu desenvolvimento social. O ser humano não pode evitar o fato de pertencer a algum grupo. Desta forma, do nascimento até sua morte, ele convive em grupos.

Na atual sociedade, todos os indivíduos são membros de diversos e diferenciados grupos. Estes existem para satisfazer às distintas necessidades que o ser humano possui, mas que sozinho não conseguiria resolver (TORRES, 1985).

Torres (1985, p. 12), em seus estudos, já nos alertava acerca das necessidades que tornam o ser humano um indivíduo de relação social, considerando que as pessoas precisam “identifica-se; pertencer; relaciona-se e ter referências sociais”. Portanto, durante toda sua existência, as pessoas procuram identificar-se com outras que tenham interesses comuns e

buscam também pertencer aos grupos dos quais participam, e se sentem que fazem parte. Estes grupos devem oferecer segurança e estabilidade para que a pessoa tenha coragem de assumir os desafios impostos pela vida, como também para dirigir assuntos de seus interesses.

As reuniões em grupo permitem aos integrantes a troca de experiências; a participação ativa na vida do grupo; o comprometimento com os resultados e decisões tomadas; e a solidariedade através da inserção para uma formação coletiva (MINICUCCI, 1992). É por meio das relações sociais, dos serviços mútuos e do diálogo que o ser humano amplia suas possibilidades e potencialidades. Sendo assim, os grupos se configuram como espaços de representação democrática e de resposta às necessidades humanas.

De acordo com Minicucci (1992), uma das características da democracia é a confiança depositada no grupo, de forma que o todo considera a vontade e a decisão da maioria, mesmo que desagrade a algum componente. Neste sentido, a deliberação democrática corresponde a uma das características do grupo de convivência.

Nos grupos de convivência, o objetivo está no próprio grupo e, como o nome indica, o fim pretendido é a socialização entre seus participantes. Um dos aspectos a ser valorizado é a qualidade da convivência, a circunstância de as pessoas sentirem-se bem umas com as outras e contribuírem para o crescimento mútuo. É uma oportunidade de participação social, na qual se pretendem alcançar a conquista e efetivação de seus direitos como cidadãos.

As pessoas desejam viver mais, porém alguns idosos têm medo da velhice, não se sentem preparados para essa etapa, que se apresenta cheia de obstáculos e novas experiências. Muitos não compreendem a forma como são tratados e desfavorecidos, bem como não entendem as alterações que ocorrem no seu corpo e na sua mente. Assim, não encontrando recursos para essas inquietações, na maioria das vezes os idosos isolam-se. Neste sentido, os grupos de convivência podem ser uma das soluções para esse problema, constituindo-se como “resposta mais efetiva a para a problemática do idoso, ou seja, o isolamento social” (SALGADO, 1980, p. 112), tendo em vista que as pessoas idosas têm a oportunidade de conviver e participar da vida numa proposta coletiva.

É na aprendizagem de novos significados e de descobertas que se dão nas relações grupais que a participação vem a se constituir no grande salto para a cidadania poder fluir. Tal possibilidade de participação que se apresenta nas inter-relações de grupalidade aprende-se à medida que o olhar crítico sobre a realidade se amplia e se atribui novos significados à vida (ARAÚJO, 2004, p. 76).

É no processo de grupo que se pode estar sempre aprendendo e dando novos significados aos casos que surgem, desde que se apresente a liberdade de pensar, opinar, observar, expor-se, inventar e criar.

A possibilidade de cada integrante estar ocupando papéis distintos, principalmente o de líder e liderado, faz com que o grupo tenha um caráter sócio-educativo. Cada participante traz consigo sua narrativa de vida e seus conhecimentos, que podem ou não estar repercutindo no clima do grupo (ARAÚJO, 2004).

Constantemente estamos nos relacionando em grupo e convivendo com as diferenças individuais que levam as pessoas a se distinguirem na maneira de perceber, pensar, sentir e agir. Essas diferenças individuais têm influência inevitável na dinâmica dos grupos, podendo levar a discussões, tensões, insatisfações e conflito aberto, ativando sentimentos e emoções mais ou menos intensos, que afetam a objetividade reduzindo-a a um mínimo e transformando o clima emocional do grupo.

A ausência do conflito significa, na maioria das vezes, acomodação, apatia, estagnação, improdutividade e a morte.

É no confronto com o outro, no espaço do convívio que se aprende, exercitando um pensar, um perguntar, um questionar. Pensar é descobrir e propor a resolução de problemas, de situações ainda não esclarecidas, não compreendidas. Resolver problemas, às vezes, pode não ser tão fácil assim, pois pode vir a ser um processo doloroso; a resolução pode ser feita de agrados, desagradados, avanços e recuos, até que tudo se resolva (ARAÚJO, 2004, p. 79).

Cada participante é um membro, um componente desigual do conjunto que forma o todo que é o grupo. Cada grupo é singular e, portanto, faz-se diferente dos demais. Os indivíduos que convivem em grupo tendem a desenvolver maior autonomia, bem como expressam e verbalizam o que desejam, o que sentem e o que é melhor para si. O convívio em grupo faz despertar projetos coletivos e satisfaz outras necessidades antes não sentidas (ARAÚJO, 2004).

Assim, há “a ocupação do tempo livre com atividades de lazer, em diferentes campos de interesse, como, por exemplo, cultural, intelectual, físico, manual e artístico. [...] o contato interpessoal e grupal [caracteriza-se] como a fonte de maiores satisfações” (SALGADO, 1980, p. 113).

O valor dado ao fato de pertencerem a um grupo de convivência de idosos provavelmente deve-se ao fato de que conviver em grupo é essencial para a existência de ser humano, e isso passa a ocorrer externamente ao convívio com a família.

Os grupos de convivência têm importância fundamental para assegurar assistência aos idosos. Eles cumprem funções que envolvem a integração social e o resgate da auto-estima. Por meio de atividades sócio-culturais e de lazer voltadas ao desenvolvimento humano, os idosos estão superando os preconceitos, combatendo a depressão e redescobrando o prazer de viver.

O grupo, como mediador da cidadania, e espaço de convivência humana, em que os princípios de alteridade, de autonomia tornam-se elementos que permitem fluir sentimentos, desejos, paixões, indignação, acertos, desacertos, escolha, opção, que são tão pessoais quanto coletivos, e que o que todos devem buscar e querem sentir é o estar bem, é a felicidade. Sabendo-se que isso só se constrói com o outro numa perspectiva de formação de uma única comunidade humana (ARAÚJO, 2004, p. 80).

A participação em grupos de convivência apresenta-se como uma oportunidade para o processo de mudança acerca dos conceitos sobre velhice. No processo coletivo, há a possibilidade de se trocar pontos de vista, modificar concepções de mundo e construir novos padrões, resgatar o direito à palavra e à construção de suas próprias idéias, contextualizar-se no tempo e no espaço, e finalmente, vivenciar de forma sólida os requisitos de uma cidadania.

Os centros de convivência para os idosos representam um estímulo para a vida social e podem significar, também, o ponto de partida para outras conquistas, no sentido de exercer pressão nos sistemas sociais e reivindicar melhores condições de vida. Portanto, a participação é responsabilidade de todos, e quando se assume a posição de agente de mudança, o grupo de convivência e a comunidade conseguem alcançar as melhorias sociais que almejam. Assim, o grande desafio para a população brasileira está em garantir o estabelecimento de uma melhor qualidade de vida aos idosos, pois “mais importante do que acrescentar anos à vida, é preciso proporcionar vida aos anos” (SALGADO *apud* VIERA, 2006, p. 02).

Diante do exposto, percebemos o quanto são possíveis, importantes e necessárias a participação e a interação do idoso, exercitando sua cidadania e contribuindo para a transformação da realidade. Para isso, os grupos de convivência têm se proliferado no contexto brasileiro dos últimos anos, mobilizando, sobretudo, o público feminino (DEBERT, 1994). Esses grupos têm permitido, às mulheres idosas, sua valorização como ser humano, bem como a ressignificação de sua vida e de sua velhice.

3.2.1 As Mulheres nos Grupos de Convivência

O maior contingente de idosos no mundo corresponde às pessoas do sexo feminino, em que destacamos, como um dos fatores principais, sua longevidade em relação a dos homens. Porém, essa predominância feminina apresenta razões que vão muito além das demográficas, devendo ser ressaltadas, ainda, as culturais, bem como o momento histórico. Deste modo, essas mulheres estão vivendo um tempo maior de liberdade, que as inspira a pensar um pouco mais em si, e não mais viver apenas para os cuidados da casa e da família.

A mulher idosa de hoje nasceu até meados da década de 1940 e, nesse período, a participação dela fora do lar era muito rara. Portanto, essas mulheres que envelheceram, em sua maioria, optaram por participar de grupos de convivência e realizar atividades sociais que antes não exerciam.

Nesses grupos, elas têm a oportunidade de melhor compreender o processo de envelhecimento, de modo a fortalecer expectativas positivas em relação a essa etapa de suas vidas. A partir do momento que a idosa se integra a um grupo, ela tem a possibilidade de entender a realidade do seu dia-a-dia, com perdas e ganhos, conscientizando-se dos desafios a enfrentar e, principalmente, apreendendo a como lidar com todas as mudanças ocorridas. Como resultado, espera-se o aumento da auto-estima e o encontro de um novo sentido para a vida.

As atividades desempenhadas no grupo têm objetivos pedagógicos e lúdicos. As do primeiro tipo se caracterizam por palestras e debates sobre temas diversos. Já as ações lúdicas correspondem às brincadeiras, às festas, a confraternização em aniversários, a ensaios de música, dança e teatro, com as tarefas repartidas entre todas as participantes. De acordo com Cabral (1997, p. 162) “a prática da solidariedade é considerada ‘muito importante’, [...] e contribui para consolidar as amizades. As pessoas se ajudam no fazer cotidiano e nas tarefas do grupo”.

Por meio de atividades de lazer, as mulheres idosas têm a oportunidade de conviver, compartilhar, de se integrar, vivenciando novas situações e criando novos laços afetivos. Deste modo, nos grupos, as idosas buscam satisfação pessoal e valorizam o relacionamento com as pessoas. Com a oportunidade de se libertar de preconceitos, as mulheres idosas começam a perceber que a idade madura tem seus atrativos e não apenas desvantagens.

Assim, no grupo de convivência, as mulheres idosas encontram novas motivações para a vida. Nesse local, descobrem um espaço para si, uma convivência em que podem se

expressar sem temer a censura e a ironia dos mais jovens. Passam a cuidar mais de si e a considerar que antes de ser esposa, mãe e avó, é também mulher.

Ao participar de grupos, as idosas resgatam sua vaidade, a satisfação e a alegria de poder estar com as outras pessoas, convivendo num espaço social, no qual realizam diversas atividades e ao mesmo tempo conversam, sorriem, dançam, fortalecem laços e constituem novas amizades. Dessa maneira, resgatam sua própria subjetividade, saindo do espaço estritamente privado, onde se ocupavam de forma restrita com os afazeres domésticos e na atenção à família, para a esfera pública, onde passam a ser reconhecidas como sujeitos donos de suas próprias vontades (FÁVERO, 2003).

Nos centros de convivência, as idosas são incentivadas a efetivar sua participação na sociedade, pois, além das atividades realizadas no grupo, elas são estimuladas a participar de seminários sobre temas de interesse do idoso e de exposições de trabalhos elaborados por elas mesmas, no resgate das tradições, procurando, através de eventos e palestras, preservar a memória e a experiência de vida de cada um.

Com tudo isso, a mulher idosa sente-se valorizada. Participando dos grupos de convivência, percebe-se como cidadã, com direito, deveres e a capacidade de realizar múltiplas atividades, tornando-se responsável por diversas tarefas. Essa situação eleva sua auto-estima, melhorando sua qualidade de vida e deixando-a inserida no espaço social onde vive.

A mudança da concepção de velhice para a mulher é um processo que está em andamento e é contínuo. Inscreve-se no aperfeiçoamento da democracia, no trabalho pedagógico e de conscientização do seu papel social, na sua capacidade de transformação do cotidiano, numa nova elaboração do que é ser humano.

Assim, verificamos a busca pela mudança na representação da velhice e a formação de uma nova identidade da mulher idosa, que se opõe ao discurso da velhice apática e passiva. Observamos que, as mulheres idosas que integram os grupos de convivência apontam possibilidades de uma velhice ativa, com a oportunidade de realizações pessoais e sociais, alcançadas através da participação social.

É por meio da participação em organizações como os grupos de convivência que as mulheres idosas transcendem modos de vida e se abrem para novos espaços sociais que lhes permitem reivindicar e lutar por seus direitos e ampliar seus vínculos sociais.

3.3 Idosos e Participação Social

Por conviver com a família e a comunidade, o idoso está sempre participando da dinâmica desses grupos. Assim, participar caracteriza-se como uma necessidade fundamental do ser humano. É o caminho natural para o homem demonstrar sua disposição inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e a relacionar-se com a natureza e o mundo.

A participação, de acordo com Bordenave (1986, p. 16), envolve duas bases complementares: “uma base afetiva – participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com os outros – e uma base instrumental – participamos porque fazer coisas com os outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinho”. Neste sentido, participar significa fazer parte, tomar parte ou ter parte. Porém, segundo o autor, existem dois tipos de participação: participação passiva – cidadão inerte; e a participação ativa – cidadão engajado. Considerando esses dois tipos, verificamos, ainda, formas diferenciadas de participação que variam conforme o nível: “de intensidade, desde a simples adesão até a absorção do indivíduo; de espacialidade, “face a face”, anônima, virtual, local global; de motivo, por obrigação, por interesse, por imposição, por afeto; de temporalidade, longa duração, imediata” (SAWAIA, 2001, p. 119).

Com o desligamento das relações de trabalho e a diminuição dos compromissos familiares com a saída dos filhos, a pessoa idosa tem a oportunidade de desenvolver atitudes ativas durante os momentos de lazer, ou seja, na utilização do tempo livre, por meio da participação consciente na vida social, opondo-o ao isolamento e ao recolhimento. Contudo, não podemos definir lazer contrapondo-o apenas ao trabalho profissional. Deste modo, Moraes (2005, p. 57) aponta que “as três funções principais do lazer são: a) função do descanso; b) função do divertimento, recreação e entretenimento; c) função de desenvolvimento”.

devemos entender lazer como uma atividade realizada pela pessoa que se integra, [...] com os mais diversos motivos, desde descansar, divertir-se, participar socialmente, e para o desenvolvimento de sua criatividade, em comunidade. O lazer é uma ferramenta do convívio humano, responsável pela canalização de potenciais humanos, com o intuito de complementar seu próprio ser individual e social (MEISTER, 2005, p. 14).

De tal modo, entendemos que, para o idoso, o lazer pode ser “encarado como desenvolvimento da personalidade, como tempo de sociabilidade que permite a participação

criterosa do indivíduo na vida política, social, econômica e cultural” (MORAES, 2005, p. 56).

A velhice deve ser vivida e entendida como um processo correspondente ao envelhecimento, como nas demais etapas da vida. As várias oportunidades para estabelecer o contato com o outro precisam ser exploradas, uma vez que colaboram para que o idoso se adapte melhor às alterações que compreendem o processo de envelhecimento. Por isso, torna-se imprescindível a participação contínua e permanente dos idosos em todos os espaços da vida social.

A perda de papéis sociais acarretada pelo envelhecimento frequentemente conduz o idoso a inaptações sociais. Muitos ficam melancólicos e com baixa auto-estima. Portanto, é fundamental que o idoso busque formas de envelhecer mantendo conexões com a vida, ou seja, envolvendo-se ao buscar uma vida ativa.

A inatividade profissional impõe profundas modificações em relação a um compromisso e rotina de vida que foram alicerçados ao longo da trajetória laboral. Essas mudanças no estilo e forma de vida exigem um grande esforço de adaptação, mais ainda quando associadas a uma etapa da vida em que outras perdas também se processam (GONÇALVES, 2006, p. 98).

Assim, para que cada idoso possa viver a velhice a seu modo e não conforme a imagem do velho construída pela sociedade, a idéia de subjetividade é fundamental, pois nos revela que há infinitas formas de envelhecer. Enfim, há ilimitadas formas de vivenciar seu processo de envelhecimento.

Acerca da subjetividade, Sawaia (2001, p. 117) assinala a relação desta com a participação, considerando que “participar é envolver-se emocionalmente, não apenas racionalmente”. A autora nos explica que, até 1980, a análise de participação era caracterizada pelo destaque do coletivo, da objetividade e da racionalidade. Participar significava unir o maior número de pessoas em favor de interesses coletivos. O espaço dessa participação era o coletivo, e o tempo, o necessário às atividades planejadas. Mas, a partir de 1980, participação adquire um sentido mais subjetivo e menos estrutural. Autonomia, emancipação e diversidade tornam-se valores éticos aclamados.

Sawaia (2001, p. 119) entende que “essas mudanças são positivas na medida em que superam a dicotomia entre a razão e a emoção, entre o público e o privado e o reducionismo estrutural, que tem a participação como algo fora do sujeito”. Assim, o sujeito da participação é definido na sociedade e na subjetividade. Portanto, a subjetividade passa a ser constituinte da participação, considerando que esta é imamente à condição humana (SAWAIA, 2001).

O comportamento que os indivíduos têm, no plano dos seus desejos – isto é a subjetividade enquanto satisfação e realização, primeiramente se dá no indivíduo como pessoa, porém à medida em que é identificada com a do outro, passa a ser coletiva. Porque ela não se faz só para si, mas para os outros também, daí a satisfação ser de todos, do coletivo. São todos conspirando para a mesma satisfação (ARAÚJO, 2004, p. 76).

Neste sentido, entendemos que a participação e o envolvimento dos idosos devem ser estimulados. Entretanto, participar não significa apenas desfrutar das atividades e projetos pensados pelos outros. Participar constitui o processo de trabalhar coletivamente, inserir-se nas discussões e propostas de alternativas, no planejamento das atividades, na gestão e no comando das ações.

Ferrari (2002 *apud* MORAES, 2005) aponta como opção de participação social os centros de convivência para os idosos, já mencionados na subseção anterior, mas que valem ser ressaltados como espaços que levam aos participantes o anseio de instituir novos valores, novas formas de pensar, sentir e agir. Facilitam a oportunidade de inserção nas relações grupais, de vivência, de manutenção de direitos e papéis sociais.

Assim, verificamos que em nossa sociedade, paulatinamente, os centros de convivência têm se multiplicado, tendo em vista que incentivam os idosos oferecendo a eles a oportunidade de a participarem de universidades abertas, de grupos de encontro, de lazer, de atividades físicas, entre outros.

Bordenave (1986) aponta que a participação social pode ser aperfeiçoada através da prática e reflexão. Sua qualidade aumenta quando o idoso aprende a conhecer a realidade, a debater, a superar contradições, a ser tolerante diante de divergências, a respeitar as opiniões, enfim, quando as pessoas aprendem a se organizar.

Assim, faz-se necessário expandir as possibilidades de participação social aos idosos, incentivando a auto-expressão, a troca de experiências, o fortalecimento mútuo, a criatividade, a autonomia e, principalmente, os processos emancipatórios capazes de conduzir a integral inclusão na vida social.

A luta pela participação social envolve ela mesma processos participatórios, isto é, atividades organizadas dos grupos com o objetivo de expressar necessidades ou demandas, defender interesses comuns, alcançar determinados objetivos econômicos, sociais ou políticos, ou influir de maneira direta nos poderes públicos (BORDENAVE, 1986, p. 26).

O idoso organizado, assim que entender a participação social como uma visão ampliada da sociedade, que tem como objetivo contribuir para todo, intervir nas lutas sociais, econômicas e políticas, poderá abrir caminhos articulando, reivindicando e pressionando o

governo e a sociedade. E, assim, na medida em que essas ações forem se concretizando, pouco a pouco, serão estabelecidas novas formas de dar cidadania à velhice.

3.3.1 Envelhecimento e Cidadania

Discorrer acerca de cidadania implica em saber distinguir de fato o que essa palavra representa. Nesse aspecto, devemos assumir o cuidado de não banalizá-la, transformando-a em um mero elemento de uso irregular nas esferas pública e privada, que na maioria das vezes não sabem praticar seu real significado nos contextos sociais, políticos e econômicos.

Assim, no Brasil, verificamos que muitos ainda têm a idéia de que ser cidadão é ter um registro de nascimento e um título eleitoral, e se exerce a cidadania apenas por meio do voto. Portanto, o grande desafio é promover a efetivação da cidadania, superando o reducionismo quanto ao conhecimento dos direitos e deveres.

Rodrigues (2000 *apud* WIECZYNSKI, 2006, p. 01) aponta que “ser cidadão é conquistar direitos econômicos e sociais, é cumprir com seus deveres. É um exercício individual, mas construído coletivamente, porque somos um ser social, vivemos uma família, um bairro, uma cidade”.

O exercício da cidadania é algo prático e cotidiano, porém, como ressalta Rodrigues (2000 *apud* WIECZYNSKI, 2006), para os idosos no Brasil isso nem sempre é fácil, em função dos preconceitos e mitos relacionados à velhice, especialmente no que diz respeito ao mundo do trabalho e às políticas públicas.

Uma das estratégias para a viabilidade da cidadania que está em fase de amadurecimento na sociedade é a educação para a cidadania.

Como cidadania é exercício, é movimento, educar para a cidadania é estabelecer o desenvolvimento de um processo de aprendizado social na construção de novas formas de relação, contribuindo para a formação e a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos (BRUNO, 2003, p. 75).

Bruno (2003) destaca que o desafio da educação para a cidadania torna-se interessante quando pensado junto ao idoso, considerando que muitos viveram, até então, sem a oportunidade de fazer a reflexão sobre o significado de sua condição de cidadão. Segundo a autora, é possível promover a educação para a cidadania em todas as fases da vida do ser humano. Deste modo, o idoso pode ser estimulado a assumir a função de protagonista na luta

pelo seu espaço social. Porém, primeiramente, faz-se necessário que haja o respeito às diferenças, independentemente da faixa etária, promovendo a garantia e a efetivação de políticas públicas que visem à inclusão social de todos.

É o que Sposati (1999, p. 18) chama de “direito geracional, isto é, direito à diferença de gerações”. Essa autora explica que o ser humano, em função de sua fase biológica, apresenta necessidades diferentes. Contudo, precisa ser considerado como igual. Ou seja, ser considerado como igual deve contemplar a atenção de suas diferenças e necessidades. Em outras palavras, é o direito a partir da concepção de equidade.

Porém, constatamos que o governo e a sociedade não respeitam os idosos de forma de efetiva. Deste modo, Sposati (1999, p. 20) aponta como grande eixo “primeiro os mais velhos”, pois a população está envelhecendo, e a luta do idoso não é apenas específica de um segmento.

É uma luta geral da sociedade brasileira por um outro patamar de civilidade. O que isso quer dizer? Quando se luta pelos velhos não está em questão um só um grupo determinado de 8,5%, 9,5% ou 10% da população, mas o modo pelo qual uma sociedade pensa e opera um indicador do padrão de civilidade dessa mesma sociedade (SPOSATI, 1999, p. 21).

É imprescindível que se invista na mudança de percepção que a família e a sociedade têm sobre velhice e envelhecimento, provocando a quebra de mitos e preconceitos, que são os maiores responsáveis pela exclusão do segmento populacional idoso (BRUNO, 2003). Assim, é relevante que se criem mecanismos para ajustar as sociedades ao convívio e ao acolhimento dos idosos, no sentido de que lhes sejam proporcionadas melhores condições de vida. “Deve-se ultrapassar a visão de que o idoso precisa de quem lute e fale por ele. O idoso precisa de quem lute e fale com ele. Somente desta forma poderá ser estabelecida uma relação de respeito efetivo entre o idoso e quem o cerca” (BRUNO, 2003, p. 78).

Bruno (2003) ressalta, ainda, que é essencial pensar o idoso no seu presente, advertindo-o sobre sua condição de sujeito da contemporaneidade, com possibilidades e perspectivas para o futuro, estabelecendo projetos de vida¹⁷ que lhe confira novos significados, incentivando sua capacidade de ter vontade e criar, tendo em vista que sem projetos, a vida perde seu sentido. A esse respeito, Beauvoir (1990, p. 466) descreve que muitos idosos pensam que

um futuro limitado, um passado imobilizado, tal é a situação que [...] têm que enfrentar. Em inúmeros casos essa situação paralisa sua atividade. Todos os seus projetos ou foram realizados, ou foram abandonados, sua vida

¹⁷ Entendemos como projeto de vida a busca em satisfazer um objetivo específico, fazer planos e novos amigos, participar, conviver, motivar os outros, ouvir, doar-se, etc.

fechou-se sobre eles mesmos: nada os solicita: eles não têm mais nada a fazer.

Neste sentido, a relação do idoso com o tempo se transforma intensamente. Assim, ele utiliza a expressão “no meu tempo”, pois o tempo que considera como seu é aquele em que executava seus projetos. A atualidade pertence aos jovens, que nela se realizam através de suas atividades, que entusiasma seus projetos. “É por esse motivo que ele se inclina tanto a voltar-se para o passado: é o tempo a que ele pertenceu, no qual se considerava um indivíduo que goza de todos os seus direitos, um ser vivo” (BEAUVOIR, 1990, p. 534). Se o idoso fica melindrado com seu tempo, ele não encontra soluções que possam tirá-lo da melancolia, mas se permanece atento ao que o cerca, a busca de objetivos proporciona-lhe um novo sentido para a vida.

Por essa razão, Bruno (2003, p. 80) ressalta que “a educação para a cidadania deve incentivar os sujeitos a conciliarem seus projetos individuais a projetos coletivos, na construção do significado de algo maior”. A autora aponta como espaços que possibilitam a educação para a cidadania “[...] as universidades abertas à terceira idade, centros de convivência, grupos de reflexão, entres outros, [que] têm levado os idosos a se perceberem e serem fortalecidos na sua condição de cidadãos, sujeitos de direitos” (BRUNO, 2003, p. 75).

Logo, adquirir um novo espaço e significado na sociedade passa pelo exercício da cidadania. Desta forma, a visibilidade para o segmento será conquistada quando o idoso assumir o papel de protagonista, ou seja, quando o segmento efetivar a busca pelo seu lugar na sociedade.

Assim, um novo panorama para a velhice poderá ser elaborado levando-se em consideração duas atitudes essenciais: a produção de cultura tolerante, que respeite as diferenças, e o ser humano ser prioridade absoluta, independentemente da idade, na garantia de políticas públicas que efetivem a inclusão social de todos.

Enfim, o alargamento da cidadania para além do exercício dos direitos estabelecidos, o exercício da cidadania ativa para além do exercício do voto, abrindo a possibilidade de participação a todos os idosos, são os resultados que o Assistente Social busca alcançar em sua intervenção junto ao segmento idoso, principalmente no trabalho com grupos.

3.4 A Intervenção do Assistente Social no Trabalho com Grupos de Idosos

O Serviço Social é uma profissão que intervém constantemente em interação com as políticas públicas e direitos sociais. Assim, o Assistente Social não poderia ficar alheio ao fenômeno do envelhecimento. Esse profissional precisa analisar e compreender a conjuntura da sociedade, na busca do desenvolvimento de uma prática eficaz, competente e condizente com a realidade que, por estar em constante transformação, deve ser apreendida de forma dinâmica.

Assim, entender a intervenção profissional implica inseri-la no contexto das relações sociais e de seus mecanismos de poder econômico, político e cultural no qual o projeto profissional¹⁸ estaria orientado para um Serviço Social propositivo e crítico que, por sua vez, implica a capacidade teórica e política para gestar alternativas frente às possibilidades abertas para a intervenção profissional em cada conjuntura (LIMA, 2004, p. 01).

De acordo com Pereira (2006), o Assistente Social em sua intervenção não pode se abster da análise crítica do significado e das implicações contextuais da velhice, tendo em vista que ela não se dá de maneira isolada. O envelhecimento é antes de tudo uma questão complexa, haja vista que estudar esse processo torna-se uma tarefa que requer

a particularização de condições, de necessidades, de interesses e possibilidades, de acordo com a classe social, o gênero e a etnia do idoso. [...] Em nome da equidade, faz-se necessário o aprofundamento analítico do fenômeno envelhecimento, para uma atenção mais eficaz de situações particulares de mal-estar e marginalização sofridas por determinados grupos no contexto atual de transição demográfica (JUAREZ, 1998 *apud* PEREIRA, 2006, p. 06).

Assim, o envelhecimento é um processo que abre um leque de possibilidades ao estudo deste fenômeno, caracterizando-se como um desafio intelectual, social e político. Considerando a velhice como um novo experimento para quem o vivencia, por meio do grupo, a pessoa idosa tem a oportunidade de redescobrir interesses e é estimulada a participação efetiva no processo social como cidadão ciente de seus direitos e deveres. Entretanto, como não temos a cultura da participação social, faz-se necessário que o Assistente Social que intervém junto ao segmento idoso incentive-o a conquistar um espaço onde possa se expressar e reivindicar seus interesses.

¹⁸ “O projeto profissional consiste na articulação entre a dimensão macro-societária que implica no reconhecimento do terreno sócio-histórico sobre o qual a profissão se movimenta e a dimensão profissional que compreende as respostas técnico-profissionais dos Assistentes Sociais” (IAMAMOTO, 1999 *apud* MIOTO, 2005, p. 02).

Portanto, o Serviço Social, no trabalho com grupos, tem a possibilidade de contribuir por meio de sua intervenção na formação da consciência crítica do idoso, fazendo surgir sujeitos mais participativos e ativos na sociedade. “É na realidade dos grupos de convivência de idosos que o assistente social, seguro da sua instrumentalidade, defende a democracia, a ampliação dos direitos e a expansão e consolidação da cidadania” (ARAÚJO, 2004, p. 84).

Porém, para efetivação de seu exercício profissional, é imprescindível que o Assistente Social tenha clareza dos seus objetivos – no caso da intervenção junto aos grupos de idosos, o de oportunizar ao idoso a consciência da sua condição de cidadão, bem como o de estimular a participação e convívio social. Para tanto, sua intervenção no trabalho com grupos de idosos está pautada principalmente no eixo de norteador proposto por Mioto (2005), que consiste nos Processos Sócio-Assistenciais.

Ações vinculadas ao atendimento de demandas singulares de usuários, especialmente famílias e segmentos sociais vulneráveis. As ações acontecem privilegiadamente no contexto institucional. O objetivo é contribuir para que, junto com os usuários, consiga-se responder às necessidades colocadas na perspectiva da cidadania e dos direitos (MIOTO, 2005, p. 08).

Acerca dos Processos Sócio-Assistenciais, a autora aponta quatro categorias que compõem suas ações: periciais, sócio-emergenciais, sócio-terapêuticas e sócio-educativas, sendo esta última a ação que melhor compreende a intervenção do Assistente Social com os idosos nos grupos de convivência.

As ações sócio-educativas através da informação, do diálogo e da reflexão entre profissional e usuário buscam tornar transparentes as estruturas dos serviços, o alcance dos direitos, das políticas sociais e os meios de condições de acesso. A lógica da ação reside no usuário enquanto sujeito a partir de suas demandas/necessidades visando sua autonomia no âmbito das relações sociais [...] (MIOTO, 2005, p. 09).

Desta forma, o Assistente Social tem a função educativa com vistas à participação, autonomia, politização e empoderamento de cada idoso e dos grupos. Assim, o Serviço Social assinala-se como um processo pedagógico, que visa tornar o idoso capaz de ser sujeito de seu processo de desenvolvimento, incentivando-o a realizar suas escolhas e tomar suas decisões.

A respeito da dimensão pedagógica do Serviço Social, Abreu (2004) discorre sobre a pedagogia da “ajuda” e da “participação”. A pedagogia da “ajuda”, segundo a autora, “busca ocultar processos e mecanismos autoritários de difusão da cultura dominante, na medida em que subalterniza e desqualifica o sujeito ao qualificá-lo via seleção/triagem para receber à ‘ajuda’, destituindo-o de razão, vontade e autonomia” (ABREU, 2004, p. 53). Já a participação, de acordo a mesma autora (2004, p. 55), representa “[...] o eixo central da

constituição de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas, que se traduz, principalmente, em dois processos complementares: a politização das relações sociais e a intervenção crítica e consciente na sociedade". Portanto, as ações sócio-educativas podem ser desempenhadas tanto num caráter subalternizante, destinado a moldar o usuário, como podem ser emancipatórias, estando direcionadas ao fortalecimento dos projetos e às lutas das classes trabalhadoras. "Neste sentido, as ações sócio-educativas são realizadas de acordo com os compromissos ético-políticos propostos para a profissão na perspectiva da defesa, garantia e efetivação dos Direitos [...]" (LIMA, 2004, p. 04).

Por meio das Ações Sócio-Educativas, busca-se enfrentar o isolamento social e os mitos do envelhecimento, com a proposta de se criar uma nova imagem da velhice e, conseqüentemente, a valorização social do Idoso. Para tanto, a ação profissional¹⁹ nos trabalhos com grupos deve estar fundamentada por meio de instrumentos técnico-operativos tais como reuniões, dinâmicas de grupo, observação, palestras, debates e entrevistas.

O exercício profissional do Serviço Social no "Programa Terceira Idade", SESC/Florianópolis, mais especificamente no Projeto Grupo de Convivência, diz respeito ao acompanhamento sistemático dos grupos, ao planejamento das atividades, também orientando e colaborando com as ações desenvolvidas pelos próprios grupos, à mediação dos conflitos entre os integrantes, aos debates acerca de temas pertinentes emergidos no grupo, à realização de palestras com assunto de interesse dos integrantes, bem como ao incentivo à participação em atividades de lazer, sócio-educativas e de integração entre grupos, tendo em vista o aprimoramento sócio-cultural e o conhecimento de diferenciadas realidades sociais, culturais e econômicas. Assim, além das ações Sócio-Educativas, o Assistente Social que intervém no trabalho com grupos também desenvolve atividades relacionadas aos Processos Político-Organizativos e de Planejamento e Gestão.

Como exemplo da intervenção nesses processos anteriormente citados, apontamos que, dentre as atividades desenvolvidas pela equipe que intervém junto aos grupos de convivência – uma Assistente Social e duas estagiárias de Serviço Social – merecem destaque as reuniões de planejamento e supervisão, como instrumento de reflexão, planejamento e organização das ações a serem desenvolvidas nos grupos, caracterizando-se como momentos de discussão e participação democrática. "Essas reuniões são de fundamental importância para o bom desempenho profissional da equipe, principalmente para os estagiários, configurando-se como momentos preciosos e enriquecedores para a formação profissional dos

¹⁹ "Conjunto de procedimentos, atos, atividades pertinentes a uma determinada profissão e realizadas por sujeitos/profissionais de forma responsável, consciente" (MIOTO, 2005, p. 06).

mesmos” (SILVA, 2004, p. 68). Nestas reuniões discute-se também a importância da documentação, que deve estar sempre organizada, ou seja, devem ser registradas todas as atividades profissionais e obtida a documentação necessária à identificação de cada usuário através de fichas cadastrais, arquivos, relatórios, diários de campo e fotografias, a fim de que se possa avaliar sua intervenção de maneira constante, jamais perdendo de vista os objetivos que compõem seu projeto profissional.

Faz-se indispensável ao Assistente Social a aquisição do embasamento teórico-metodológico que fundamente e norteie sua prática. Assim, o exercício profissional deve estar relacionado ao conhecimento adquirido ao longo da formação, bem como através de literaturas complementares que tratem sobre as temáticas: grupo, envelhecimento, família, direito, psicologia, sociologia, entre outros. Faz-se necessária, ainda, a compreensão do contexto, ou seja, o conhecimento acerca da dinâmica dos grupos com os quais trabalha.

Necessário se faz que os profissionais do Serviço Social tenham domínio de conhecimentos sobre a realidade do cotidiano com o qual trabalha, para que possam apresentar propostas de ações criativas, inovadoras e de participação, tanto em políticas como em projetos, pesquisas, programas que venham atender as necessidades sociais (ARAÚJO, 2004, p. 83).

O Assistente Social tem responsabilidade e compromisso com os usuários baseado em valores de liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social, que lhes viabilizem direitos e garantias individuais e sociais para que tenham autonomia no gerenciamento de suas vidas. Para tanto, sua intervenção deve estar alicerçada no projeto ético-político, que tem sua base fundamentada na Lei nº. 8.862/93, que regulamenta a profissão, e no Código de Ética do Assistente Social.

Em seu estatuto legal, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, destacamos o Art. 4º o qual incide sobre as competências do Assistente Social. Verificamos dois incisos que tratam sobre o compromisso do Assistente Social para com os grupos sociais:

III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população; [...]

V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

Quanto ao Código de Ética Profissional do Assistente Social, no que diz respeito aos Princípios Fundamentais, enfatizamos:

Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

Exercício do Serviço Social sem ser discriminado nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Esses dois princípios se constituem como embasamento essencial para o profissional que intervém junto ao segmento idoso, tendo em vista a eliminação de preconceitos e discriminação, incentivando a participação social de grupos excluídos.

Além do conhecimento a respeito da Lei 8.862/93 e do Código de Ética, o Assistente Social que trabalha com idosos deve estar a par de outras legislações, tais como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Constituição Federal (1988); Lei da Saúde nº. 8.080/90; Lei da Previdência Social nº. 8.213/91; Lei Orgânica da Assistência Social nº. 8.742/93; Lei da Política Nacional do Idoso nº. 8.842/94; Decreto Lei Política Nacional do Idoso nº. 1.948/96; Estatuto do Idoso nº. 10.741/03, dentre outras. Entendemos que estas são as legislações principais para o Assistente Social que intervém junto ao idoso, mas, dependendo do espaço institucional onde o profissional irá intervir, ele deverá contar com outras que irão subsidiar o exercício profissional.

Como resultado da intervenção realizada, espera-se que os idosos busquem e alcancem o conhecimento sobre seus direitos e deveres, o fortalecimento da auto-estima, a melhoria dos relacionamentos familiares e com a comunidade, novas formas de analisar a realidade, ou seja, o olhar crítico, enfim, almeja-se como principal resultado a participação social.

Assim, na próxima seção, apresentaremos a análise da pesquisa realizada junto às mulheres idosas que participam dos grupos de convivência do SESC/Florianópolis. Neste objetivo principal é analisar o processo de participação dessas idosas nos grupos sociais do SESC/Florianópolis.

4 ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO PARA AS MULHERES IDOSAS NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DO SESC/FLORIANÓPOLIS

Para compor a apresentação do estudo investigativo sobre mulheres idosas participantes de grupos de convivência, abordaremos a experiência de estágio realizado no SESC/Florianópolis, no Programa Terceira Idade, com intervenção mais direta no Núcleo de Vivências, Projeto Grupo de Convivência, que nos proporcionou um grande aprendizado. Durante o período de realização do estágio, tivemos a oportunidade de conhecer todos os dez Grupos de Convivência existentes no SESC/Florianópolis, como se organizam e se estruturam, bem como suas demandas e dificuldades. Contudo, nossa prática mais efetiva de intervenção constante foi efetuada junto aos grupos Esperança, Fraternidade, Vida, e Viva a Vida.

Consideramos que a experiência de estágio foi de fundamental importância para a formação profissional, tendo em vista que no ambiente acadêmico não são contempladas com profundidade as temáticas grupo e envelhecimento. Nossa intervenção junto aos grupos teve como norte o exercício pedagógico do Serviço Social, com o intuito de promover a abertura para o desenvolvimento de uma consciência crítica, com vistas a possibilitar ao idoso ser sujeito de sua própria situação. “[...] nosso papel, enquanto educadores sociais, é o de despertar nas pessoas suas potencialidades, é ajudá-los a sair do conformismo, da passividade, e irem em busca de seus direitos e cidadania” (ROLLIN, 1998, p. 62).

Por considerar o grupo de convivência uma alternativa de atendimento à pessoa idosa, e com o intuito de analisar a importância da participação nos grupos de convivência, no SESC/Florianópolis, para as mulheres no seu processo de envelhecimento, construímos, a partir das informações dos grupos supracitados, um histórico social organizativo que delinea a configuração espacial e temporal destes.

4.1 Configuração dos Grupos

Os grupos de convivência do SESC/Florianópolis reúnem-se quinzenalmente nas dependências do centro de convivência do SESC, de segunda a sexta-feira, no horário das 14h às 17h, para realizar seus encontros.

A reunião dos grupos segue uma metodologia que contempla quatro momentos. No primeiro, o grupo realiza atividades físico-recreativas, coordenadas por um estagiário de educação física do setor de Recreação do SESC, caracterizando-se como um momento de descontração, em que se busca despertar o interesse do idoso pelas práticas esportivas, bem como o resgatar o lúdico e a concentração, estimular a memória, dentre outras finalidades.

O segundo momento é marcado pela intervenção do Assistente Social que, através de dinâmicas de grupos, palestras, debates, discussões e informes sobre saúde, passeios, enfim, assuntos que sejam de interesses dos idosos, visa à conscientização dos direitos, à valorização e à participação social.

Num terceiro momento, a reunião segue com a programação planejada pelo grupo, em que os membros da comissão que o coordenam tratam de assuntos a ele pertinentes tais como leitura da ata da reunião anterior, organização das confraternizações de aniversários, organização de lanche, discussão sobre temas de importância para os participantes, realização de apresentações, dança, canto, leitura de mensagens e reflexão sobre as atividades realizadas. Estas se caracterizam como atividades que tendem a fazer com que o grupo possua autonomia.

No quarto e último momento permitem-se a convivência, a integração e a troca de experiências, em que as participantes socializam, tomam o café da tarde e jogam bingo, encerrando as atividades.

Apesar de em todos haver esses quatro momentos, nenhum grupo é igual ao outro, ou seja, cada um tem suas características específicas. Assim, a seguir iremos discorrer acerca da configuração²⁰ de cada um, para melhor compreendermos os sujeitos da nossa pesquisa.

²⁰ Salientamos que os dados que serão apresentados foram obtidos em reunião com as participantes nos encontros dos grupos, seguindo um roteiro (APÊNDICE A) elaborado pela Assistente Social e Estagiárias do Setor de Grupos – SESC/Florianópolis, tendo em vista que o SESC não possui registros históricos sobre o trabalho desenvolvido junto aos grupos de idosos.

4.1.1 Grupo Esperança

O Grupo Esperança foi fundado no dia 03 de agosto de 1984. O nome do grupo foi escolhido pela indicação da assistente social que coordenava o trabalho com grupos no SESC naquela época. As mulheres quiseram participar do Grupo porque naquele período não havia outras atividades para os idosos, em casa se sentiam sozinhas e queriam fazer novas amizades, passear, distrair-se e socializar com outras pessoas.

As atividades executadas eram trabalhos manuais, tricô e crochê, que vendiam na feira de artesanato do SESC realizada às sextas-feiras, aos sábados e aos domingos no ginásio do SESC/Florianópolis. O grupo também empreendia diversos passeios. Naquele momento, o grupo era organizado pela Assistente Social do SESC.

Estavam presentes na fundação e faziam parte do grupo até o ano de 2006 as integrantes Ida, Ilza, Ivone, Maria Martinha, Nésia, Zilda e Zulmira. Dentre os fatos mais marcantes, o grupo destaca os passeios para a colônia de Férias em Cacupé, onde passavam dias, alojavam-se nas cabanas e, segundo as integrantes, divertiam-se bastante.

Muitas mudanças ocorreram com o passar dos anos, entre elas o afastamento e falecimento de muitas participantes. Outros acontecimentos que também refletiram no desenvolvimento do grupo foram as mudanças na instituição, como encontros, que passaram a ser quinzenais e os passeios que não foram mais realizados em Cacupé. Dentre os acontecimentos marcantes dos últimos anos, o grupo destaca as festas de final de ano e as festas das mães.

O grupo possui um hino trazido de uma outra instituição por uma participante que não frequenta mais o grupo. Uma das integrantes providenciará a elaboração de um hino próprio.

Em 2006 o Grupo Esperança estava formado por 33 idosas, que se reuniam quinzenalmente, às sextas-feiras, no centro de convivência do SESC/Florianópolis. O grupo já existe há 22 anos e grande parte de suas integrantes apresenta idade superior aos 70. Dentre as características que o marcam, destacamos a realização do grande bingo para angariar recursos para os passeios que realizam; o canto, pois as participantes gostam de cantar e possuem uma pasta com diversas letras de música; e, por fim a leitura de mensagens por ocasião das confraternizações de aniversários, quando as integrantes lêem versos e poesias em homenagem às aniversariantes.

4.1.2 Grupo Fraternidade

O Grupo Fraternidade foi fundado no início da década de 1980. Como não existem registros que comprovem a data específica, as integrantes acreditam que faz 23 anos da sua criação. O nome do grupo foi escolhido por indicação da Assistente Social que coordenava os trabalhos no SESC naquela ocasião. As idosas quiseram participar do grupo na época, porque algumas mulheres já se encontravam viúvas e se sentiam sozinhas e depressivas; outras gostariam de sair da rotina de casa e, com a aposentadoria, buscaram novas atividades.

As atividades executadas eram trabalhos manuais como pintura, bordado e crochê, convivência e os almoços realizados nos encontros no SESC. O grupo era organizado pela Assistente Social da instituição. As participantes destacam como fato marcante daquele momento os almoços feitos no SESC: cozidos, mocotó, peixe e risoto. Estavam presentes na fundação e faziam parte do grupo no ano de 2006 as integrantes Alda, Catarina, Feliciano, Idalina, Maria José, Maria Pires e Ruth.

Com o passar dos anos, algumas mudanças foram ocorrendo, dentre as quais o grupo destaca a alteração da comissão que coordena o grupo, tendo em vista que houve uma integrante na função por 14 anos. Um aspecto positivo ressaltado pelo grupo em relação a essas mudanças é que hoje as escolhas são mais democráticas, há mais discussão entre as integrantes. E o ponto negativo em relação ao desenvolvimento do grupo foi o falecimento de algumas integrantes.

Dentre os acontecimentos mais marcantes dos últimos anos, o grupo destaca a amizade; a vitalidade de todas e as confraternizações de aniversários das integrantes, que passaram a ser comemorados. Em relação à participação das integrantes em outros grupos ou projetos do SESC elas ressaltam o Coral, o teatro, as viagens, o dominó, a dança e as visitas aos asilos/hospitais.

Em 2006 o Grupo Fraternidade esteve composto por 34 integrantes. Por ser um dos grupos mais antigos, suas participantes apresentam em média idade superior aos 75 anos. As reuniões do grupo ocorrem quinzenalmente, às segundas-feiras, das 14h às 17h. Apresenta, como uma forte característica, a realização do grande bingo, cujo fim é arrecadar fundos para o grupo que, nessa ocasião, organiza-se unindo todas integrantes para participar dessa atividade.

4.1.3 Grupo Vida

O Grupo Vida foi fundado no ano de 1995. Na ocasião, diversos nomes foram elecandos, mas escolheram Vida, pois acreditam que estão lutando pela vida enquanto idosas. No momento da fundação, era composto por 29 senhoras. As idosas quiseram participar do grupo porque buscavam tardes de lazer, aprendizado, solidariedade e novas amizades.

Este já era organizado por uma coordenação formada por integrantes do grupo, e os cargos eram de presidente, vice-presidente, tesoureira e secretária. As atividades realizadas eram palestras, debates e discussão de tema dado pela Assistente Social e estagiárias de Serviço Social. Também era realizado o lanche, e cada participante trazia alguma guloseima.

Dentre os fatos marcantes, o grupo destaca a ampliação das instalações do SESC para realizar as reuniões, tendo em vista que foi construído um centro de convivência para melhor acomodá-las. Enfatiza, ainda, as amizades, a convivência e o compartilhar de sentimentos.

Como principal mudança, as participantes destacam a criação dos subgrupos²¹, a leitura das atas, a confraternização de aniversários e os encontros nas casas das integrantes, com ênfase às atividades dos subgrupos, considerando que eles tendem a estimular o grupo à participação, à recreação para as integrantes e à incitação à criatividade, sendo um momento em que todos interagem.

Destacam como acontecimentos significativos a mudança para o centro de convivência, onde tiveram um espaço maior; a criação dos subgrupos; a realização de palestras; a integração das participantes; e a organização da comissão, que conduz bem o grupo.

No ano de 2006, o Grupo Vida era constituído de 38 idosas, que se encontravam quinzenalmente, às terças-feiras, das 14h às 17h. Caracteriza-se como um grupo novo, e a maioria de suas integrantes têm menos de 70 anos. A marca deste grupo são as apresentações dos subgrupos, quando as participantes cantam, recitam versos e poesias, dançam, enfim realizam diversas atividades. Merece destaque ainda, como característica do grupo, os encontros nas casas das integrantes, ou seja, além das reuniões no SESC, o grupo se encontra em outros espaços a fim de promover a socialização e a integração.

²¹ O grande grupo foi dividido em pequenos grupos, ou seja, subgrupos com a média de 05 integrantes cada, sendo que a cada encontro um desses subgrupos têm a função de realizar atividades para apresentar às demais integrantes. Dentre as atividades realizadas destacamos: teatro, música, versos, poesias, etc.

4.1.4 Grupo Viva a Vida

O Grupo Viva a Vida foi fundado no início de 1997. O nome do grupo foi escolhido por votação, entre os diversos nomes sugeridos, tendo em vista a alegria em estar vivendo esse momento. As mulheres idosas quiseram participar do grupo porque naquela época quase não havia atividades para os idosos, algumas já estavam viúvas e se sentiam sozinhas e depressivas e gostariam de formar novas amizades.

As atividades realizadas eram lanche, bingo, dança, socialização, convivência e passeios. Era organizado por uma comissão formada por membros do grupo, sendo composta por presidente, vice-presidente e duas tesoureiras. Estavam presentes na fundação e fazem parte do Grupo ainda em 2006 as integrantes Geni, Maria, Milza e Yvone.

Entre as mudanças ocorridas, o grupo enfatiza a alteração na composição dos membros. Muitas ingressaram e outras tantas abandonaram o grupo, porém houve um aumento no número de participantes, que no início eram somente 17. Ainda em relação às alterações que aconteceram, destacam a abertura de vagas para usuários, e não mais apenas para comerciários e dependentes. Além disso, pessoas mais jovens integraram o grupo, proporcionando a troca de saberes e novas idéias.

De acordo com as participantes, o grupo se gosta, as integrantes são ativas, unidas e animadas. O grupo possui um hino, elaborado pela Sra. Geni, que é cantado pelas participantes em quase todas as reuniões. As integrantes acreditam que o hino une o grupo.

Os fatos que marcaram o grupo foram os Encontros Artísticos da Terceira Idade, os encontros de fim de ano realizados no SESC e as festas das mães. A troca da comissão também representou um momento marcante, pois o grupo foi organizado durante muitos anos pelas mesmas pessoas e, quando surgiu a idéia de alterar para que outras integrantes pudessem participar, houve muita resistência. Muitas participantes fizeram parte de outros projetos do SESC, como *Idoso em Movimento*, *Ginástica*, *Dança*, *Teatro* e *Projeto de Alfabetização*.

No ano de 2006, o grupo Viva a Vida contava com 35 participantes, que se reuniam quinzenalmente, às segundas-feiras, das 14h às 17h. Por se tratar de um grupo mais novo, é formado por idosas com menos de 70 anos. A principal característica do grupo é o fato de as integrantes gostarem de dançar, tanto que as atividades de educação física no ano de 2006 estiveram ligadas à dança. O grupo gosta de apresentar seu hino, como, por exemplo, nos almoços do dia das mães e no encerramento de final de ano dos grupos.

Optamos por estudar, por meio de uma pesquisa, a importância da participação para as mulheres idosas nos grupos de convivência do SESC/Florianópolis, processo investigativo que será apresentado a seguir.

4.2 Percurso Metodológico

Essa etapa deste trabalho teve como objetivo analisar o processo de participação das mulheres idosas nos grupos sociais do SESC/Florianópolis. Definimos a forma de nossa investigação como uma pesquisa qualitativa, entendida como aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais. Para Minayo (1993, p. 22),

A rigor, qualquer investigação social deveria contemplar uma característica básica de seu objeto: o aspecto qualitativo. Isso implica considerar sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados. Implica também considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação.

Utilizamos também a abordagem quantitativa, com o intuito de traçar o perfil dos sujeitos de nossa pesquisa, pois, de acordo com Martinelli (1999), a pesquisa quantitativa é importante para nos trazer retratos da realidade. Concordamos com a autora quando nos aponta que “a relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e de articulação” (MARTINELLI, 1999, p. 27).

A metodologia de pesquisa incluiu, além dos pressupostos teóricos, a seleção dos Sujeitos de Pesquisa, dos quais foram escolhidas 15 mulheres com idade superior a 60 anos que participam de grupos de convivência do SESC/Florianópolis, sendo quatro idosas do grupo Esperança, quatro do grupo Fraternidade, quatro do grupo Vida e três do grupo Viva a Vida. A seleção dos entrevistados foi intencional, ou seja, escolhemos os sujeitos que se destacaram na participação dos grupos. Assim, utilizamos como critério de amostragem a definição do grupo mais relevante para as entrevistas e a observação, ou seja, privilegiamos os sujeitos sociais que detinham os atributos que pretendíamos conhecer (MINAYO, 1993).

Com uma amostragem correspondente a 10% de participantes dos grupos, trabalhamos com a concepção de sujeito coletivo, proposto por Martinelli (1999, p. 24), “no

sentido de que aquela pessoa que está sendo convidada para participar da pesquisa tem uma referência grupal, expressando de forma típica o conjunto de vivências do seu grupo”.

Fez parte dos instrumentos utilizados a entrevista, considerada por Gil (1995) como uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes tem o intuito de coletar dados e a outra parte se apresenta como fonte de informações.

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao entrevistado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social (GIL, 1995, p. 113).

Adotamos entrevistas com perguntas semi-estruturadas, as quais se caracterizam por apresentar uma ordem preestabelecida, contendo questões abertas, ou seja, aquelas em que o entrevistado responde com suas próprias palavras, e questões fechadas, que são aquelas para as quais todas as respostas possíveis são fixadas de antemão.

No roteiro, foram utilizadas perguntas de identificação e questões direcionadas à participação no grupo e ao processo de envelhecimento (APÊNDICE B). Optamos pelo uso do formulário, pois assim o investigador tem a oportunidade de estabelecer contato pessoal com o entrevistado, pode elucidar significado de perguntas que não estejam muito claras e obtém dados mais completos. Portanto, aplicamos a pesquisa por meio de entrevista direta (GIL, 1995).

Para o Serviço Social, a entrevista se caracteriza como instrumento técnico-operativo de investigação e intervenção. Por meio da entrevista, o Assistente Social busca conhecer os sujeitos e como eles vivenciam seu cotidiano. Para Martinelli (1999, p. 12), “o construtor da prática não é apenas o profissional que realiza, mas sim o conjunto dos sujeitos que, articuladamente com o assistente social, dão vida e concretude à prática”.

Utilizamos também a observação participante, considerada por Minayo (1993) como um momento que enfatiza as relações informais do pesquisador no campo.

Definimos observação participante como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe dados (MINAYO, 1993, p. 135).

A observação como instrumento de trabalho do Assistente Social apresenta-se como principal vantagem, em relação a outras técnicas, tendo em vista que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação.

No que diz respeito à operacionalização, a coleta de dados foi efetuada pela pesquisadora no decorrer do mês janeiro de 2007. Foi estabelecido, inicialmente, o contato

telefônico e, nesta oportunidade, a entrevistada foi esclarecida e informada dos objetivos da pesquisa, bem como de sua relevância. Após a permissão da entrevista, foi escolhido pelas entrevistadas o local desejado para sua realização, sendo que algumas optaram pelo SESC e outras por suas residências. A duração de cada entrevista foi de aproximadamente 45 minutos.

Por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C), cada entrevistada declarou entender os objetivos e a importância da sua participação na pesquisa. Com consentimento verbal, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. A principal preocupação quanto a esse processo foi em ser fiel às falas e, assim, qualificar o trabalho de pesquisa, pois nosso intuito na investigação qualitativa foi contextualizar e reconhecer as experiências de vida dos sujeitos. Também buscamos facilitar o processo da entrevista, bem como não perder o conteúdo a ser descrito. Em síntese, para realização das entrevistas utilizamos os seguintes procedimentos: a) Gravação, o que proporcionou o registro direto do diálogo, bem como o armazenamento das falas; e b) Transcrição das entrevistas, ou seja, elaboração de texto de acordo com a fala das entrevistadas.

Quanto à organização e interpretação das informações obtidas, primeiramente nos propomos a apresentar uma breve leitura dos dados referentes à identificação das entrevistadas e, em seguida, proceder à análise das informações e das categorias.

Essa análise corresponde à interpretação das informações, bem como das categorias que surgiram no decorrer das entrevistas, tais como participação social, envelhecimento, redes de relação e autonomia. De acordo com Minayo (1993) as categorias são construídas por meio do desenvolvimento do conhecimento e das práticas sociais, que expressam a unidade das relações entre o histórico e o lógico.

Para Minayo (1993, p. 203) a análise do material coletado visa “ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação”. Neste sentido, nossa análise foi orientada por meio do referencial teórico apresentado nas duas primeiras seções. Ao considerarmos as questões norteadoras que compunham nosso roteiro, apresentamos, praticamente, as falas de todos os sujeitos entrevistados. Assim, descrevemos o conteúdo dos testemunhos dispostos em quatro agrupamentos, com o intuito de facilitar a compreensão, cumprindo, assim, o desígnio de registrar a “voz” dos sujeitos de nossa pesquisa.

Ao realizarmos a análise das categorias, ponderamos que se tratam, de acordo com Minayo (1993, p. 94), de categorias empíricas, pois “são aquelas construídas com finalidade

operacional, visando ao trabalho de campo (a fase empírica) ou a partir do trabalho de campo. Elas têm a propriedade de conseguir apreender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica”. Deste modo, por meio da pesquisa de campo elencamos as categorias para nossa análise e estudo.

A categoria empírica, estabelecida a partir de elementos dados pelo grupo social, tem plenas condições de ser colocada no conjunto mais amplo da compreensão teórica da realidade e, do mesmo modo, expressá-la em sua especificidade (MINAYO, 1993).

4.3 Perfil dos Sujeitos

No que diz respeito aos dados de identificação, por meio das informações coletadas com as 15 entrevistadas, traçamos o perfil desses sujeitos. Em suma, pode-se verificar que se trata de mulheres com idade média de 72 anos, das quais 100% não convivem mais com o marido, tiveram em média de 2,8 filhos e 86% delas nasceram no estado de Santa Catarina. Todas freqüentaram a escola, porém 40% estudaram somente até a 4ª série do ensino fundamental. Das entrevistadas, 80% trabalharam fora de ambiente doméstico e, destas, 47% exerceram a profissão de funcionária pública e 33% desempenharam funções diferenciadas tais como: auxiliar de serviços gerais, balconista (comércio), bancária, comerciante e fiandeira (tecelagem). Dentre as 15 entrevistadas, 67% estão aposentadas e 93% são pensionistas. Por fim, 47% dessas mulheres residem sozinhas, as demais convivem com a família, em que se destacam os casos em que os filhos, após o divórcio, voltaram a residir com a mãe. Para ilustrar, segue a tabela que apresenta essas informações:

Tabela 1 - Dados de Identificação das 15 entrevistadas pertencentes aos grupos Esperança, Fraternidade, Vida e Viva a Vida.

<i>Dados de Identificação</i>	<i>Nº. de Sujeitos</i>	<i>Percentual</i>
Faixa Etária (anos)		
60 a 66	02	13%
67 a 73	05	33%
74 a 80	07	47%
81	01	7%
Estado Civil		
Divorciada	03	20%
Solteira	01	7%
Viúva	11	73%
Número de Filhos		
00	02	13%
01 a 03	07	47%
04 a 06	05	33%
07	01	7%
Naturalidade		
Florianópolis	08	53%
Santa Catarina (demais Cidades)	05	33%
Rio Grande do Sul	01	7%
Paraíba	01	7%
Escolaridade		
Primário - até a 4ª série (Ensino Fundamental)	06	40%
1º Grau Completo	03	20%
2º Grau Incompleto	01	7%
2º Grau Completo	03	20%
3º Grau Completo	02	13%
Profissão		
Do lar	03	20%
Funcionária Pública	07	47%
Outros	05	33%
Aposentada		
Sim	10	63%
Não	05	37%
Pensionista		
Sim	14	93%
Não	01	7%
Residência (companhia)		
Sozinha	07	47%
Família	08	53%

Fonte: Autora

4.4 Análise Temática dos Conteúdos

A fase de organização e agrupamento das entrevistas, com vistas a posterior interpretação à luz dos aportes teóricos, tendo como fio condutor o roteiro da entrevista, foi feita ordenando-as em quatro grupos de acordo com as expectativas, demandas e situações concretas acerca da participação social nos grupos de convivência.

4.4.1 Motivação para participar em Grupos de Convivência

Ao examinarmos as informações acerca dos motivos pelos quais as entrevistadas buscaram participar de um grupo de convivência, encontramos depoimentos que denotam ou caracterizam a necessidade de relacionar-se com outras pessoas, a busca por não se sentir só, de fazer novas amizades e de se comunicar.

Olha, eu fui para o grupo de convivência, não entendia bem disso, aí meu filho me levou, para mim ver um dia e eu gostei muito, tô lá no grupo. Teve uma razão sim, porque eu estava muito isolada, vivia muito sozinha, e aqui ali me garantiu bastante. Foi bom mesmo (A. R. X).

Olha, o primeiro motivo é porque eu comecei a me achar muito sozinha dentro de casa só com este meu filho e pensei que seria interessante para mim participar de um grupo[...] (M. D. C.).

Eu me sentia muito sozinha e também estava um pouco depressiva. Como eu havia saído do grupo que eu fundei aqui no Saco dos Limões, eu estava procurando um outro grupo para participar. Queria fazer novas amizades, sair um pouco de dentro de casa (D. M.).

Eu quis participar do grupo, porque a gente vivia muito sozinha. Então eu achava que se entrasse num grupo porque eu ia melhorar a minha vida, né, mais possibilidade de falar com as pessoas, ter mais amigas, a gente em casa não tinha amigas. Por isso eu quis participar do grupo (M. D. B.).

De acordo com Veras (2003), o número de mulheres que vivem sozinhas nos países periféricos ainda é grande. “Em estudo realizado no Rio de Janeiro (VERAS, 1994), constatou-se que os problemas mais significativos entre as mulheres idosas são a solidão, a pobreza e a privação social, sobretudo entre as viúvas mais velhas e as mulheres não casadas que vivem sozinhas [...]” (VERAS, 2003, p. 08).

Assim, para vencer essa solidão, como apontam os depoimentos, foi necessário sair do seu núcleo e ir em busca do outro, relacionar-se, ir à procura de algo que trouxesse um novo sentido para a vida. Daí a importância de participar de grupos de convivência, pois, ao se integrar a um grupo, a mulher idosa tem a oportunidade de conviver socialmente, superar dificuldades, continuar seu processo de aprendizagem e vivenciar novas experiências. É isso que buscam as mulheres ao integrar um grupo.

Fazer amizades, ter amigas né, trocar idéias, troca de conhecimento sobre família, até sobre remédios e ervas (O. Z. M.).

Como sou separada e eu trabalhei a minha vida inteira com grupos, quando eu me aposentei precisei procurar me integrar a grupos. Com a aposentadoria fiquei muito pra baixo, e eu não queria ficar isolada. Buscava ter qualidade de vida (M. L. L.).

A necessidade de participação está relacionada a múltiplas perdas: do vínculo empregatício por conta da aposentadoria, saída dos filhos de casa, morte de entes queridos. A vida anteriormente preenchida por muitas responsabilidades, com desempenho de vários papéis, vai dando lugar ao tempo livre e à possibilidade de a mulher pensar um pouco em si mesma. Portanto, esse é mais um dos motivos que levam as mulheres a buscar participar de um grupo de convivência, conforme observamos nos conteúdos expressos nas falas a seguir:

Porque eu achei que era bom, né? Eu queria ocupar meu tempo livre, porque a gente só em casa né, fica muito em casa não dá. Eu queria conhecer pessoas, né? Se eu ficasse parada, era para pensar besteira, mas assim ocupei o meu tempo (D. R.).

Eu queria preencher o tempo livre e conhecer novas pessoas, porque eu tava aqui, e só conhecia meu filho, meus netos e minha nora [risos]. Mas eles trabalham, e eu não ia ficar todo dia atrás deles. Eu queria ter a minha vida né, e eu fui para o grupo para isso né, dei sorte porque fiquei num grupo muito bom (A. C. M.).

Em seus estudos, Debert (1994) relata que as mulheres de mais idade têm a oportunidade de criar novas regras e estilos de vida. Nos grupos de convivência, conforme nosso estudo investigativo, existe um ambiente em que a possibilidade de criatividade, autonomia e liberdade podem ser vividas coletivamente.

Torres (1985) aponta que os grupos têm grande importância em proporcionar o bem estar do indivíduo. A autora afirma que “somente dentro deles as pessoas podem se integrar e se realizar na sociedade” (TORRES, 1985, p. 11). Portanto, na seqüência das perguntas feitas às entrevistadas, questionou-se como se dá sua participação na relação grupal.

Olha, eu sou uma pessoa que está no grupo, quero prestar bastante atenção nas coisas que tem que ser ditas e me comunicar com as amigas, eu quero atenção de todas elas como eu dou a minha atenção a todas elas também, eu tenho muita amizade com as minhas amigas. Também não falto a nenhuma reunião do grupo. Qualquer coisa que pedem para mim fazer, eu sempre estou pronta, a gente tem que ajudar, para isso que a gente está no grupo né?(A. R. X.).

Olha, eu acho que eu não tenho uma falta, eu não falto porque eu gosto muito de tudo [...]. Eu gosto de todo mundo ali, eu só não quero ter função, como se diz, coordenação né, mas ajudar eu ajudo, quem precisar eu ajudo. Sou ajudante, sou eu que lavo o prato, corto os legumes, eu sou ajudante da Lourdes. Eu me dou muito bem, a gente faz muitas amizades com pessoas da mesma idade, a gente se sente muito bem, eu gosto muito mesmo (A. C. M.).

Eu sempre tive o perfil de coordenar e liderar, mas quando eu entrei no SESC tive o propósito de tentar ficar quieta, pois como eu era novata, não queria me colocar lá na frente. Então não quis assumir nenhuma função na comissão do grupo. Mas eu quis ajudar, pois eu tenho muita facilidade no relacionamento, eu busco os grupos e ao mesmo tempo eu consigo viver em harmonia com eles. Eu consigo ouvir as pessoas, eu tenho facilidade para conversar (M. L. L.).

Tendo como aporte os estudos realizados por Cabral (1997), confirma-se a idéia de que as mulheres idosas tendem a contribuir no desenvolvimento do grupo, ou seja, gostam de ajudar nas tarefas, como se pode constatar pelos depoimentos.

Segundo os testemunhos, percebe-se que as coordenadoras têm função fundamental no desenvolvimento do grupo. Acerca desse fato, Araújo (2004, p. 87) afirma que

A inserção da mulher na liderança dos grupos de convivência de idosos parece dar-se ao fato de uma maior necessidade de se integrar e de ter uma ocupação além das atividades do lar [...] Desta maneira, as funções assumidas dentro grupo dão uma dimensão a uma participação ativa e responsável.

A oportunidade de cada participante ocupar papéis diferenciados, principalmente o de líder e liderado, faz com que o grupo se caracterize como um espaço sócio-educativo. Cada participante traz consigo sua história de vida e seus conhecimentos, que podem ou não refletir na atmosfera grupal (ARAÚJO, 2004). A análise da autora coincide com os depoimentos dados pelas entrevistadas que participam ou participaram da comissão de coordenação do grupo.

Fui durante muitos anos, coordenadora no grupo Esperança, muitos anos. Foi uma experiência muito boa. Havia uma união muito boa. Com o tempo o grupo foi mudando, entrando outras pessoas né? Ali tu lida com muita gente, é bom por um lado, mas já há mais separação, talvez pelo nível cultural. Eu dou muita sugestão [risos], sou bem participativa (O. Z. M.).

Eu já fui coordenadora do grupo, eu nem queria me meter nessas coisas, mas tudo bem elas me botaram, tudo bem. Só assim, eu gosto de ajudar, gosto de fazer essas coisas, uma coisa que aqui não tinha toalha na mesa e eu comecei a comprar, não tinha uns vasos e eu comecei a inventar. E eu percebi assim, que faltavam algumas coisas, e ainda falta muita coisa aqui dentro do grupo Fraternidade [...]. Então eu gosto de participar, gosto de fazer as coisas, gosto de ajudar [...] (D. R.).

Ao participar da coordenação do grupo, pode-se perceber que as entrevistadas demonstram prazer em ser referência de contato para colegas, em poder contribuir com o grupo, e mais uma vez destacam-se a solidariedade e a ajuda como dimensões de participação.

Eu sou a tesoureira do grupo, vai fazer três anos agora nesse ano. [...] Minha relação com as amigas é muito boa, eu me dou com todo mundo. As vezes a Daura diz assim, o telefone não pára, parece secretária do grupo, de vez em quando alguma liga se tem algo para perguntar ou para falar sobre o grupo (N. H. C.).

Olha eu sinto, tal eu tenho aquela impressão que todas me querem muito bem. As coordenadoras, todo mundo lá, tudo é da Dodô, a Dodô, sempre sou eu que sou, a... como se diz? o pão-de-ló de festa, como a gente pode chamar. Tudo é comigo, a Dodô que resolve, a Dodô faz isso, a Dodô faz aquilo, então, até por sinal agora elas me convidaram para ser a "presidente" lá. [...]. Então eu adoro estar com elas, a participação com elas é maravilhosa (M. D. C.).

Um outro aspecto que diz respeito à convivência em grupo destacado pelas entrevistadas foi a importância em estabelecer amizades, como se observa nos depoimentos que seguem:

[...] A minha relação com as amigas é muito boa, todas são amigas. A gente chega das férias assim, quando a gente volta sente aquela saudade, aquele amor, aquela amizade. A gente tem o carinho especial por cada uma, né? (M. C. P.).

Eu reencontrei pessoas que tinham sido minhas vizinhas, a dona Nena e dona Hilda, a gente viveu 30 anos como vizinha e não se conhecia. Se falava e era só de passagem, mas não tinha amizade. A gente se reencontrou e foi bom. Fiz muitas amizades. Eu me dou bem com a turma. [...] Sempre dou uns palpites, alguma coisa sobre o lanche, a gente só conversa, não faz confusão (A. B. S.).

Eu gosto de agitar, eu sou conversadeira, eu gosto de falar, gosto de dançar, gosto de cantar, gosto de fazer amizade, e amizade é muito sincera da minha parte, e tenho muitas amigas sinceras, todas, não tem nenhuma que eu possa reclamar [...] (G. R. G.).

Assim, confirma-se que “o grupo de convivência aparece como um lugar onde se tecem relações de proximidade e aconchego caloroso” (CABRAL, 1997, p. 161). A partir da realidade com características de sentimento de solidão, possibilidade de estabelecer novos elos e modelos de vida e também diferentes dimensões de participação, verifica-se que a motivação para participar do grupo se dá principalmente em função das relações vivenciadas por meio dele, que dão às mulheres idosas a oportunidade de buscar um novo sentido para sua existência, de ampliar suas redes de relação, de se redescobrir, trocar, sonhar, vencer a solidão, a ausência de amigos e o isolamento social que estariam enfrentando nessa fase de suas vidas.

4.4.2 Envelhecimento e a Trama das Interações Sociais nos Grupos de Convivência

No intuito de identificar qual o papel do grupo e quais as possibilidades de interação social no processo de envelhecimento, buscou-se analisar como as práticas coletivas possibilitam superar problemas, constituindo-se em suporte social, no qual a inserção nas relações grupais faz a pessoa sentir-se valorizada e importante.

Neste sentido, no bloco de questões formuladas às entrevistadas, indagou-se sobre as mudanças que ocorreram em sua vida individual e na relação com a família a partir do ingresso no grupo de convivência.

O grupo já faz parte do meu roteiro de vida, da rotina da minha vida. Fiz mais amizades, com outras pessoas diferentes, a gente muda conceitos, quebra preconceitos, aprendi a lidar com as pessoas, gosto muito dessa participação, gosto muito do grupo. A minha família acha uma maravilha eu participar de grupo, me incentivam, me ajudam se eu tiver que fazer uma lembrancinha, me ajudam se eu tiver que fazer uma escrita, me ajudam a corrigir, me levam no grupo se for preciso (M. C. P.).

Olha, para mim foi muito positivo, estas palestras que as meninas fazem para gente, coisas que eu nem conhecia [...]. Para mim tá tudo ótimo. Fiz muitas amizades, e amizade é o principal né, muitas amigas, mas já perdi muitas amigas, fiquei muito triste, mas sai uma e entra outra. O meu filho foi que me incentivou muito, ele achou muita mudança em mim, até minha própria família diz que eu não fico mais em casa, que a agenda tá cheia [risos], de vez em quando dizem dá para sair, não vai sair? Eu digo hoje não, hoje não tem grupo (A. R. X.).

Conforme os depoimentos, percebemos a importância conferida às amigas. No que diz respeito à amizade, conforme Abramowicz (2001, p. 151) “o grupo e as interações sociais que nele acontecem também se constituem em um espaço de afetividade, e eclosão dos mais variados sentimentos, de crescimento pessoal e acolhimento”.

Foi muito bom participar de grupo para mim, foi ótimo. Fica conhecendo o ser humano de um jeito que não conhecia, porque só fica em casa para o lar e para os filhos, educar os filhos e tal, mas quando tu começa a participar de um grupo, tu lida com uma pessoa, com outra e dali tu vai vendo quanta coisa a gente aprende com elas. Em relação com a família, eles perguntam estais em casa é? não fosse para o grupinho hoje?[risos] Meus filhos gostam que eu vou, gostam bastante que eu participe do grupo. Antes eu vivia mais em casa, depois que comecei a participar do grupo do SESC comecei a passear (O. Z. M.).

Mudou muita coisa né, aprendi muita coisa, porque eu era muita trouxa. Aprendi muita coisa com as amigas tudo, né? São amigas muito boas né. Meus filhos gostam que eu viaje [...]. Eles querem que eu participe de tudo. Eles são muito bons para mim. Não me prendem. Eu não deixo de participar por causa de neto. Eu só não vou se eu estiver doente, porque ninguém me prende (M. W. C.).

Ao analisar esses depoimentos, observa-se que os sujeitos perceberam modificações no modo de viver, com a participação nos grupos de convivência. Mais uma vez foi citada a possibilidade de criar novos elos de amizade. Outros aspectos mencionados foram a oportunidade de aprendizado e a troca de experiências, por sair de casa e interagir com outras pessoas. Já em relação à família, percebe-se que há incentivo e ajuda, e, segundo as entrevistadas, os familiares apóiam essa participação.

Os grupos para mim, foi melhor do que a escola, porque eu eduquei minha boca, eduquei meus olhos e eduquei meus ouvidos. Porque agora eu sei escutar mais, porque nos grupos tem gente com mais cultura que a gente, gente com menos cultura que a gente, gente com situação financeira melhor, tem situação financeira pior, então é uma escola [...]. Meus sobrinhos dizem que é muito bom, eles gostam muito, a titia vai, é bom (J. M. G.).

Segundo o testemunho, entendemos o grupo enquanto propulsor de crescimento, desde que a pessoa esteja aberta ao conhecimento. Valente (2001) observa que, em relação ao aprendizado, os idosos têm essa necessidade de continuar a adquirir conhecimentos. Segundo o autor, para esse segmento populacional, aprender tem se tornado “uma maneira de ocupar a mente, de preencher o tempo e de estar em sintonia com a atualidade” (VALENTE, 2001, p. 28).

Assim, a convivência em grupo, de acordo com os estudos de Abramowicz (2001, p. 152), “permite aflorar essa riqueza de vivências, com ênfase no desenvolvimento de competências comunicativas, encorajando a auto-expressão, o auto-conhecimento, a auto-compreensão e a possibilidade contínua de aprendizagem”. Os depoimentos a seguir destacam essa direção:

Fiquei mais espontânea, por causa dos grupos da terceira idade. Dentro de casa assim, a gente se sente mais à vontade. Em casa ainda sou um pouco mais quieta, mas no grupo eu sou bem espontânea, tenho bastantes amizades, eu gosto muito de conversar. [...] (D. M.).

[...] A minha família percebeu que eu fiquei mais comunicativa, mais alegre, mais solta, de primeiro eu vivia mais retraída, agora sou outra mulher, graças a Deus. Os filhos acham bom que eu vá, gostam que eu saia e me incentivam. Dizem mãe deve sair porque o tempo é curto, a mãe perdeu tanto tempo sempre criando da gente, agora vai aproveitar, vai viver a vida da mãe (G. R. G.).

Mudou demais mesmo [...]. Eu fiquei mais ativa. Até o pessoal mesmo de casa acha, porque eu sempre fui uma pessoa muito fechada, nunca fui de fazer muita amizade, sabe, e agora eu me vejo conversando com todo mundo [risos]. Eu fiquei mais solta, não sei se é porque de ver muita gente com a mesma idade, todas querem as mesmas coisas né, participar, é muito tempo livre, e a gente vai para lá, a gente conversa, aprende, convive com pessoas diferentes, modos diferentes, culturas diferentes, a gente conhece outras coisas né, eu gosto muito. Minha nora, eu a conheço desde pequena, e ela me chama de vó, ela me diz: vó, mas como você mudou, hein? [risos]. É porque eu falo muito agora, reclamo coisas com ela, falo com ela coisas que eu não falava antigamente (A.C. M.).

As entrevistadas admitiram ter se tornado mais espontâneas, melhorando a auto-estima e a saúde e fazendo com que algumas saíssem do estado de depressão. Ao fazer amizades, aprender coisas novas e ao ficar mais alegres, melhoraram a saúde (CABRAL, 2001). E a família percebe essas mudanças, o que proporciona um redimensionamento dos vínculos familiares.

Eu vivia em depressão, estava isolada. Com a participação nos grupos, minha vida ficou mais alegre, ficou melhor, melhorei também a minha auto-estima. Minha família me apóia, meus filhos me incentivam, acham ótimo que eu participe do grupo (M. L. L.).

[...] No grupo as amigas nos incentivam, melhorei da minha depressão. Lá no grupo a gente esquece os problemas. Minha família me apóia, acha muito bom que eu participe do grupo (D. M.).

Teve mudanças, eu fiquei bem melhor, fiquei mais ativa, eu andava um pouco depressiva, porque quando a gente tem marido é uma coisa, a gente sai, passeia tudo, mas quando a gente fica viúva, as amizades ficam mais distantes, porque a gente viúva sai com casal já não fica bem. Eu procurei o

grupo para fazer novas amizades, melhorou muito a minha vida, graças a Deus [...] (G. R. G.).

Deste modo, o suporte social, o grupo e a sua trama de interações permitem um processo de envelhecimento marcado pela dinâmica de buscar algo novo, atualizar-se e vislumbrar viver a velhice de maneira mais satisfatória (ABRAMOWICZ, 2001).

A gente fica mais ativa né, porque os últimos 10 anos eu me dediquei a cuidar do meu marido, porque fez ponte de safena, tomava muito remédio e eu vivia em função dele, né? Dai, quando entrei no grupo passei a viver em função de mim. [...] (A. B. S.).

Olha pra mim mudou tanta coisa, muita a minha maneira de ser, eu gosto muito de participar, todo mundo me pede para participar de tudo. Eu me acho assim uma pessoa bem realizada. É uma coisa que faz falta para mim, esses meses de dezembro, janeiro e fevereiro, como está fazendo falta o grupo [...] (M. D. C.).

Por esses testemunhos, contata-se o resgate da subjetividade, isto é, a libertação do espaço limitado da casa permitindo que possam a viver para si e, com isso, alcançar a realização pessoal. Assim, ao envelhecer, a mulher vê as funções domésticas reduzidas, ganha tempo livre e autonomia para investir em seu crescimento pessoal. “No caso das mulheres, em particular, a última idade representa uma liberação: submetidas durante toda a vida ao marido, dedicadas aos filhos, podem enfim preocupar-se consigo mesmas” (BEAUVOIR, 1990, p. 598).

Neste sentido, questionamos as entrevistadas sobre qual a importância da participação em grupos no processo de envelhecimento.

Olha, uma coisa melhor que isso não existe, porque a gente ter um grupo de idosos, as pessoas são da mesma idade que a gente né, as conversas da gente tudo uma com a outra são ótimas. A gente se sente melhor, parece que têm mais ânimo para viver e conviver, porque cada vez que se chega lá tem sempre uma coisa diferente para gente fazer, para gente estar em função uma da outra, eu acho que é isso que eu sinto. Eu sinto falta mesmo que é só de 15 em 15 dias. O grupo me ajuda bastante a preparar para a fase da velhice, me ajuda bastante (A. R. X.).

[...] Então essa criação dos grupos de terceira idade, foi a coisa melhor que fizeram, não existiu coisa melhor. Lá elas se libera, tá em contato com pessoas da sua idade, entende, lá às vezes uma briga, outra xinga, mas foi uma coisa assim perfeita. Feliz daquele que criou esses grupos de terceira idade, dar oportunidade de a gente não estar incomodando, porque às vezes a gente tem a impressão que está incomodando dentro de casa né, justamente pela diferença de idade, entende, porque o idoso tem sabedoria, e o jovem é difícil aceitar um pouco [...] (A. S. B.).

Os depoimentos expressam a importância e a necessidade do convívio em grupo, como facilitador da emergência de significados comuns, constituindo-se em um espaço de aproximação interpessoal, e com possibilidade de realizar trocas afetivas. “Compartilhar situações de vida assemelhadas favorece a integração pessoal dando ao grupo um papel libertador, expressivo e criativo” (ABRAMOWICZ, 2001, p. 152).

Eu acho que vale a pena participar de um grupo, porque um grupo de envelhecimento, todas têm passado pelos mesmos problemas, todas têm os mesmos assuntos, como não existe esse choque de gerações, pois o tempo que se passou, a gente vivia a vida de uma maneira diferente e, hoje, a vida do jovem é diferente. [...] É muito importante estar num grupo de idosos porque todos falam a mesma linguagem. Todos pensam iguais e enfrentam os mesmos problemas (M. C. P.).

Com certeza há benefícios, porque você convive com pessoas, mais ou menos da sua faixa etária, então com isso uma fala uma coisa a gente troca idéias, cada um tem a sua vida, fala da sua vida, troca experiências, e isso é bom, né? É porque, no meu caso, se eu não estivesse lá eu não tinha isso, né? [...] e lá não, é tudo mais ou menos da mesma faixa etária né, a gente convive melhor nesse ponto. Conviver com pessoa, é importante fazer novas amizades (A. C. M.).

Deste modo, por meio do grupo as idosas buscam novas motivações para a vida. Encontram um espaço para si, uma convivência em que podem se expressar sem intimidar-se com a censura e a ironia dos jovens, pois no grupo há possibilidade de se trocar pontos de vista, desconstruir concepções de mundo reproduzidas e construir novos paradigmas, expressar sentimentos e emoções, partilhar questões em comum, enfim, experienciar a oportunidade de conviver.

Eu acho que para a pessoa idosa, a melhor coisa que aconteceu foi ter grupo de senhoras. Porque muitas ficariam idosas, em casa, sentadas numa cadeira, vendo o tempo passar. E assim não né, elas tão convivendo com outras pessoas, uma faz um trabalhinho, ensina para a outra. É importante demais essa criação de grupos de idosos (O. Z. M.).

É muito importante, porque a pessoa não fica dentro de casa né, porque só o fato de sair de casa e vir para o grupo né, chegar aqui encontrar as colegas, conversa com um, conversa com outro, olha, a gente passa o tempo, nem olha mesmo, às vezes eu tô aqui sentada eu passo o tempo e não vejo, o que já é essa hora, às vezes eu nem jogo bingo porque não dá tempo, né? Eu acho para mim, muito importante, muito importante mesmo (D. R.).

Cabe destacar que as entrevistadas percebem ainda que vivem um outro momento, isto é, uma experiência diferenciada de suas mães e avós. Conferem importância à participação no processo de envelhecimento.

[...] É importante porque, antigamente, quando eu me lembro a minha, que faleceu com 74 anos para 75, a idade que eu estou, mas a minha mãe coitadinha, com 50 anos já vivia dentro de casa fazendo crochê, fazendo tricô, vivia para aquilo. A gente hoje em dia não, a gente se arruma, sai e passeia, a gente até se enfeita demais. Mas é muito gostoso ser velha. A velhice é a melhor idade que a gente tem. A gente pode participar de tudo (M. D. C.).

Eu acho que faz parte do envelhecimento participar de grupos. Pra mim a convivência nessa época, mais de 60 anos em que eu estou, faz parte do envelhecimento. A pessoa buscando outras pessoas, com a troca de experiência que vai tendo, ela vai vendo que a velhice é uma coisa natural na vida da gente. Não é só ficar em casa fazendo comida e lavando roupa, né? A gente tem que viver com outras pessoas (M. L. L.).

Conforme os estudos de Salgado (1980), a ocupação do tempo livre com atividades de lazer e o contato interpessoal e grupal caracterizam-se como fonte de grande satisfação para as mulheres idosas, e é isso que nos apontam os dois testemunhos que seguem.

É bom a gente participar de grupos né, faz novas amizades. Então é vantagem a gente ter esses grupos, para a gente se divertir, porque a gente se diverte lá dentro desse SESC. A gente dança, faz ginástica, depois toma café. [...] e agora então eu fico pro bingo, porque agora eu posso chegar à hora que quiser em casa, porque ninguém me manda, né! (M. D. B.).

[...] A gente fica esperando por aquele dia, fica na expectativa, pena que é só duas vezes, é duas vezes no mês, se fosse toda semana que era bom. A gente conversa, faz amizade, tem as brincadeiras e a gente esquece, o tempo passa e a gente espairose. Às vezes a gente sente dor aqui, dor ali, daí a gente vai para lá e não sente mais nada. Lá na turma a gente não sente nada, a gente esquece. Esquece das tristezas, porque toda pessoa que fica sozinha tem suas tristezas, o seu momento de solidão. Lá a gente desliga dos problemas (A. B. S.).

O contato com outras idosas em situação semelhante permite que elas percebam que as outras mulheres também têm dificuldades. A partir do momento em que a idosa integra um grupo, ela tem a oportunidade de melhor compreender a realidade do seu dia-a-dia, com erros e acertos, conscientizando-se dos desafios a confrontar, e, principalmente, estabelecendo novos modelos para encarar as mudanças físicas, biológicas, psíquicas e sociais que aconteceram na sua vida.

Portanto, o envelhecimento satisfatório dependerá, em parte, da qualidade da interação entre as pessoas que continuam ativas, dinâmicas, relacionando-se e tendo esperança. A reapropriação da vida na velhice é sinônimo de educação permanente, auto-realização que dá sentido e significado à existência. O tempo da velhice pode se expressar em tempo de renovação, de viver o criativo em um importante espaço de participação – o grupo.

4.4.3 Envelhecimento: Participação e Mudança na Forma de Viver

Esse bloco de perguntas apresenta uma característica diferenciada das anteriores, ao considerar que até então as entrevistadas tiveram liberdade para responder o que entendiam de cada questão, ou seja, eram perguntas abertas. Ao contrário, as perguntas que seguem apresentam algumas opções pré-estabelecidas, escolhidas pelas entrevistadas para compor a resposta que mais se aproximava de sua opinião.

Assim, para dar continuidade à pesquisa, foi questionado às entrevistadas o que lhes proporcionou maior oportunidade de participação após os 60 anos. Dentre as possibilidades de escolha, destacaram-se primeiramente os amigos, o que indica que as amizades estimulam a participação, de acordo com os depoimentos a seguir.

Foram as amigas do grupo, as amizades, principalmente a Laurita (A. S. B).

Os amigos para mim foram fundamentais aqui em Santa Catarina (M. L. L).

Foi minha amiga Gedalva que me incentivou (M. D. B.).

Para mim, inclusive, foi as amigas, porque até a Luiza me ligou e disse consegui uma vaga para ti aqui no SESC, tu vens? Larguei tudo e me arrumei e me joguei para o SESC. Fazia três meses que estava viúva, foi importante o SESC porque eu não fiquei assim, como se diz, naquela lembrança, naquela saudade, pra mim foi bom. Eu tenho um filho que mora em casa, mas ele é uma visita para mim, porque come e sai. [...] (M. D. C.).

Diante desses depoimentos, percebe-se mais uma vez a importância da amizade para essas mulheres. Conseqüentemente, a convivência em grupo traz benefícios para a mulher idosa, ao melhorar suas relações sociais. Pode-se dizer que a participação é algo essencial na vida das idosas. É o que afirma Berdanave (1986, p. 16):

A participação não é só um instrumento para a solução de problemas, mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano, como são a comida, o sono e a saúde. A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, e afirmar-se a si mesmo.

Outra opção de resposta enfatizada pelas entrevistas sobre o que teria proporcionado oportunidade de participação foi o tempo livre.

Depois que os filhos já estavam crescidos e casados, cada um tem a sua vida. A gente tendo o tempo livre pode se dedicar à outra coisa, né? (O. Z. M.).

Porque antes eu não podia, eu trabalhava, não tinha condições né, não dava, eu trabalhava o dia todo, não dava para participar. Mas agora não, agora dá para participar do grupo, da ginástica na Universidade, agora eu tenho tempo, o tempo é livre, né? (D. R.).

Os depoimentos denotam a necessidade do resgate do eu social, tendo em vista que o grupo se caracteriza como espaço de possibilidades e estratégia para enfrentamento da solidão e busca de novas experiências. Segundo os estudos de Debert (1998), confirma-se a idéia de que, por meio das perdas, as mulheres conquistaram sua liberdade e independência, e, assim, à vida cotidiana é incorporada a sensação de agrado e alívio.

Eu não podia participar porque tinha a minha família, a minha mãe, como é que eu ia deixar minha mãe em mingua e ir para as coisas? Ai depois ela faleceu. A primeira vez quem me levou foi a minha filha, ai depois fui indo para um e para outro, daí um foi me convidando, ai fui indo (M. W. C.).

É porque eu fiquei muito tempo aposentada, ajudando a minha nora, mas quando eu vim para cá, eu tô levando uma vida, que eu acho que eu nunca tive, sabe? A não ser quando era nova, a vida era outra. Aqui não, aqui eu tenho a minha vida, saio quando eu quero, adoro passeio, faço o que eu quero. E lá no SESC foi o que me deu essa oportunidade. A gente vem de lá, sai com a cabeça boa, tranqüila, é uma tarde gostosa que a gente passa lá (A. C. M.).

Fique viúva depois dos 60 anos, porque até ali eu tinha o compromisso de cuidar dele né, eu não saía, me acostumei à vida toda cuidando da casa, cuidando dele, do meu marido e filho que faleceu. Eu se tivesse marido não iria, não deixaria sozinho. Eu fui porque ele faleceu. Então quis viver mais a vida, porque a vida não é só tristeza. E também ali fiz nossas amizades, são novas pessoas que acrescentam na vida da gente (A. B. S.).

Conforme os depoimentos, observa-se que a mulher passa a cuidar mais de si e a ponderar que além de ser mãe e avó, é também mulher. Assim, “poder se realizar fora do contexto familiar, sem cobranças e obrigações, dedicando-se a si mesma é uma experiência nova para estas senhoras que foram formadas com outros padrões e valores” (ABRAMOWICZ, 2001, p. 153).

Dentro desse bloco de análise, também abordamos o fator que proporcionou mudança na forma de viver depois dos 60 anos. Aqui, quase todas as opções de resposta foram citadas pelas entrevistadas, porém as idosas deram ênfase mais uma vez à relação com as amigas.

Quando eu vim morar para cá, eu vim sozinha, daí eu comecei a participar dos grupos e foi dentro dos grupos que eu agarrei força (M. L. L.).

A oportunidade de conviver com pessoas da mesma faixa etária, as atividades que a gente faz fora, tudo isso muda muito, né? (A. C. M.).

De acordo com os depoimentos, percebemos a necessidade que as idosas têm de continuar a estabelecer relações significativas. Por meio do incentivo das amigas, as entrevistadas afirmam ter mudado sua maneira de viver, principalmente ao desligar-se aos poucos do ambiente doméstico, através de passeios e viagens.

Depois que fiquei viúva passei a sair mais, foi o grupo que incentivou. Faço viagem com o SESC, com o grupo, tenho incentivo com o SESC (A. B. S.).

Antes eu quase não saía, depois que teve o grupo eu tive tempo, qualquer passeio qualquer coisa, eu tô sempre na atividade do grupo. Eu não saía mesmo de casa, era muito difícil a gente sair. Por causa do grupo que eu me motivei mais a sair. fazer passeios, eu não perco os passeios do grupo (A. R. X.).

Segundo Araújo (2004), os indivíduos que convivem em grupo tendem a ampliar a autonomia, assim como têm mais facilidade de expressar e verbalizar o que desejam o que sentem e o que é melhor para si. O convívio em grupo, segundo o universo pesquisado, vem despertar o projeto coletivo e satisfazer outras necessidades antes não sentidas.

Neste bloco de pesquisa questionou-se, ainda, acerca dos interesses das entrevistadas, ou seja, o que gostam de fazer como entretenimento. Conforme os depoimentos a seguir, pode-se perceber que encontram satisfação nos momentos de lazer.

Dançar... Desde 15 anos que eu já ia a bailes com meus pais, já gostava de dança. E depois com amigos. Entrei para dança de salão do SESC, estamos nos apresentando em vários lugares, repartições públicas, shoppings. Somos muito elogiados (A. S. B.).

Faço ginástica há 14 anos, ginástica para mim é ótimo. Eu, quando fiquei doente, até cheguei a chorar, porque pensei que não poderia ir mais. Faço três vezes por semana na Universidade [UFSC] (D. M.).

Faço muito palavras cruzadas, eu adoro mesmo, o tempinho que eu tenho vou para as palavras cruzadas. É muito bom para a memória (D. R.).

Trabalhos manuais, fazer roupinhas para as bonecas da minha netinha, para as crianças da vizinhança, fazer um bico no pano de prato, eu acho lindo (M. C. P.).

Muitas vezes o lazer é um recurso eficaz de inserção social, em atividades tais como a dança, é também uma maneira de se manter informado por meio da leitura e das palavras

cruzadas, bem como uma forma de manter a saúde, através da prática de atividades físicas. E há, ainda, a elaboração de trabalhos manuais, que deve ser considerada uma terapia e um exercício mental.

Entendemos que o lazer é também uma forma de participação, principalmente para os idosos, o que fica expresso no depoimento:

Trabalho em grupo, pois eu sempre convivi em grupo, primeiro a família, depois na escola, na universidade, depois eu dei aula, enfim a nossa vida é conviver em grupo (M. L. L.).

“O lazer, entre seus múltiplos significados, propicia oportunidades de vivenciar, de compartilhar, de se integrar [...] vivenciando novas situações e criando novos laços afetivos” (BARROSO, 1999, p. 35). O lazer é uma necessidade fundamental na vida do ser humano, pois o tempo deve ser preenchido como um canal de ocupação, de construção e de expressão da criatividade individual. Entendido em todas as suas dimensões, o lazer, em seu significado pessoal e coletivo, leva à mudança, ao questionamento e à inserção social.

4.4.4 Significado do Envelhecimento

Neste estudo, buscamos também inferir acerca do significado das condições para viver o processo de envelhecimento. Ao examinarmos os conteúdos das entrevistas, encontramos necessidades que são sinalizadas pela ambigüidade, considerando que são levantados aspectos positivos e negativos, dado o determinado estágio da vida.

A velhice para mim é... amadurecimento, o que mais que vou falar para ti?... É convicção nas coisas que passaram, é conhecimento na estrada da vida (J. M. G.).

Velhice para mim é uma fase natural da vida da gente. Pra gente aceitar precisa ter uma base planejada. Quem está preparada para a essa etapa da vida, tem uma qualidade de vida melhor (M. L. L.).

Só o passar dos anos, porque o pensamento é o mesmo. A gente vê que tá velho pela idade, mas os pensamentos, os gostos, a maneira de pensar não muda. Identifico como vantagem os sonhos que são sonhados né, e os sonhos realizados. Quando tu és uma menina tu sonhas, toda mulher sonha com o casamento, ter uma casa, família, os filhos, a maior maravilha da velhice é ver os sonhos realizados [...] (M. C. P.).

Percebe-se que a velhice, para essas entrevistadas, apresenta um aspecto aparentemente positivo, pois a apreendem como uma fase em que os indivíduos conquistam experiência de vida e um maior conhecimento das coisas do mundo. É visto como algo natural e que exige certa preparação. Outro aspecto positivo da velhice, conforme os depoimentos, é a possibilidade de viver com liberdade.

Pra mim, acho que envelhecer é a pessoa não ficar dentro de casa, eu acho que se a pessoa sair, viajar, passear né, não dá muita importância pra isso, a pessoa tem que sair de casa. A velhice é passear, é andar na rua (D. R.).

É uma outra etapa da vida, a gente tem a infância, a mocidade né, aquela fase depois dos 30 para os 50, a fase adulta, e depois tem a velhice, né? A velhice representa liberdade, eu acho, agora é, liberdade, porque agora eu faço o que eu quero, graças a Deus, ao meu trabalho e ao meu marido, eu tenho uma vida mais ou menos, eu não vivo mal, eu tenho o que eu quero, falo o que eu quero, tenho o meu dinheiro, gasto do jeito que eu quero, não tenho que dar satisfação para ninguém [risos]. Então para mim é uma fase maravilhosa (A. C. M.).

[...] O bom é viver com liberdade, porque eu tenho, pra onde me convidarem, eu tô pronta. Porque agora eu não tenho mais compromisso, não tenho filho pequeno, não tenho nada né, sou sozinha. Saio a hora que quero, chego a hora que quero. Ninguém me manda, não tenho marido, não tenha nada, né? Esse é um ponto positivo da velhice, pra mim (M. W. C.).

Assim, a mulher liberada do cuidado dos filhos, do trabalho formal e das satisfações ao marido pode estar acessível para exercer outras atividades e estabelecer novos contatos fora de casa. É o que relata Motta (1998, p. 234) em seus estudos: “sem a família para ‘cuidar’, isto é, sem o tradicional ônus das obrigações domésticas, e sem o conhecido controle marital, [...] encontram a liberdade também como viúvas”.

Entretanto, houve entrevistadas que, apesar de reconhecer a velhice como um fato normal, ressaltaram os declínios presentes nessa etapa da vida, tais como memória e o envelhecimento biológico, como se verifica nos testemunhos a seguir.

[...] Mas eu encaro muito bem a velhice, para mim é normal, mais uma etapa da vida que eu vou ter que passar. A mudança que eu acho é que a gente fica um pouco esquecida, é horrível [risos]. Por isso tem que participar de grupinhos para ficar debatendo assuntos né, eu sou preguiçosa para ler. [...] (O. Z. M.).

A velhice é a idade da gente, a gente tem que saber que tem que ficar com aquela idade, ser velha, né? Eu acho assim, que a gente tem que saber a idade da gente, que Deus faça que a gente fique com a memória bem boa, porque isso é importante para gente, né? [...] Para mim, eu não tenho reclamação dessa fase, só que a gente não é mais aquela né, que tem aquela atividade de fazer tudo ligeiro, de dizer hoje vou fazer isso, isso... Não, não

dá mais. É mais devagar. O grupo me ajuda a viver essa fase, me ajuda bastante. É normal. é uma fase que a gente tem que passar (A. R. X.).

A perda da memória e a ausência da agilidade física aparecem como características da velhice apontadas pelas entrevistadas. Conforme os estudos de Beauvoir (1990, p. 43) “a memória concreta (relacionada com dados bem conhecidos) decai entre os 30 e 50 anos, assim como a memória lógica. A mais alterada é a memória que implica a formação de novas associações, como, por exemplo, a aquisição de uma língua”.

Sobre a função da memória, Bosi (1994, p. 09) aponta que ela “permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações”. Deste modo, de acordo com a autora, a memória do indivíduo é dividida em marcos, e depende do seu relacionamento com a família, com os grupos de convívio e grupos de referência peculiares ao sujeito. Assim, observam-se grandes diferenças, de perda ou aumento de memória, de acordo com o grau de cultura dos sujeitos.

Outras entrevistadas enfocaram somente o lado negativo da velhice, em que o aspecto biológico é enfatizado, revelando a preocupação com a imagem e com o corpo que envelhece.

Saber envelhecer já é uma coisa, saber envelhecer é uma... é uma consequência do mundo, então você tem que saber envelhecer. Então você tem que saber envelhecer, não é por saber envelhecer que eu vou deixar de fazer isso, deixar de fazer aquilo, tudo dentro da normalidade, não ridicularizando, entende, assim, usar roupas de acordo com minha idade, eu prefiro usar roupas de acordo com minha idade. É saber envelhecer com consciência, e fazer tudo que está dentro do seu limite sem ridicularizar (A. S. B.).

É como diz, envelhecer é sair daquela mocidade que a gente tinha tanta liberdade de passear, a gente brincava, a gente namorava, né. Agora envelhecer é assim, a gente torna uma outra vida, diferente, que a gente quando envelhece tem que se lembrar que a gente não pode olhar para o espelho né, e tudo que a gente usa. Uma senhora velha não vai se pintar demais, não vai vestir uma roupa bem decotada, a gente tem que saber como se arruma na velhice. Então a velhice é assim... A gente ficou velha tem que se lembrar que não pode usar um vestido curto, tem que usar um vestido mais ou menos, a gente não vive badalando por aí, como faz essa a mocidade [...] (M. D. C.).

Pra mim, eu não me conformo com a velhice. Não é uma fase boa. A gente deveria de durar 200 anos. Ser igual cigarra, [...] tira a casca e fica novinha, e nós deveria ser a mesma coisa, nós não deveria ficar velho. É ruim porque muita gente não dá crédito aos velhos, a gente não tem assim como a mocidade, porque tudo que a gente bota quando é moça fica bonito e já uma velha não vai botar um traje de uma menina-moça. É isso que eu não me conformo, cada vez a gente fica mais velha (M. D. B.).

Assim como a entrevistada, Beauvoir (1990) também faz uma comparação entre o envelhecimento do ser humano e o dos animais. Segundo a autora, “a espécie humana é aquela em que as mudanças causadas pelos anos são as mais espetaculares. Os animais descarnam, enfraquecem-se, não metamorfoseiam. Nós sim”.

As considerações sobre velhice, conforme os depoimentos das entrevistadas, apontam para características presentes no corpo. Por meio da aparência – pele enrugada e da presença de doenças, proclamam que o tempo deixou sobre elas a sua marca.

Envelhecer é assim, a pessoa ter problemas, com a família. A família se incomoda e isso envelhece muito a pessoa, deixa a pessoa com pressão alta, deixa com problema de coração. A velhice é problema, não vejo aspecto positivo. Só se a pessoa tiver todo o apoio, não tiver problema com a família, daí a pessoa custa a envelhecer, porque aí a pessoa não se incomoda, mas a maioria hoje em dia quase tudo tem problema né, com os filhos, com os netos né, principalmente nos dias de hoje, né? (N. H. C.).

Eu acho que velhice, velho mesmo é quando a pessoa não pode fazer mais nada né, enquanto a gente trabalha que pode fazer o serviço da casa, eu passo pano no chão, eu lavo louça, e acho que a velhice é quando a pessoa não pode fazer mais nada, depende dos outros. [...] A gente já não é mais aquela pessoa de quando era nova, mas a gente tendo saúde, o importante é ter a saúde [...] (D. M.).

No que diz respeito às doenças, as duas entrevistadas relacionam envelhecer com problemas que, segundo elas, prejudicam a pessoa, e essa é uma das causas do envelhecimento. Deste modo, entendem que ser velho também é ser doente. “Assim, a doença passa a ser mais uma característica somada à categoria geral externa de velho, que serve menos para explicitar a situação particular de cada um e mais para classificar os outros, os velhos, que estão velhos porque são doentes” (MERCADANTE, 2003, p. 59).

Desde o início das civilizações ocidentais, a sociedade desenvolveu uma percepção e criou modelos ideais que estiveram sempre voltados à juventude e ao início da maturidade. Assim, a representação de velhice sempre esteve fortemente associada a estigmas sociais, “trazendo à tona uma concepção de velhice que, bastante freqüentemente entre nós, associa esta fase da vida à decrepitude física e ao comprometimento das funções cognitivas” (ALMEIDA, 2003, p. 36). Essa identidade social de velho é entendida como uma categoria explicativa e válida para qualificar, classificar os velhos em geral.

Neste sentido, quando questionadas sobre se há idade para ser velho, última pergunta da entrevista, a maioria das depoentes respondeu que não, apresentando, em suas respostas, suas concepções sobre o que é ser velho.

Eu tenho quase 70 anos, mas parece que eu tenho 45. Velho para mim é um trapo, quando bota aqui e não sai mais do lugar né, isso que é velho. É uma pessoa parada, que não tem mais motivação para nada (M. W. C.).

Porque tem velhos novos e tem novos velhos. Ser velho para mim é aquele ranzinza que nunca está satisfeito com a vida, reclama de tudo. Está de mal com a vida. Eu não me considero velha nem idosa, mas uma jovem na terceira idade (J. M. G.).

De acordo com Mercadante (2003, p. 56 e 57), “este modelo é também usado pelos idosos para classificar outros. O que há é uma fuga pessoal ao modelo apresentado pelos idosos. Assim sendo, o modelo serve para situar os ‘outros’, os ‘velhos’, e não cada indivíduo em particular”.

Eu não me sinto velha [...] Velho é a mentalidade da pessoa. Velho é ranzinza, esse é o velho chato. Não me considero velha, eu brinco, eu gosto dos jovens. Adoro os jovens. E o velho sem dinheiro, sem uma pensão, sem ter do que se manter, não sobrevive, porque eu tenho a minha pensão, a gente paga para viver. É preciso ter certo poder aquisitivo para viver bem, se não, não tem qualidade de vida (A. B. S.).

Eu acho que a velhice não tem idade. Eu acho que a pessoa tá velho quando fica numa cama, que já não pode fazer mais nada, enquanto a pessoa anda, faz as coisas eu acho que ela tem disposição. Eu não me considero velha, eu sei que estou velha, mas não sou velha. Eu ainda faço tanta coisa, que às vezes certos jovens não fazem, né? A velhice da gente tá na cabeça né, se eu botar que sou velha, vou ser velha mesmo, mas se eu botar que sou não, não é que sou nova, mas a gente pode fazer as coisas tudo, a gente sai, passeia bastante, eu viajo bastante [...] (D. M.).

Pra mim, eu não me considero velha, porque eu gosto de participar com os jovens, eu gosto de música e de barulho, gosto de sair. Por exemplo, eu tenho uns conhecidos, que são gente jovem com comportamento de velhos. Eu acho que velha é a mentalidade das pessoas, pois tem aquelas que são jovens com mentalidade de velhos. E também existem jovens com mentalidade de velhos. Eu tenho um coração jovem. Eu acho que acompanhei os passar dos anos, eu acompanhei as eras (M. C. P.).

Os estudos de Mercadante (2003, p. 57) confirmam que “a idéia de velho foi explicitamente rejeitada quando aliada aos próprios sujeitos entrevistados, mas houve, também, de forma explícita, o reconhecimento de que existe um velho com todas as características psicossociais culturalmente apontadas”.

A atitude dos idosos depende de sua opinião geral em relação à velhice. Eles sabem que os velhos são olhados como espécie inferior. Assim, muitos deles tomam como insulto qualquer alusão a sua idade: querem, a todo preço, crer que são jovens [...] (BEAUVOIR, 1990, p. 350).

Elas não se incluem na categoria social velho. “A ambigüidade em relação à velhice se expressa, nos depoimentos das entrevistadas, a partir de uma separação radical entre o corpo e o espírito” (MERCADANTE, 2003, p. 57).

Existe gente nova que pensa e age como velho, mas tem muito velho que tem atitudes mais jovens do que uma pessoa que é nova. Para mim a velhice está na cabeça, pois o velho é aquele que reclama de tudo (G. R. G.).

O velho para mim é aquele que se acomoda e não levanta mais da cama, precisa das outras pessoas para tudo. A gente podendo caminhar, podendo correr, podendo fazer as nossas coisas, a gente é jovem (M. L. L.).

Eu acho que a velhice é a pessoa que faz, tem tanta gente mais de idade que vai, que anda né, vai para lá, vai para cá né, não sente nada, conversa. Pra mim, o velho é aquele que fica em casa, reclama de tudo, reclama daqui, reclama dali, principalmente doença né, pra mim eu acho que é isso (D. R.).

Eu acho que esse negócio de velhice está mais na cabeça, sabe? Para mim velhice não é só aparência, porque a pessoa pode ser velha na aparência e ter uma cabeça boa né, a velhice na cabeça, aquela que não pode pensar nas atitudes, né? Como eu te falei minha coordenadora, ela vai fazer 81 anos, dá de 10 a 0 em mim, e ela tem problemas nos pés, mas não pára um minuto. Eu sou da terceira idade, estou vivendo a boa idade né [risos] (A. C. M.).

Nos depoimentos, contata-se a idéia de que ser velho é um estado de espírito, isto é, espírito jovem não envelhece e depende de cada um. “Ao reportar que a velhice está na cabeça das pessoas, deixa evidente a sua não identificação com esta etapa, talvez por não se sentir enquadrada nos padrões de comportamento determinado [...]” (SILVA, 2003, p. 101).

Quem faz a velhice é a gente, a gente tem que se incentivar. Tem que ir para frente e não pensar: não vou porque sou velha, não faço isso porque sou velha, não boto essa roupa porque não diz por que já tenho idade. Não é assim, porque a gente tem que fazer as coisas que a gente quer, independente da idade (A. R. X.).

Isso aí depende muito da pessoa, entende, e do que você faz dentro da moralidade, entende, e eu não acredito que há idade para ser velho. [...] é não me acomodar, aí eu sou velha, não vou sair de casa, vou só ficar fazendo crochê, fica ali sentado, não. Eu acho que o idoso, quanto mais movimento melhor, né, porque se ele se acomoda, vai enferrujando tudo. Então não, a pessoa tem que se libertar disso aí, eu sou velha, eu sou velha, não tem que dizer que é velha. Isso aí é justamente por isso, enquanto você tem vida e tem saúde, vamos viver. Hoje em dia tem pessoas idosas que dão até 100% a pessoa jovem [...] (A. S. B.).

Acerca da negação da velhice, Beauvoir (1990, p. 7 e 8) relata que “[...] um grande número de pessoas, sobretudo das pessoas idosas, repetiram-me insistentemente que ‘velhice, isso não existe’! Há apenas pessoas menos jovens do que outras e nada mais.”

Das entrevistadas, apenas duas afirmaram que há idade para ser velho. Porém, estas ressaltaram os aspectos negativos:

Eu não me conformo de ficar velha. A gente se olha no espelho, vê a gente toda pregueada enquanto a mocidade dança e farreia, eu farreio muito, mas não é como se fosse uma pessoa mais jovem, então eu não me conformo (M. D. B.).

Tem porque, como se diz, a gente com 60 ou 65, não é mais igual quando se tinha 18 anos, né? Mas eu escuto na televisão, tem muitas senhoras que diz que não é velha [risos], mas quando a gente é velha não tem mais aquele pique dos 18, de 20 anos. Tem umas que diz que não, mas eu acho que tem idade sim (N. H. C.).

Conforme o testemunho das entrevistadas, percebe-se que há um reconhecimento sobre a velhice como uma etapa da vida, porém, no momento em que se questiona se há idade para ser velho, há uma negação de enquadrar-se enquanto tal. Sobre este fato, Motta (1997, p. 130) afirma que

Produziu-se uma imagem social de envelhecimento e da velhice tão desfavorável, que os idosos saudáveis e lúcidos [...] não se reconhecem nela. Por isso, a conhecida contradição – na verdade aparente contradição – expressa no fato de que freqüentemente as pessoas declaram uma idade mais avançada, mas não se admitem velhos [...]

O envelhecimento não é um episódio com dia marcado, é um processo que se dá durante toda a nossa vida. Nascemos envelhecendo, e durante toda a nossa trajetória sempre somos mais jovens e mais velhos que alguém.

De acordo com o IBGE (2000, p. 10 *apud* CARVALHO e ANDRADE, 2000), envelhecer significa

[...] aumentar o número de anos vividos. Paralelamente à evolução cronológica, coexistem fenômenos de natureza biopsíquica e social, importantes para a percepção da idade e do envelhecimento. Nas sociedades ocidentais é comum associar o envelhecimento com a saída da vida produtiva pela via da aposentadoria. São considerados velhos aqueles que alcançam 60 anos de idade. É difícil caracterizar uma pessoa como idosa utilizando como único critério a idade [...].

Nos testemunhos, percebe-se que as idosas entendem o envelhecimento como um processo e a velhice como uma etapa da vida sedimentada pelas etapas anteriores do ciclo vital. Assim, faz-se necessário desconstruir essa imagem negativa e estereotipada da velhice.

cultuada desde o início das civilizações ocidentais. “A informação constitui um dos direitos da pessoa humana, fazem-se necessárias ações junto aos idosos para que superem percepções confusas, distorcidas e ingênuas, através de práticas educativas no ambiente dos espaços públicos” (SILVA, 2003, p. 105).

Neste processo, cabe a nós, assistentes sociais, contribuir para a organização da sociedade na desconstrução de preconceitos, na relevância de engajar o idoso por meio do seu acúmulo de vivências, em decorrência da maturidade e experiência de vida. Podemos também intervir junto ao segmento idoso, orientando-o para sua ampla responsabilidade pelo seu próprio envelhecimento: para a importância de lutarem por espaços de participação e desenvolvimento nessa sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a antiguidade, as sociedades se alicerçaram na beleza física e no vigor corporal, condições estas desfavoráveis para a velhice. Porém, Minois (1999) explicita que surgiram fatores que contribuíram para melhorar ou piorar a situação dos idosos, dentre os quais o autor destaca a fragilidade física, tendo em vista que, em sociedades onde prevaleceu a força, o idoso teve condição desfavorável, mas onde a lei trouxe a ordem, o fez respeitado. Outro fator foi a valorização do conhecimento e da experiência, pois em civilizações onde houve a tradição da oralidade e dos costumes, os idosos foram exaltados, enquanto que onde se utilizou a escrita e os arquivos, o conhecimento dos idosos tornou-se inútil. O terceiro fator ressaltado são as alterações dos traços físicos. Onde houve o privilégio da idade, o direito à ancianidade, os idosos foram reverenciados, mas nas sociedades em que a beleza foi primordial, a velhice foi desprezada, reafirmando assim a estigmatização. Portanto, aos idosos “minoritários, improdutivos, o destino deles dependeu dos interesses da maioria ativa” (BEAUVOIR, 1990, p. 261).

Aliado a esses fatores, a partir do século XIX ocorreu no mundo uma série de transformações, que repercutiram na condição de vida dos idosos e na concepção que a sociedade fazia da velhice. Neste sentido, destacamos que, em todos os países, ocorreu o aumento populacional e também o crescimento no número de idosos. Assim, foi no contexto da modernidade que a velhice foi elevada à condição de etapa particular da vida, cuja identificação, entretanto, representou recusa, surgindo, assim, uma incompatibilidade entre velhice e futuro, entre velhice e espaço público.

Em compensação, apesar do preconceito e da discriminação da sociedade, que concebe a velhice como decadência, incômodo e peso social, constatou-se melhoria na condição de vida do idoso. Deste modo, a sociedade não pôde mais ignorar esse contingente populacional, e surgiu um movimento contrário à lógica da exclusão, oriundo dos próprios idosos conscientes, que não aceitaram a relação de abandono. Com mais energia e disposição, identifica-se a existência do idoso mobilizado e ativo e, assim, a sociedade se vê diante da necessidade a rever essa relação.

Nas últimas décadas, o Brasil atravessou uma série de transformações sociais, econômicas e culturais que provocaram mudanças na estrutura etária do país. O aumento da expectativa de vida, causado por vários fatores, contribuiu ainda para o chamado fenômeno de feminilização da velhice, dado que as mulheres têm apresentado maior expectativa de vida e

conseqüentemente, representam maior número do que os homens. Em decorrência dessa longevidade e do fato de estarem vivendo um outro momento de suas vidas, em que se vêm liberadas dos compromissos com o marido, com os filhos e das relações de trabalho, uma parcela significativa dessas mulheres idosas passou a buscar novas atividades com o intuito de continuar a aprender, a conviver com outras pessoas e a trocar experiências. E, neste contexto, as mulheres se consolidaram como agentes sociais, econômicos e políticos de grande importância na conjuntura nacional.

Atento a esse movimento, registra-se o pioneirismo do SESC, que, no ano de 1963, passou a realizar ações na área gerontológica, iniciando o trabalho com grupos de idosos no estado de São Paulo, posteriormente expandindo esse trabalho para todo o Brasil. Neste sentido, os objetivos principais do trabalho social junto aos grupos têm sido o estímulo à inserção social dos idosos, por meio das ações que geram a sociabilização, a atualização cultural, a descoberta de novas competências e a consciência da velhice em suas vertentes biológica, psicológica e social.

Os grupos de convivência têm se multiplicado no cenário brasileiro nos últimos anos, e estes têm mobilizado, sobretudo, o público feminino. Esses grupos têm permitido a homens e mulheres idosas sua valorização como seres humanos, bem como a ressignificação de suas vidas na velhice, constituindo-se como espaços de ações coletivas e articulações de movimentos e demandas que oportunizam uma nova possibilidade de viver essa etapa da vida.

A revisão bibliográfica que deu aporte ao estudo investigativo junto aos grupos Esperança, Fraternidade, Vida e Viva a Vida possibilitou-nos analisar o processo de participação das mulheres nos grupos de convivência no SESC/Florianópolis. Assim, conseguiu-se identificar os aspectos que motivam a participação das mulheres nos grupos de convivência, bem como reconhecer a importância da participação para as mulheres no processo de envelhecimento.

Os dados obtidos revelaram a importância fundamental que os grupos de convivência têm para esse segmento populacional, caracterizando-se como espaços por excelência, onde as práticas sociais desenvolvidas contribuem para que os idosos exerçam seu papel de cidadãos, sendo um local onde eles exercitam suas potencialidades e onde há sempre alguém que os escute, propiciando a efetivação de laços de amizade e momentos de lazer, contribuindo, também, para o restabelecimento da auto-imagem positiva, uma vez que, em geral, o contexto familiar não favorece a potencialidade dos idosos.

As entrevistas foram instrumentos valiosos, em que percebemos que a participação nos grupos de convivência fortalece as mulheres idosas enquanto sujeitos sociais, revelando

através de suas reflexões, a conscientização e a visão crítica, uma vez que elas são estimuladas a realizar a análise real do contexto político, econômico e social. Contudo, faz-se necessário trabalhar junto aos grupos as concepções sobre velhice, tendo em vista que as idosas reconhecem o envelhecimento enquanto processo natural da vida e, entretanto, é entendido velho como alguém que está doente, abatido, descontente, termos que negam possibilidade de uma velhice feliz e com perspectivas. Assim, apontam para uma reflexão ambígua sobre a questão, pois reconhecem o velho com as características biopsicossociais culturalmente apontadas, mas essa identidade foi explicitamente rejeitada quando aliada as entrevistadas.

A sociedade criou percepções e modelos ideais que estiveram sempre voltados à juventude, de modo que a representação de velhice sempre esteve fortemente associada a estigmas sociais. De acordo com Salgado²² (2006) a sociedade crê que valoriza o idoso quando se refere a ele como jovem, muitas vezes dizendo “como você está conservado”. O mesmo autor afirma que isto é uma hipocrisia, pois a pessoa pode ser velha e nem por isso precisa estar “acabada”. Enfim, o idoso não deve se enquadrar no estereótipo estigmatizante disseminado pela sociedade.

Assim, o Serviço Social, por meio da intervenção no trabalho com grupos, tem a função de dinamizar a relação entre os integrantes do grupo, valorizar as aptidões, possibilitar o crescimento pessoal de cada membro e estimular a sua participação. O Assistente Social, na ação sócio-educativa, pode contribuir para que os idosos tornem-se sujeitos conscientes e ativos, tendo em vista que o idoso, esclarecido das questões gerontológicas e, portanto, mais embasado, tende a ser um grande colaborador no estudo e na discussão das situações relacionadas ao envelhecimento.

De acordo com Bruno (2003), poderemos instituir o desenvolvimento de um processo de aprendizado social na construção de novas formas de relações por meio da educação para cidadania. A mesma autora aponta que possível iniciar o exercício da cidadania em qualquer etapa da vida, e os centros de convivência são espaços que possibilitam essa ação.

O Serviço Social do SESC, no trabalho junto aos grupos de idosos, vem desenvolvendo ações em direção aos direitos de cidadania de seus usuários. Porém, no que tange especificamente o “Projeto Grupo de Convivência”, percebe-se que os idosos buscam algo a mais do que a socialização e o convívio. Eles buscam, principalmente, a aquisição de

²² SALGADO, Marcelo Antônio. **Seminário envelhecer com saúde um desafio: Inclusão Social SESC/GEAP/NETI**. Florianópolis. Palestra realizada em 18 set.2006.

novos conhecimentos. É importante destacar que as atividades devem continuar a ser desenvolvidas com o intuito de estabelecer novos patamares de lazer, crescimento do relacionamento social, ações coletivas e articulações de movimentos que emergem da sociedade. E como sugestão, pode-se trabalhar com os grupos justamente a concepção de velhice, a fim de iniciar o rompimento desse preconceito mantido há séculos.

É válido salientar ainda que há necessidade premente de manutenção dos grupos existentes e da implantação de outros para que se possa atender a um número maior de idosos, considerando a existência de demanda reprimida. Portanto, sugere-se ao SESC que o Setor de Grupos permaneça como campo de estágio e que realize a contratação de um profissional de Serviço Social, abrindo novas vagas de estágio na área de formação. E, sobretudo, que se ofereça aos grupos um trabalho mais sistemático e constante, promovendo, assim, atendimentos individuais e grupais, em resposta às demandas emergentes e às expectativas dos grupos.

De acordo com Pereira (2006), é importante ressaltar que, nos cursos de Serviço Social das universidades brasileiras, o interesse pelo tema envelhecimento já foi despertado. Assim, autora confirma que “no âmbito do Serviço Social, incluído-se, aí, os espaços sócio-ocupacionais da profissão, a tendência mundial é de valorização dos assuntos gerontológicos, reveladora da transferência de atenções antes concentradas nos assuntos pedológicos” (PEREIRA, 2006, p. 09). Neste sentido, diante da relevância da temática, sugere-se ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina a inclusão de discussões e reflexões sobre o envelhecimento em sua proposta de ensino e pesquisa.

Portanto, no que diz respeito ao ensino, poderia ocorrer a inclusão, no rol das chamadas políticas sociais especiais, de disciplinas optativas que tratem do fenômeno do envelhecimento. Além disso, “pelo fato de o envelhecimento ter caráter multidisciplinar, e perpassar o conteúdo de várias disciplinas, como às referentes à família, à assistência social, à saúde, à educação e à previdência, elas poderiam contemplar em suas ementas referências particulares aos idosos” (PEREIRA, 2006, p. 10).

Considerando o atual currículo do curso, podemos citar, como exemplos, no que tange a disciplina de família, inserir a discussão acerca dos cuidadores de idosos; na assistência social, estudar com mais ênfase o Benefício de Prestação Continuada – BPC na saúde, debater os direitos do idoso nessa área, tendo como norte o Estatuto do Idoso e demais políticas; e, por fim, na Previdência, trabalhar a questão de preparação para aposentadoria.

No campo da pesquisa, o curso de Serviço Social deverá constituir, como uma preocupação básica, a seleção de temáticas relevantes e atuais.

Assim, um tema social como o envelhecimento, que se impõe ao estudo e à investigação pelo caráter revolucionário, não poderá deixar de ser contemplado nos projetos de pesquisa de professores e alunos de Serviço Social. Até porque esses estudos e pesquisas irão subsidiar a elaboração de diagnósticos de realidade a ser trabalhada pelo profissional e a definição de políticas sociais coerentes e condizentes com essa realidade. (PEREIRA, 2006, p. 11)

Deste modo, a fim de que os resultados de estudos e pesquisas não sejam limitados ao ambiente intelectual de profissionais e especialistas, é importante que o Departamento de Serviço Social encontre maneiras de divulgar os resultados desses trabalhos.

Acreditamos que pôr em prática essas sugestões não será simples, considerando as dificuldades pelas quais têm passado as universidades públicas, com falta de recursos humanos e financeiros. Porém, o quanto antes o Serviço Social se conscientizar da sua função histórica no trato desse fenômeno irreversível, menos tardia será a sua contribuição para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICZ, Mere. Envelhecimento e a trama das interações sociais em grupos de voluntários. In: KACHAR, Vitória (Org.). **Longevidade**: um desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001.
- ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do serviço social: bases histórico conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXV, n. 79, p. 43 - 71, set. 2004.
- ALMEIDA, Vera Lucia V. de. Modernidade e velhice. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXIV, n. 75, p. 35 - 54, set. 2003.
- ARAÚJO, Vera Nícia Fortkamp de. **Os coordenadores de grupos de convivência de idosos como facilitadores da construção da cidadania**. 2004. 101 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- BARROSO, Maria J. de Rocha. A iniciativa pública e privada nos serviços de saúde, educação, cultura e lazer. **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, ano X, n. 17, p. 28 - 38, ago. 1999.
- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é participação**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **SESC 50 anos**. São Paulo: DBA (Dórea Books and Art), 1997.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Barueri, SP: Manole, 2004.
- BRASIL. Resolução CFESS nº. 273, de 13 de março de 1993. Código de Ética Profissional do Assistente Social. **Coletânea de legislações**: direito e cidadania. Curitiba, p. 13- 24, nov. 2003.

BRASIL. Lei nº. 8.862, de 08 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Coletânea de legislações: direito e cidadania**. Curitiba, p. 6- 12, nov. 2003.

BRASIL. Lei n. 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. **Coletânea de legislações: direito e cidadania**. Curitiba, p. 350-355, nov. 2003.

BRASIL. Decreto n. 1.948, de 03 de julho de 1996. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Coletânea de legislações: direito e cidadania**. Curitiba, p. 345-349, nov. 2003.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Coletânea de legislações: direito e cidadania**. Curitiba, p. 448-471, nov. 2003.

BRUNO, Maria Regina P. Cidadania não tem idade. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXIV, n. 75, p. 74 - 83, set. 2003.

CABRAL, Benedita E. S. Lima. A vida começa todo dia. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: UFRJ. V.5, n.1, p.159 - 168, jan./jul. 1997.

DEBERT, Guita Grin. Antropologia e os estudos dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam M. L. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. Envelhecimento e curso de-vida. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: UFRJ. V.5, n.1, p.120 - 139, jan./jul. 1997.

_____. Gênero: envelhecimento. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: UFRJ. V.2, n.3, p. 33 – 51, jan./jul. 1994.

FAVERO, Fernanda Cristina. **Mulheres idosas redescobrando suas vidas através da participação em grupo**. 2003. 64 f. Trabalho de conclusão de curso – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FILHO, Hélio de Abreu (org.). **Comentários sobre o Estatuto do Idoso**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004. 160 p.

HAREVEN, Tâmara K. Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso de vida. In: DEBERT, Guita Grin (Org.). **Cadernos PAGU**. Campinas: UNICAMP, n. 13, p. 11 – 35. 1999.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995. p. 113 – 123.

GONÇALVES, Rita de Cássia. **A trajetória laboral de homens e mulheres no processo de desligamento das relações de trabalho pela aposentadoria**. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

IBGE. **Perfil dos idosos responsáveis por domicílios no Brasil - 2000**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/perfidosos2000.pdf> > Acesso em 23 dez. 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS. 2. ed. Ano 2, n.3, p. 09 – 32, 2004.

INPS, Instituto Nacional de Previdência Social. **I Seminário Regional sobre o Idoso na Sociedade Brasileira**. São Paulo, 21 a 26 de junho, 1976.

LIMA, Marcelo Alves. A velhice como “estado de espírito”: reprivatização da velhice e a constituição de um campo a saber. **Praia Vermelha**. V.2, n. 4, p. 123 – 155, jul./dez. 2001.

LIMA, Telma C. S. de. **A intervenção profissional do assistente social**: propondo o debate sobre as ações sócio-educativas. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

LISBOA, Teresa Kleba. Mulheres migrantes de origem cabocla e seu processo de “empoderamento”. **Katalysis**. v. 5, n. 1, p. 35-50, jan./jun. 2002.

MAGRO, Viviane M. de Mendonça. Espelho em negativo: a idade do outro e a idade etária. In: GUSMÃO, Neusa M. M. de. (Org.). **Infância e velhice**: pesquisa de idéias. Campinas, SP: Alínea, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um desafio instigante. São Paulo: Veras, 1999.

MEISTER, José A. F. Lazer e prazer é só fazer. In: DORNELLES, Beatriz; COSTA, Gilberto J. C. da. (Org.). **Lazer, realização do ser humano**: uma abordagem para além dos 60 anos. Porto Alegre: Dora Luzzatto, 2005.

MENDONÇA, Jurilza M. B de. Painel de debates: “políticas governamentais de atenção à velhice para o próximo século”. Políticas do Ministério da Previdência e Assistência Social. **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, ano X, n. 17, p. 57 – 62, ago. 1999.

MERCADANTE, Elisabeth F. Velhice: a identidade estigmatizada. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXIV, n. 75, p. 55 -73, set. 2003.

MILNITZKY, Cláudia. SUNG, Florence. PEREIRA, Rodrigo M. Políticas públicas e envelhecimento: conquistas e desafios. **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, v. 15, n. 31, p. 55 - 69, set. 2003.

MINAYO, Maria C. de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1993.

MINICUCCI, Agostinho. **Técnicas de trabalho com grupos**: condução de reuniões, entrevista e estudos dirigidos, mesa redonda e estudo de caso, simpósio e conferências, organização de congressos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MINOIS, Georges. **História da velhice no Ocidente**. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.net/publicacoes/historiavelhice.htm>>. Acesso em 16 set. 2006.

_____. **História da velhice no Ocidente**. Lisboa: Teorema, 1999.

MIOTO, Regina C. T. **A dimensão técnico-operativa em foco**: a ampliação do debate. Florianópolis: Oficina Regional ABEPSS Sul I, jun. 2005.

MORAES, João F. D. de. Lazer e qualidade de vida do idoso. In: DORNELLES, Beatriz; COSTA, Gilberto J. C. da. (Org.). **Lazer, realização do ser humano**: uma abordagem para além dos 60 anos. Porto Alegre: Dora Luzzatto, 2005.

MOTTA, Alda Brito da. Chegando pra idade. In: BARROS, Myriam M. L. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS. 2. ed. Ano II, n.3, p. 41 – 50, 2004.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: BARROS, Myriam M. L. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PEREIRA, Potyara. **Formação em serviço social, política social e o fenômeno do envelhecimento**. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.net/download/formacaosocialpotyara.pdf>. Acesso em 19/10/2006

PORTO, Mayla. **A Política Nacional do Idoso: um Brasil para todas as idades**. Disponível em: < <http://www.comciencia.br/reportagens/envelhecimento/texto/env02.htm> > Acesso em 21/10/2006.

PRADA, Cecília. **Revolução dos velhos**. O que você vai fazer com seus cem anos? Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=122&breadcrumb=1&Artigo_ID=1479&IDCategoria=1576&reftype=1>. Acesso em 19 set. 2006.

QUEIROZ, Zally P. V. de. Os idosos: uma nova categoria etária no Brasil. **A questão do Idoso**: textos para estudo e debate. Comissão Estadual do Idoso/SC. n. 08, p. 17 -31, jun. 1989.

RECH, Ângela. **Do princípio a atualidade**: as transformações no trabalho com grupos de idosos no SESC – Florianópolis/SC. 2006. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ROLLIN, Irma silva. **Grupo de convivência para terceira idade**: uma busca no sentido de ser e existir. 1998. 85 f. Trabalho de conclusão de curso – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SALGADO, Marcelo Antônio. Conferência “o idoso brasileiro no próximo século”. **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, ano X, n. 17, p. 05 – 13, ago. 1999.

_____. Envelhecimento populacional: desafio do próximo milênio. **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, ano X, n. 14, p. 31 – 37, ago. 1998.

_____. **Velhice, uma nova questão social**. São Paulo: SESC-CETI, 1980.

SANTANA, Hilda Barros de. SENA, Kaline Leite. O idoso e a Representação de Si. **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, v. 14, n. 28, p. 44-53, set. 2003.

SANTOS, Silvana Sidney Costa. **Envelhecimento**: visão de filósofos da antiguidade oriental e ocidental. Disponível em: <<http://www.odontologia.com.br/artigos.asp?id=449&idesp=19&ler=s>>. Acesso em 15 set. 2006.

SAWAIA, Bader Burihan. Participação social e subjetividade. In: Sposati, Aldaíza (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: PUC-SP, 2001, p. 145-134.

SCHACHTER-SHALOMI, Zalman; MILLER, Ronald S. **Mais velhos, mais sábios**. Uma visão profunda da arte de envelhecer. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

SILVA, Janaína Carvalho da. Velhos ou idosos? **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, v. 14, n. 26, p. 94-111, jan. 2003.

SILVA, Maria Izabel. **O Processo de socialização dos idosos nos grupos de convivência em Florianópolis**: uma análise da eficácia. 2004. 107 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

SIMÕES, Júlio Assis. Solidariedade intergeracional e reforma da previdência. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: UFRJ. V.5, n.1, p.169 - 181, jan./jul. 1997.

SPOSATI, Aldaíza. Organização e mobilização política da terceira idade. **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, ano X, n. 17, p. 17 – 21, ago. 1999.

TORRES, Zélia. **A ação social dos grupos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

VALENTE, José A. A aprendizagem continuada ao longo da vida: o exemplo da terceira idade. In: KACHAR, Vitória (Org.). **Longevidade**: um desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001.

VERAS, Renato P. A longevidade da população: desafios e conquistas. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXIV, n. 75, p. 5 -18, set. 2003.

_____. A novidade da agenda social contemporânea: a inclusão do cidadão de mais idade. **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC-GETI, v. 14, n. 28, p. 07-28, set. 2003.

VIEIRA, Dirce Fátima. **Abordagens**. A velhice nos tempos atuais. Disponível em: < http://www.revistapsicologia.com.br/materias/abordagens/m_abordagens_velhice.htm>. Acesso em 19 set. 2006.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino- americano e caribenho. In: WANDERLEY, Mariângela (org.). **Desigualdade e questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1997, p. 51 – 159.

WIECZYNSKI, Marineide. **Envelhecendo com cidadania: realidade ou utopia?** Disponível em: < <http://www.portalsocial.ufsc.br/publicacao/envelhecimento.pdf>> Acesso em 19 nov. 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro Histórico dos Grupos

1ª FASE

- 1 – Quando aconteceu a fundação do grupo e por quê?
- 2 – Como se deu a fundação do grupo e por que foi escolhido o nome?
- 3 – Por que as pessoas queriam participar de um grupo naquela época?
- 4 – Que atividades eram realizadas pelos participantes?
- 5 – Como era organização o grupo?
- 6 – Quais foram os fatos mais marcantes para o grupo?

2ª FASE

- 1 – Quais foram as primeiras mudanças no desenvolvimento do grupo?
- 2 – Por que essas mudanças aconteceram?
- 3 – Quais foram os pontos negativos dessas mudanças?
- 4 – Quais foram os pontos negativos?

3ª FASE

- 1 – Quais os acontecimentos mais significativos dos últimos anos
- 2 – O seu grupo possui hino? Por que foi escolhido esse hino? O que ele representa para o grupo?
- 3 – Que outros grupos projetos vocês já participou?

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevistas**Dados Pessoais:**

Nome: _____

Idade: _____ Estado Civil: _____

Número de Filhos: _____

Naturalidade: _____

Nível de Instrução _____

Profissão: _____

Quanto tempo exerceu _____

Aposentada () Sim () Não

Pensionista () Sim () Não

Com quem Reside: _____

Participação no Grupo e Processo de Envelhecimento:

1 – Quais motivos que a levaram a buscar participar de um grupo de convivência?

2 – Há quanto tempo está no grupo?

3 – O que mudou em sua vida (individual e relação com a família) a partir de sua participação no grupo de convivência?

4 – Como se dá sua participação na relação grupal?

5 – Para você, qual a importância de participar de grupos em seu processo de envelhecimento?

6 – O que lhe proporcionou maior oportunidade de participação depois dos 60 anos?

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Família | <input type="checkbox"/> Tempo Livre |
| <input type="checkbox"/> Amigos | <input type="checkbox"/> Trabalho |
| <input type="checkbox"/> Situação Financeira | <input type="checkbox"/> Outros _____ |

7 – O fator que lhe proporcionou mudança na forma de viver após os 60 anos, teve relação com

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Família | <input type="checkbox"/> Abandono |
| <input type="checkbox"/> Amigos | <input type="checkbox"/> Trabalho |
| <input type="checkbox"/> Situação Financeira | <input type="checkbox"/> Outros _____ |

8 – Têm interesse por

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Cinema | <input type="checkbox"/> Prática de Esporte |
| <input type="checkbox"/> Televisão | <input type="checkbox"/> Leitura |
| <input type="checkbox"/> Música | <input type="checkbox"/> Trabalho em Grupo |
| <input type="checkbox"/> Trabalhos Manuais | <input type="checkbox"/> Outros _____ |

9 – Como você define velhice?

- Relação de unilateralidade
- Possibilidade de viver com liberdade
- Cansaço
- Outros _____

10 – Para você há idade para ser velho?

- Sim Não Relativo

Por quê?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Serviço Social**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa - **Importância da Participação nos Grupos de Convivência do SESC/Florianópolis para as Mulheres em seu Processo de Envelhecimento**. Cujo objetivo principal deste estudo é de: reconhecer o processo de participação das mulheres idosas nos grupos sociais do SESC/Florianópolis.

Você foi selecionado (a) e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o entrevistador ou com a Instituição. Os benefícios relacionados com a sua participação são de identificar novas maneiras de lidar e trabalhar com o segmento Idoso. A pesquisadora assume o compromisso de utilizar os dados e o material coletado somente para a pesquisa, bem como as informações obtidas nesta entrevista, não serão divulgadas de forma a possibilitar sua identificação.

Valéria Medeiros

Endereço e telefone do pesquisador: Rua Nicolau Garcia, 98 – Fazenda Santo Antônio. São José - SC. CEP: 88104-460 - FONE: (048)3343-0778

Declaro que obtive todas as informações necessárias e que concordo de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa.

Entrevistada

_____, _____ de _____ de 200_____.